



**Instituto
Rui Barbosa**
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

47
ANOS



CTE-IRB

Comitê Técnico da Educação
do Instituto Rui Barbosa



**Relatório
das ações do
Comitê Técnico da Educação
do IRB**

• 2020 •

Expediente:**Presidente do CTE-IRB**

Conselheiro Cezar Miola (TCE-RS)

Membros do CTE-IRB

Conselheira Carolina Matos Alves Costa (TCE-BA)

Conselheiro Cláudio Couto Terrão (TCE-MG)

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE)

Conselheiro Fabrício Macedo Motta (TCM-GO)

Conselheiro Felipe Galvão Puccioni (TCM-RJ)

Conselheiro Substituto Gerson dos Santos Sicca (TCE-SC)

Conselheiro Gildásio Penedo Cavalcanti de Albuquerque Filho (TCE-BA)

Conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello (TCE-RO)

Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC)

Conselheiro Raimundo Moreira (TCM-BA)

Conselheira Susana Maria Fontes de Azevedo Freitas (TCE-SE)

Secretária de Controle Externo da Educação Vanessa Lopes de Lima (TCU)

Assistentes Técnicos

Alex Cerqueira de Aleluia (TCM-BA)

Ana Roberta Roberti da Fonseca (TCE-SE)

Fernanda de Moura Ribeiro Naves (TCM-GO)

Fernando Mees Abreu (TCE-RS)

Filipe Radajeski Spanemberg (TCE-RS)

José Luis Galvão Pinto Bonfim (TCE-BA)

Josimere Leal de Oliveira (TCE-BA)

Júlia Cordova Klein (TCE-RS)

Jumara Novaes Sotto Maior (TCM-BA)

Ketza Cardoso (TCM-RJ)
Laiana Freire Neves de Aguiar (TCE-RO)
Leo Arno Richter (TCE-RS)
Madalena Sá Freire (TCE-SE)
Maíra Oliveira Noronha (TCM-BA)
Marcus Vinícius Pinto da Silva (TCM-RJ)
Maria Aparecida Silva de Menezes (TCE-BA)
Mariana Santos Coutinho da Silva (TCE-BA)
Naila Garcia Mourthé (TCE-MG)
Nelson Nei Granato Neto (TCE-PR)
Paulo Eduardo Panassol (TCE-RS)
Priscila Pinto de Oliveira (TCE-RS)
Raimir Holanda Filho (TCE-CE)
Raimundo Paulo Dias Barros Vieira (TCE-RO)
Solange Spector (TCE-BA)
Thaiz Silveira Braga (TCE-BA)
Valéria Rocha Lacerda Gruenfeld (TCE-SC)
Viviane Pereira Grosser (TCE-RS)

Edição, elaboração e compilação dos textos

Priscila Pinto de Oliveira

Revisão

Filipe Radajeski Spanemberg

Júlia Cordova Klein (TCE-RS)

Arte da capa:

Márcia Vecchio

Sumário

1. Emissão de Notas Técnicas	5
2. Iniciativas de estímulo a melhoria da oferta da educação	9
3. Lançamento de estudos, pesquisas e levantamentos	13
4. Campanhas e ações de controle na área da educação.....	16
5. Amostra de participações em debates, seminários e palestras	21
6. Amostra de mídia espontânea	41

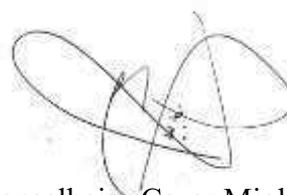
Apresentação

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) vem, desde sua criação, desenvolvendo diversas iniciativas focadas na indução de ações capazes de melhorar a oferta de educação pública em todo o país. O cenário da educação pública brasileira é desafiador por diversos motivos, como a oferta de vagas na educação infantil, o enfrentamento à evasão escolar e o financiamento das políticas públicas, apenas para citar alguns aspectos.

A pandemia da Covid-19 enfrentada por países no mundo inteiro trouxe ainda mais dificuldades, expondo sobremaneira as desigualdades sociais que impõem ainda severos obstáculos para toda a comunidade escolar. Essa nova realidade exige dos órgãos de controle iniciativas de colaboração, orientação e acompanhamento das ações dos gestores públicos. Com o objetivo de mitigar essas dificuldades, o CTE-IRB vem mobilizando os Tribunais de Contas brasileiros a adotarem medidas voltadas para a área da educação.

As notas técnicas produzidas durante 2020 e o projeto “A educação não pode esperar” trazem sugestões de ações para as fases de isolamento social, fechamento das escolas e retomada das atividades. Entre elas, estão o acompanhamento da oferta de atividades a distância para os estudantes, principalmente para aqueles em contextos socioeconômicos mais vulneráveis, e o incentivo à distribuição dos alimentos perecíveis existentes nas escolas para as famílias, mediante parceria com instituições de assistência social locais.

Agradeço, em especial, ao Instituto Rui Barbosa, à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, ao Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, à Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios e aos Tribunais de Contas parceiros. Essas ações foram possíveis graças à união de esforços. A seguir, o relatório de atividades do CTE-IRB detalha os projetos desenvolvidos, alguns dos quais em andamento desde 2019.



Conselheiro Cezar Miola,

Presidente do Comitê Técnico da Educação do IRB.

1. Emissão de Notas Técnicas

Desde o início do período de isolamento social, o CTE-IRB emitiu oito notas técnicas, praticamente todas visando a sugerir e recomendar aos órgãos de controle ações para mitigar os efeitos da pandemia na área da educação. O acompanhamento do fornecimento de alimentação escolar, da oferta de atividades remotas, do preparo para o retorno às aulas presenciais, do acolhimento psicológico dos estudantes e familiares e da adoção de medidas de transparência das ações na área da educação são alguns dos temas abordados nas Notas. A seguir, apresentamos um resumo de cada uma delas:

Nota Técnica 01/2020

A Nota Técnica (NT) 01/2020 propõe que os órgãos de controle instem as redes de ensino a desenvolverem estratégias a fim de que as aulas a distância possam alcançar alunos que não possuem acesso à internet ou a outros equipamentos que a viabilizem. O documento sugere que os Tribunais examinem se as redes estão garantindo o cumprimento da carga mínima anual de 800 horas, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como também busquem a articulação com canais de TV e de rádio disponíveis para que conteúdos pedagógicos sejam oferecidos ao maior número de alunos possível. A Nota ainda orienta os Tribunais para que, em colaboração com as Secretarias de Educação, estimulem a distribuição dos alimentos perecíveis já existentes nas escolas às famílias de alunos em contexto de vulnerabilidade, mediante parceria com instituições de assistência social locais. Ademais, sugere que seja monitorado se as redes estão garantindo a distribuição da merenda escolar às famílias dos alunos, preferencialmente àquelas mais vulneráveis, a fim de se evitar aglomerações na retirada dos suprimentos. Por fim, quanto às ações necessárias quando da retomada às aulas presenciais, sugere aos Tribunais de Contas que promovam estratégias de busca ativa, junto aos jurisdicionados, dos estudantes que perderam o vínculo com a escola, que realizem levantamento para aferir a qualidade da aprendizagem no período de aulas remotas, e que orientem a elaboração de planos de ação visando à reestruturação do calendário escolar, dentre outras iniciativas. Acesse a íntegra em <https://irbcontas.org.br/nota-tecnica-do-comite-tecnico-de-educacao/>

Nota Técnica 02/2020

A Nota Técnica 02/2020 recomenda aos gestores e órgãos de controle uma série de medidas para dar transparência quanto às ações, programas, projetos e gastos relacionados à área da educação durante o período de isolamento social, de forma didática e com linguagem acessível. Sugere que as medidas sejam discriminadas conforme área específica: gastos com pessoal; financiamento; alimentação escolar; conteúdo pedagógico; acompanhamento pedagógico; canais de comunicação; formação e capacitação dos profissionais de educação; ações intersetoriais; e gestão democrática. Quanto à retomada das atividades presenciais, recomenda especial atenção à divulgação de informações sobre os planos de ação e as estratégias de governo para o retorno gradual dos estudantes às salas de aula, incluindo mecanismos de busca ativa; protocolos e recomendações relativos aos cuidados sanitários e de higiene exigidos pelos órgãos de saúde; informações sobre as ações a serem implementadas para avaliação diagnóstica; nivelamento das turmas e alunos e recuperação da aprendizagem; e ações de acolhimento a fim de minimizar os efeitos psicológicos decorrentes do isolamento. Acesse a íntegra em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-tecnica-CTE-IRB-no-02-2020.pdf>

Nota Técnica 03/2020

O CTE-IRB encaminhou aos Tribunais de Contas de todo o país a recomendação para que fiscalizem as medidas adotadas por Municípios e Estados para proteger os dados dos estudantes que fazem uso de plataformas virtuais de ensino. O documento traz diversos questionamentos que podem ser realizados aos gestores públicos quanto ao resguardo das informações fornecidas pelos estudantes e por suas famílias ao utilizarem essas tecnologias. Propõe que os contratos firmados pelos gestores com agentes provados estabeleçam as regras de uso. Acesse a íntegra em <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Nota-t%C3%A9cnica-CTE-IRB-n%C2%BA-03-2020.pdf>

Nota Técnica 04/2020

Os Tribunais de Contas foram orientados a acompanharem as medidas que vêm sendo adotadas pelos Municípios e Estados para garantir o acesso dos alunos aos equipamentos e recursos tecnológicos de ensino remoto, salientando que a oferta de

educação a distância é uma prática que será necessária mesmo com a retomada das atividades nas escolas. A medida, que consta na Nota Técnica 04/2020 do CTE-IRB, destaca a necessidade de verificar o número de alunos que não possuem acesso a computadores, tablets, celulares e internet; de instar o poder público local para que dê suporte às suas redes de ensino; e de monitorar o suporte fornecido pelas Secretarias de Educação aos professores quanto à sua adequada formação para ministrar os conteúdos de forma remota. Acesse a íntegra em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-tecnica-CTE-IRB-no-04-2020-.pdf>

Nota Técnica 05/2020

A Nota Técnica 05/2020 orienta sobre a aplicação dos recursos dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os precatórios têm origem em ações movidas por Municípios contra a União entre 1998 e 2006. As prefeituras alegavam que o Ministério da Educação cometeu equívocos no cálculo dos valores repassados por meio do Fundef (antecessor do Fundeb). A NT destaca que os recursos devem ser destinados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme decisões já proferidas pelo decisões já proferidas Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União. Acesse a íntegra em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-tecnica-CTE-IRB-no-05-2020-Precatorios-Fundef.pdf>

Nota Técnica 06/2020

A Nota Técnica 06/2020 enviada aos Tribunais de Contas apresenta recomendações e sugestões visando ao acompanhamento e à fiscalização das ações desenvolvidas pelos entes públicos quanto ao fornecimento de alimentação escolar, à oferta de atividades remotas, à transparência das ações, ao retorno às aulas presenciais e ao acolhimento psicológico dos estudantes e familiares. A NT considera a relevância da matéria e os possíveis retrocessos no processo educacional, sobretudo na aprendizagem dos alunos, bem como a possibilidade de prorrogação do período de suspensão das atividades escolares presenciais. Ao todo, a NT sugere a verificação de 67 questões que abrangem temas como as medidas sanitárias que serão implementadas para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários nos estabelecimentos de ensino e no

transporte estudantil; ações para mitigar o impacto emocional da comunidade escolar; as providências adotadas na área pedagógica; além das ferramentas de comunicação usadas para informar o público e o planejamento para o atendimento dos alunos que migraram da rede privada. O CTE-IRB recomenda ainda que, além das ações de fiscalização, os Tribunais de Contas propiciem espaços dialógicos e de articulação com Poderes, órgãos, entidades e conselhos, além de organizações da sociedade civil, famílias e estudantes, com objetivo de adotar medidas preventivas e construir ambientes de segurança jurídica. Acesse a íntegra em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-Tecnica-CTE-IRB-no-06-2020.pdf>

Nota Técnica 07/2020

A Nota Técnica 07/2020 orienta os Tribunais de Contas a recomendarem aos executivos e legislativos que contemplem em seus orçamentos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino dentro do contexto decorrente da pandemia. Entre as recomendações abordadas na NT estão a previsão de recursos para execução dos protocolos sanitários; reposição de profissionais da educação enquadrados no grupo de risco (professores, monitores, auxiliares e outros); manutenção da segurança alimentar dos alunos; e formação continuada dos profissionais da educação diante do novo formato das atividades pedagógicas. Acesse a íntegra em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Nota-Tecnica-CTE-IRB-no-07-2020.pdf>.

Nota Técnica 08/2020

A Nota Técnica 08/2020 apresenta o posicionamento do CTE-IRB acerca do Projeto de Lei nº 4.372/2020, votado pela Câmara dos Deputados em 10 de dezembro de 2020. Em síntese, registra preocupação em relação a pontos específicos, sobretudo quanto à autorização de que parte dos recursos do Fundeb possa ser destinada ao conveniamento com entidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas e ao Sistema “S”; e à possibilidade de empregar o Fundeb para pagamento de profissionais da educação terceirizados. Acesse a íntegra em <https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Nota-T%C3%A9cnica-CTE-IRB-n%C2%BA-08-2020.pdf>.

2. Emissão de Informes e Ofícios

Durante o ano de 2020 foram enviados 36 informes pelo CTE-IRB. Os mais relevantes estão disponibilizados no endereço <https://projetoscte.irbcontas.org.br/projetos/>.

3. Iniciativas de estímulo a melhoria da educação

Projeto Integrar: plano de fiscalização nacional na área da educação

O Tribunal de Contas da União (TCU) e as demais Cortes de Contas do país (TCs), em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançaram, no dia 26 de novembro, o plano de implementação do Projeto Integrar em todos os Tribunais de Contas brasileiros. O Projeto Integrar é resultado de uma parceria entre o TCU e a OCDE, com a participação da Atricon e do IRB, por meio do CTE-IRB, e concebeu metodologia para que os Tribunais de Contas ampliem sua atuação, inicialmente, no setor de educação, selecionando ações de controle de maior risco e com maior potencial de impacto. Com propostas para aprimorar o planejamento de fiscalizações em nível nacional, os produtos do Integrar induzirão a seleção de objetos e o planejamento de fiscalizações com ênfase nos desafios trazidos à governança multinível e aos riscos relacionados ao alcance dos resultados das políticas descentralizadas, bem como a criação de condições para a execução coordenada dessas fiscalizações em nível nacional ou regional. Acesse a íntegra do lançamento <https://www.youtube.com/watch?v=RwEcbMAY9KE&feature=youtu.be>

Conheça a cartilha do Projeto Integrar em <https://portal.tcu.gov.br/projeto-integrar-propostas-para-o-fortalecimento-do-controle-externo-de-politicas-publicas-descentralizadas.htm>.

Participação na Comissão Especial do CNPTC

O CTE-IRB, por meio de seu assistente técnico Leo Arno Richter, integrou uma das Comissões Especiais do Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC) para a realização de estudos e emissão de parecer técnico, visando à orientação e uniformização do posicionamento do sistema Tribunais de Contas (TCs) durante a

pandemia do coronavírus. O grupo específico, coordenado pelo conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima, do TCE-CE, objetiva elaborar orientações em relação à fiscalização dos recursos destinados à saúde dentro das condições do momento, incluída a análise das contratações emergenciais, abordando, ainda, o a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica.

Mobilização para aprovação do Fundeb

Os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, por meio do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e de suas entidades associativas, se mobilizaram em apoio à aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, o novo Fundeb. A PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, tornando o Fundeb permanente e promoveu mudanças significativas no financiamento e na distribuição de recursos para a educação pública básica do país. Entre as iniciativas desenvolvidas pelo CTE-IRB em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e Conselho Nacional dos Presidentes dos TCs (CNPTC), estão a participação em audiências públicas, diversos contatos com representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com representantes de organizações da sociedade civil, o lançamento da Carta de Compromisso dos TCs com a educação e o encaminhamento de manifestações aos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado. Saiba mais em <https://irbcontas.org.br/tcs-se-mobilizam-pela-aprovacao-do-novo-fundeb/>

Formação de Gabinetes de Articulação para Enfrentamento da Pandemia (GAEPE)

O CTE-IRB tem estimulado a formação de grupos com a participação de diferentes estruturas de Estado, como Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, secretários e conselheiros de educação, com objetivo de auxiliar gestores, educadores e estudantes no enfrentamento dos efeitos provocados pela Covid-19 na educação pública brasileira. Os grupos, já estruturados nos Tribunais de Contas de MS, RO e de GO, estão discutindo uma agenda educacional comum, baseada no diálogo e sem hierarquização, com o objetivo de criar um ambiente de segurança jurídica para que a

tomada de decisões seja rápida e eficaz. A iniciativa é realizada em parceria com o Instituto Articule. Em 2021, o CTE-IRB deve iniciar tratativas para a implantação de um Gaepe nacional, o Gaepe Brasil.

Enfrentamento à evasão escolar

Os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, associados a outros órgãos e entidades ligadas à educação, têm promovido ações indutoras para o enfrentamento do abandono e da evasão escolar. Uma parceria entre os TCs, por meio da Atricon e do IRB, o Unicef e o Conselho Nacional do Ministério Público pretende capacitar gestores e servidores públicos a realizarem a busca ativa de crianças e jovens que estão fora da escola, além de estimular que os órgãos de controle examinem se os Municípios e Estados estão atuando efetivamente nesse sentido, inclusive com medidas preventivas. Acesse o Acordo de Cooperação firmado entre as entidades aqui: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/Abril/MEMORANDO_DE_ENTENDIMENTO_CNMP_ATRICON_IRB_UNICEF.pdf

Adiamento do Enem

O presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, se manifestou, no dia 11 de maio, no sentido da necessidade de adiamento do cronograma de aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) devido à suspensão das aulas causada pela pandemia da Covid-19.

As atividades presenciais nas escolas e nas universidades ficaram muitos meses paralisadas, e algumas ainda permanecem, sem previsão de retorno, seguindo as recomendações dos órgãos e especialistas em saúde. Diante desse contexto, a grande maioria dos estudantes das escolas públicas estava com suas condições de acesso à educação e de aprendizagem comprometidas. A necessidade de adiamento é uma posição compartilhada, dentre outros, pelo Conselho Nacional de Educação e pela Frente Parlamentar da Educação, além de diversos especialistas na área. No Tribunal de Contas da União, o relatório técnico de acompanhamento do Plano Nacional de Educação, ainda em andamento, também ressalta a iniciativa. Além disso, no TCU há uma representação tratando da matéria.

Lançamento do hotsite no portal do IRB

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) passou a contar com um espaço de divulgação dos projetos desenvolvidos pelo grupo no portal do IRB. O hotsite <https://projetoscte.irbcontas.org.br/> concentra as principais informações das iniciativas lançadas pelo CTE-IRB, além das últimas notícias publicadas, a lista dos membros e assistentes técnicos, entre outros dados. O espaço disponibiliza também os informes e as notas técnicas produzidos e encaminhados aos TCs.

Educação Ambiental – temática será objeto de exame por todos TC's

O Comitê Técnico da Educação do IRB encaminhou sugestões de alterações do QATC-19 – “Fiscalização e Auditoria da Gestão da Educação”, com a inclusão da temática “Educação Ambiental” neste indicador do MMD-TC – Marco de Medição e Desempenho dos Tribunais de Contas.

Em resposta, o Coordenador Geral do MMD.TC, Conselheiro Sebastião Ranna de Macedo, e os Coordenadores Técnicos do MMD.TC, Conselheiros Edilson de Sousa Silva e Jaylson Fabianh Lopes Campelo, informaram que “a inserção da temática “Educação Ambiental”, no próximo ciclo do MMD.TC (2022-2023) será comunicada aos Tribunais de Contas do Brasil, na ocasião da realização dos treinamentos das equipes que realizarão os trabalhos de Avaliação, Controle e Garantia da qualidade, que envolve à capacitação de Membros e Servidores de todo o País”.

A inserção dessa nova temática no QATC-19 – “Fiscalização e Auditoria da Gestão da Educação” permitirá aferir, como ponto principal, se os TC's estão prevendo em seus planos anuais de fiscalização verificar quais ações de apoio às escolas foram desenvolvidas para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/99), especialmente quanto à reorganização das propostas curriculares e pedagógicas e os programas ou projetos implementados, processos de monitoramento e avaliação de resultados, com vistas a atender a diretriz do Plano Nacional da Educação (art. 2º, X, Lei nº 13.005/2014), de que a educação deve promover a sustentabilidade socioambiental.

4. Lançamento de estudos, pesquisas e levantamentos

“A Educação Não Pode Esperar”

O estudo “A Educação Não Pode Esperar”, lançado no dia 19 de junho, mostrou que 82% das redes municipais de ensino afirmaram, naquele momento, ofertar conteúdos pedagógicos aos estudantes; enquanto 18% ainda não haviam se organizado para tal – sendo que, destas, metade não tinha estratégias sendo formuladas para o ensino remoto. A pesquisa é resultado de um esforço conjunto entre o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e 26 Tribunais de Contas brasileiros e foi realizada entre os meses de maio e junho de 2020. No total, foram analisadas 249 redes de ensino, de todas as regiões do País, sendo 232 municipais e 17 estaduais. Elas responderam a questionários on-line e participaram de entrevistas com técnicos dos Tribunais de Contas. As informações foram sistematizadas e analisadas pelo Iede e pelo CTE-IRB. <https://projetoscte.irbcontas.org.br/a-educacao-nao-pode-esperar/>.

“Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”

O estudo, lançado em agosto e tendo novamente o Iede e o CTE-IRB como parceiros, é uma continuidade do “A Educação Não Pode Esperar” e buscou detalhar as ações de planejamento e as medidas adotadas por algumas secretarias de Educação para viabilizar o retorno seguro de estudantes e profissionais. Foram apresentadas, também, as ações previstas pelas redes visando a cumprir o currículo previsto para o ano, garantindo equidade na aprendizagem e atuando na prevenção da evasão e do abandono escolar. O objetivo dessa pesquisa foi contribuir com o debate sobre a volta às aulas, apresentando experiências de diferentes secretarias de Educação quanto ao planejamento e execução de suas estratégias.

O levantamento das informações foi feito a partir de uma pesquisa qualitativa com 20 redes de ensino de todas as regiões do País, por meio de entrevistas por telefone com secretários de Educação ou gestores indicados por ele. O estudo na íntegra pode ser acessado em <https://projetoscte.irbcontas.org.br/planejamento-das-redes-de-ensino/>.

“Educação que Faz a Diferença”

O Instituto Rui Barbosa, por meio do seu Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) lançaram, no dia 25 de junho, os resultados do projeto “Educação que Faz a Diferença”. O estudo foi apresentado em uma transmissão online na página do CTE-IRB no Youtube (shorturl.at/mQZ23). A pesquisa nacional mapeou redes municipais com bom desempenho no Ensino Fundamental e identificou as principais práticas de gestão e de acompanhamento pedagógico e administrativo adotadas. O objetivo foi destacar as ações comuns que podem servir de inspiração e de referência para outras redes. O levantamento identificou 118 redes de destaque, que foram agrupadas segundo características semelhantes: redes de Excelência, Bom Percurso e Destaque Estadual. A iniciativa teve o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC). Veja mais informações em <https://www.portaliede.com.br/educacao-que-faz-a-diferenca/>.

Levantamento sobre a transparência nos dados da educação durante a pandemia

Um levantamento amostral realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa realizado nos portais dos governos dos Estados e das capitais do país demonstrou que havia poucas informações disponíveis quanto às ações adotadas para o enfrentamento à pandemia na área da educação. Foram verificados casos de déficits na divulgação dos programas e ações visando à redução dos prejuízos à educação de crianças e jovens durante esse período, sendo que, em diversos sites, as informações não foram encontradas de forma organizada e de fácil acesso. Em outros casos, houve a criação de área específica no portal da transparência para informações relacionadas à pandemia, sem, no entanto, constarem dados referentes à educação. O levantamento foi divulgado no dia 11 de maio.

Diante dessa situação, o CTE-IRB produziu uma série de orientações e recomendações para subsidiar a fiscalização dos Tribunais de Contas brasileiros e aos gestores públicos visando a estimular a transparência nos portais quanto às ações adotadas durante o período de suspensão de aulas e quanto à retomada gradual das atividades presenciais nas escolas. A Nota Técnica 02/2020, por exemplo, mencionada anteriormente, trata especificamente desse tema.

Outra iniciativa realizada com esse intuito foi a elaboração de um roteiro para verificação da transparência dos dados de educação. Lançado em 17 de junho pelo CTE-IRB, teve como objetivo verificar a transparência nos portais públicos das ações na área da educação durante o período de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, visando estimular os gestores públicos a dar publicidade aos dados tanto durante o período de suspensão de aulas, quanto naquele de retomada gradual das atividades presenciais nas escolas. As recomendações também são úteis para os interessados em fiscalizar a disponibilização das informações junto aos portais dos seus Estados e Municípios.

O roteiro leva em consideração a Lei de Acesso à Informação, que determina aos entes públicos a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção. Acesse a publicação em <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/06/TRANSPARENCIA-NA-EDUCACAO-1.pdf>.

TC educa recebe nova base de dados

O software TC educa recebeu uma atualização que permite consultar a oferta de vagas para estudantes da educação infantil (0 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos) e do ensino médio (15 a 17 anos). As informações foram disponibilizadas no endereço www.tceduca.irbcontas.org.br. É possível analisar dados nacionais, estaduais e municipais até 2019 em formato aberto, além de acompanhar a projeção em relação ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

A plataforma foi lançada em 2017, por iniciativa do Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB). A partir de setembro de 2018, o software continuou a ser desenvolvido pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), que englobou os projetos implementados no âmbito do GT. Desenvolvida pelo CTE-IRB, com a colaboração dos Tribunais de Contas de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao longo dos anos, atualmente encontra-se hospedado no sistema do próprio IRB, responsável, portanto, pelo fornecimento da infraestrutura e pela gerência de configuração, visando à correta execução da aplicação e disponibilização de acesso a todos os interessados.

Iniciativa da Globo, Unicef e 25 organizações cita projeto do CTE-IRB na área da educação

A plataforma www.tmjsempre.org.br, que reúne propostas de ações e soluções para combater a evasão escolar, disponibiliza entre os seus conteúdos a pesquisa “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”, realizada pelo Iede em parceria com o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB). O site pretende oferecer caminhos para apoiar os estudantes, a família e os professores para enfrentar a questão. No endereço estão disponíveis videoaulas, webinários, jogos e metodologias, entre outros conteúdos atualizados constantemente. A pesquisa está disponível para acesso dentro da plataforma no menu “Sou Gestor”. A plataforma foi lançada pela Rede Globo, Fundação Roberto Marinho, Unicef, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e mais de 25 organizações.

5. Campanhas e ações de controle na área da educação

Campanha trata de ações voltadas à redução dos impactos da pandemia da Covid-19

O CTE-IRB, com o apoio da Atricon e do CNPTC, lançou uma série específica nas redes sociais, dentro da campanha “Números da Educação”, para disseminar informações sobre a situação da educação pública brasileira durante as medidas de isolamento social adotadas para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. As primeiras peças tratam dos resultados da pesquisa “Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para ensino remoto”, realizada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), que identificou a situação da oferta de ensino pelas secretarias municipais e estaduais de educação de todo o país. A ação tem o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Fundação Lemann. O estudo teve a participação de 3.032 secretarias de educação de todo o Brasil, dos quais 3.011 municipais (54,5% do total nacional) e de 21 unidades estaduais (77,8% do total). O estudo está disponível em <https://bit.ly/3dYFT0q>.

A campanha foi veiculada nas redes sociais do IRB, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

Ações alusivas ao Dia da Educação

O presidente do CTE-IRB e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, concedeu entrevista em 28 de abril, Dia da Educação, ao programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha. Entre os assuntos abordados estiveram as ações do CTE-IRB para reduzir os impactos negativos no ensino público causados pela pandemia da Covid-19, a aprovação do novo Fundeb e ações necessárias dos gestores públicos na oferta do ensino remoto. Também participaram da entrevista as apresentadoras Rosane de Oliveira e Carolina Bahia. Em alusão à data, o CTE-IRB publicou uma campanha nas redes sociais do IRB e da Atricon alertando para alguns números preocupantes na área da educação.

Comunicado sobre o Projeto Integrar aos TCs

O CTE-IRB e o TCU encaminharam um informe conjunto aos presidentes dos Tribunais de Contas comunicando a formação de subgrupos para dar andamento ao Projeto Integrar. Os subgrupos serão responsáveis pela construção de uma rede de colaboração, de um painel de indicadores, além da elaboração de um manual de orientações, do Referencial para Avaliação da Governança Multinível e do Plano de Implementação para 2021.

Encontro de trabalho do CTE-IRB

Os integrantes do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) realizaram o primeiro encontro de trabalho em Salvador, durante o III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta, promovido pelos Tribunais de Contas do Estado (TCE-BA) e dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), em parceria com a Assembleia Legislativa. Na ocasião, foi destacado o andamento dos projetos desenvolvidos ou que contam com a atuação do Grupo, como o Integrar, o Educação que

Faz a Diferença (EQFD), o TC educa, e a pesquisa Gestão Democrática da Educação, entre outros assuntos.

O segundo encontro de trabalho de 2020 ocorreu no dia 24 de setembro. O encontro foi realizado por videoconferência e teve a participação de 25 representantes de Tribunais de Contas. A reunião, coordenada pelo presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, tratou dos projetos em andamento, sobretudo com foco nos reflexos da Covid-19 na política pública da educação.

Apoio à aprovação do Fundeb

No dia 5 de agosto, o CTE-IRB e outras oito associações e entidades emitiram uma nota pública em defesa da aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O texto havia passado pela Câmara dos Deputados e estava na etapa de ser apreciado pelo Senado. A nota ressaltou também a necessidade da implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). O dispositivo objetivou a adoção de critérios de financiamento à educação calculado por estudante. Assinaram a nota: a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC).

Sugestões para a regulamentação do Fundeb

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, encaminhou, no dia 13 de novembro, contribuições ao Projeto de Lei nº 4.372/2020, da Câmara dos Deputados, que trata da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O PL tem a relatoria do deputado Felipe Rigoni. Entre as propostas defendidas pelo CTE-IRB, estão a ampliação da transparência dos recursos destinados ao Fundo, o fortalecimento da atuação dos conselhos de educação e de acompanhamento do Fundeb

através da garantia de condições adequadas para o seu funcionamento, e a criação de um indicador de qualidade da gestão, a ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base nos fatores associados à melhoria da qualidade do ensino e à redução das desigualdades educacionais. Além disso, o CTE-IRB também propôs a avaliação dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento e a promoção de estudos quantitativos e qualitativos para avaliação da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos dos fundos pelo INEP. As propostas, colhidas junto a membros e técnicos de Tribunais de Contas, centraram-se em temas no âmbito do controle.

Adesão à campanha do Unicef para enfrentar a evasão escolar

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico da Educação do IRB (CTE-IRB), aderiram à campanha “Fora da escola não pode”, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). A iniciativa das entidades que congregam os Tribunais de Contas e seus membros resulta de um acordo assinado com o Unicef e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que prevê ações de colaboração voltadas à capacitação, ao monitoramento, ao engajamento e à mobilização dos gestores públicos municipais, distritais e estaduais e outros agentes para enfrentamento da exclusão escolar e da cultura do fracasso escolar na educação básica. A campanha consistiu na disponibilização de materiais e orientações para que Municípios e Estados possam montar suas próprias campanhas de comunicação, visando a enfrentar o abandono e a evasão escolares. São diversas peças gráficas, vídeos, textos, spots e jingles, para facilitar e ajudar o trabalho de mobilização e de engajamento das escolas, das famílias, da gestão pública e da mídia. Clique aqui e saiba mais: <https://buscaativaescolar.org.br/campanha/>.

Manifestação contra o uso dos recursos do Fundeb em programa social

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa se manifestou contrário ao uso de recursos do fundo de financiamento da educação básica, o Fundeb, em projeto de programa social de renda básica, conforme anunciado no último dia 28 de agosto pelo

Governo Federal. “Há poucas semanas o Congresso Nacional aprovou o novo Fundeb, praticamente por unanimidade. Foram apenas 6 votos contrários na Câmara e todos favoráveis no Senado. Acredito que agora, com a perspectiva de retirada de recursos desse Fundo para se financiar o Renda Cidadã, será mantida sua posição firme em defesa da educação. Ela é decisiva para o futuro do país, sobretudo porque beneficia os brasileiros mais carentes”, disse o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola. O presidente também destacou que o programa social é imprescindível, mas não se pode sacrificar ainda mais a educação.

Orientações do CTE-IRB embasam projeto de lei para proteção dos dados dos estudantes

As orientações do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) para que os Tribunais de Contas fiscalizem as medidas adotadas por Municípios e Estados para proteger os dados dos estudantes que fazem uso de plataformas virtuais de ensino, que integram a Nota Técnica nº 03/2020, do CTE-IRB, constam na justificativa do Projeto de Lei nº 4.695/2020, em análise na Câmara dos Deputados. O PL prevê que as plataformas tecnológicas de ensino observem, na coleta e compartilhamento de dados pessoais dos alunos, pais e professores, os requisitos fixados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 18 de setembro. A iniciativa foi do deputado Danilo Cabral (PSB-PE). De acordo com a proposta, sempre que possível, não devem ser coletados dados sensíveis, como os relativos à raça, a convicções religiosas ou política, à saúde ou à vida sexual dos usuários. O texto também prevê que o tratamento, coleta e compartilhamento de dados só ocorra mediante prévio e expresso consentimento dos usuários. A utilização dos dados para treinamento de sistemas de inteligência artificial também precisará ser consentida.

O presidente do Comitê, Cezar Miola, destaca que a Nota Técnica traz diversos questionamentos que podem ser realizados aos gestores públicos quanto ao resguardo das informações fornecidas pelos estudantes e por suas famílias ao utilizarem essas tecnologias. Acesse a íntegra da NT em <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Nota-t%C3%A9cnica-CTE-IRB-n%C2%BA-03-2020.pdf>.

O PL está disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1931814&filename=Tramitacao-PL+4695/2020.

Relatório de atividades do CNJ cita projeto em parceria com IRB e Atricon

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o relatório de atividades do Pacto Nacional pela Primeira Infância. A iniciativa tem entre seus integrantes a Atricon e do IRB. As entidades são representadas no projeto pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e presidente do Comitê Técnico da Educação do IRB (CTE-IRB) Cezar Miola. A publicação, que possui a manifestação do IRB e da Atricon, pode ser acessada em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-Nacional-pela-Primeira-Infancia_2020-09-01_WEB.pdf.

6. Amostra de participações em debates, seminários e palestras e ações realizadas, mês a mês.

Janeiro

Painel de dados compartilhados sobre planos de educação no RS

Representantes de nove instituições reuniram-se no dia 30 de janeiro para debater a criação de um painel de dados comum para a Rede de Monitoramento dos Planos de Educação no Rio Grande do Sul. O encontro, mediado pelo presidente de Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), conselheiro Cezar Miola, teve a participação de integrantes do Ministério Público Estadual (MP-RS), Tribunal de Contas (TCE-RS), Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado, Secretaria Estadual de Educação, Famurs, Fórum Gaúcho de Educação Infantil, Conselho Estadual de Educação, Uvergs, Uergs, Undime e Uncme. A iniciativa é inspirada no projeto desenvolvido em Santa Catarina, que tem o apoio do TCE catarinense. Participaram da exposição, entre outros representantes, o subprocurador geral de Justiça de Gestão Estratégica do MP-RS, Sérgio Harris, e a promotora de Justiça e coordenadora do CAO-Infância e da COPEIJ, Denise Villela.

Envio de dados na área da educação para subsidiar fiscalização dos TCs

O CTE-IRB encaminhou aos Tribunais de Contas brasileiros dados pormenorizados da infraestrutura das escolas de ensino fundamental e médio. A intenção

foi oferecer subsídios para que os órgãos de controle possam fiscalizar a situação das redes de ensino. O levantamento, extraído do Censo Escolar 2018 (INEP/MEC), trouxe também uma comparação com as estruturas das escolas privadas. O levantamento ressalta que pelo menos 70% das escolas privadas de ensino fundamental no país possuem bibliotecas. No entanto, apenas 1/3 das escolas públicas possuem esse ambiente para o aprendizado dos alunos. Já nas escolas brasileiras de ensino médio, os laboratórios de ciências, por exemplo, estão presentes em menos da metade dos estabelecimentos de ensino. Em 25% das escolas não há laboratório de informática, sendo que em 5% delas, não há internet disponível.

Fevereiro

Projeto Integrar passa a ter participação de todos os TCs

Representantes dos 19 Tribunais de Contas (TCs) presentes na reunião do Conselho Nacional de Presidentes dos TCs, em Brasília, assinaram a adesão ao Projeto Integrar, resultado de uma parceria do Tribunal de Contas da União, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB). Os quatro demais tribunais de contas aderiram nos dias seguintes. Outros nove TCs já integram a iniciativa desde 2017.

Atricon, IRB e Articule se unem para avaliar resultados da educação

A Atricon e o Instituto Rui Barbosa, representado pelo CTE-IRB, se associaram ao Instituto Articule, por meio de um acordo de cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento de metodologias de melhoria dos instrumentos de avaliação da política pública de educação. A cooperação técnico-científica também prevê a criação de um Laboratório de Inovação para Articulação Interinstitucional, “com o objetivo de aperfeiçoar a governança multissetorial e multinível, em especial mediante diálogo, pactuação e monitoramento entre os atores responsáveis por sua execução e controle”. A expectativa é de que esse Laboratório de Inovação se torne um espaço administrativo de diálogo e articulação multinível e multissetorial para pactuação e monitoramento periódicos dos resultados alcançados pela política pública de educação. Entre as

atividades da cooperação, ainda estão previstos Planos de Trabalho específicos, que estabelecerão as responsabilidades das entidades e dos Tribunais de Contas aderentes.

Lançamento da Cartilha do Fundeb

A Cartilha do Fundeb detalha de forma didática o funcionamento do Fundo, que é o principal financiador da educação básica pública brasileira. A edição foi elaborada pelo CTE-IRB em parceria com o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ). A publicação traz informações sobre os objetivos do Fundeb, os volumes dos recursos, a composição das receitas e as três propostas de Emenda Constitucional que estão em tramitação no Congresso que tratam do Fundeb, entre outras. A publicação pode ser acessada em: http://cnptc.atricon.org.br/fundeb_irb-3/.

Março

Reunião com a Unale

Com o objetivo de buscar apoio para a defesa dos planos de educação e para a renovação do Fundeb, o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou de uma reunião com a presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), deputada Ivana Bastos. No encontro, realizado na sede da UNALE, em Brasília, foram entregues a Cartilha do Fundeb, produzida pelo CTE-IRB, além de um relatório com as principais ações do Comitê. Entre as iniciativas que podem ser realizadas em conjunto pelas entidades, estão a distribuição da Cartilha para os legislativos municipais e atividades envolvendo as 27 comissões de educação dos parlamentos estaduais.

Reunião de trabalho durante o seminário Educação é da Nossa Conta

Os integrantes do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) realizaram o primeiro encontro de trabalho de 2020 durante o III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta. O evento, realizado em Salvador, foi promovido pelos Tribunais de Contas do Estado (TCE-BA) e dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), em parceria com a Assembleia Legislativa. Durante a reunião, o presidente

do CTE-IRB, Cezar Miola, destacou o andamento dos projetos desenvolvidos ou que contam com a atuação do Grupo, como o Integrar, o Educação que Faz a Diferença (EQFD), o TC educa, e a pesquisa Gestão Democrática da Educação, entre outros assuntos. Também foram apresentados o projeto piloto do podcast do CTE-IRB e os vídeos institucionais do projeto EQFD. Participaram do encontro os conselheiros Carolina Costa (TCE-BA), Cezar Colares (TCM-PA), Claudio Terrão (TCE-MG), Felipe Puccioni (TCM-RJ), Gerson Sicca (TCE-SC), Rodrigo do Carmo (TCE-ES), Raimundo Moreira (TCMBA) e Susana Azevedo (TCE-SE), a coordenadora da Secretaria de Educação do Tribunal de Contas da União, Vanessa Lopes, além de auditores e assistentes técnicos do CTE-IRB.

Participação no seminário Educação é da Nossa Conta

O assistente técnico do CTE-IRB, Leo Richter, proferiu palestra no painel intitulado “Regime de Colaboração e o Sistema Nacional de Educação e Regime de Colaboração e Controle Externo”, durante o III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta, realizado em Salvador. A professora Dra. Alessandra Assis, coordenadora do Fórum Estadual de Educação da Bahia, foi a mediadora da mesa, que teve também como painelistas o professor Dr. Luiz Fernandes Dourado, titular e emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Curso online para fiscalização da aplicação do art. 26-A da LDB

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), por meio de sua Escola Superior de Gestão e Controle (ESGC), e o Grupo de Trabalho Interinstitucional GT 26-A, em parceria com o CTE-IRB, promoveram a 2ª edição do Curso EAD de Fiscalização da Aplicação do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A capacitação objetivou estimular o desenvolvimento da educação no Estado, tendo em vista a importância de os alunos do ensino fundamental e médio terem acesso à história e à cultura afro-brasileira e indígena. O curso buscou esclarecer sobre a aplicação e fiscalização do cumprimento do que determina a LDB acerca do ensino da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares da rede pública e privada.

Reunião virtual do Projeto Integrar reúne 80 representantes de TCs

O primeiro encontro técnico virtual do Projeto Integrar teve a participação de 80 representantes dos Tribunais de Contas brasileiros. A iniciativa decorre de uma parceria entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e prevê o desenvolvimento de estratégias integradas para seleção de auditorias com base em risco na área da educação. O CTE-IRB atua como articulador e facilitador entre o TCU e os TCs. A pauta do encontro foi centrada no nivelamento de conhecimentos, já que inicialmente, o projeto piloto contava com a participação de dez TCs, sendo que os outros 23 aderiram em fevereiro. A ambientação com a ferramenta de comunicação entre os integrantes do projeto, a evolução da iniciativa desde 2018 e a apresentação dos produtos que estavam sendo desenvolvidos também foram temas abordados. Outras três reuniões foram realizadas nos dias 14 de abril (Governança Multinível), 16 de abril (Mecanismos de Colaboração entre os TC's) e 23 de abril (Indicadores e Soluções de TI), sempre das 8h às 12h.

Capacitação online de conselheiros municipais de educação

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), em parceria com o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e com o apoio da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme), realizou a 2ª edição da capacitação online de conselheiros municipais de educação. A carga horária foi de 20 horas, e o conteúdo se dividiu em cinco módulos: Origem e papel dos conselhos; Conhecendo a legislação (PNE, PME); Noções de orçamento municipal; IEGM – validação pelos conselhos municipais de educação; e Biblioteca escolar.

Abril

Workshop Conselhos Municipais de Educação e o Coronavírus

O assistente técnico do CTE-IRB, Leo Richter, participou, no dia 17 de abril, do Workshop Conselhos Municipais de Educação e o Coronavírus organizado pela Uneme Nacional. Também participaram dos debates Ester Galvão, representante do Fórum

Nacional de Educação, e Gilvania Nascimento, coordenadora estadual da Uncme Bahia, moderados pelo presidente nacional da Uncme, Manoel Humberto Gonzaga Lima.

Capacitação de servidores dos TCs sobre o Projeto Integrar

O curso online “Governança de políticas públicas descentralizadas: caso da educação”, realizado em abril, teve como objetivo nivelar os conteúdos essenciais ao Projeto Integrar. Entre os temas abordados pelo curso estavam a governança multinível e os riscos e os indicadores na área da educação. O Projeto Integrar decorre de uma parceria entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e prevê o desenvolvimento de estratégias integradas para seleção de auditorias com base em risco na área da educação. O CTE-IRB atua como articulador e facilitador entre o TCU e os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. A capacitação ofereceu informações principalmente aos novos participantes, já que, inicialmente, o projeto piloto contava com a adesão de dez Tribunais de Contas, sendo que as outras 23 Cortes ingressaram no mês de fevereiro último.

Maio

Desafios da educação pública durante a pandemia

“Como podemos enfrentar a exclusão escolar no contexto da pandemia?” foi o tema do webinar promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do CTE-IRB, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O debate virtual ocorreu no dia 25. Mediadas pelo chefe da área de educação do Unicef Brasil, Ítalo Dutra, as discussões tiveram a participação do presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, e de representantes do CNMP, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme). Durante o evento virtual, a Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público, Daniela Yokoyama, apresentou os detalhes do acordo firmado entre o CNMP, a Unicef, o IRB, por meio do CTE-IRB, e a Atricon, que prevê

treinamentos a agentes públicos e gestores educacionais para incentivar a busca ativa dos estudantes que abandonarem as escolas durante e após a pandemia.

Webinário “Como fica a educação pública na pandemia?”

O presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, participou do webinário “Como fica a educação pública na pandemia?”, promovido pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON). No encontro virtual, o presidente destacou as ações realizadas pelo CTE-IRB para cooperar com os Tribunais de Contas na atuação que desenvolvem na área da educação, sobretudo com o objetivo de reduzir os impactos negativos da pandemia da Covid-19. Também participaram do debate o procurador do Ministério Público de Contas (MPC) do Paraná, Flávio Berti, e a procuradora do MPC de Minas Gerais, Cristina Melo, mediados pela procuradora do MPC do Pará, Silaine Vendramin.

Webinário em parceria com o Todos pela Educação e Instituto Articule

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), o Todos Pela Educação (TPE) e o Instituto Articule (IA) promoveram, no dia 27, o webinário "Gestão educacional e controle externo durante a pandemia". O encontro virtual debateu o papel dos órgãos de controle frente às demandas em educação com a disseminação do novo coronavírus. Entre os participantes, estiveram o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, o presidente do Tribunal de Contas de Rondônia, Paulo Curi Neto, a secretária de Controle Externo da Educação do Tribunal de Contas da União, Vanessa Lopes de Lima, a presidente executiva do TPE, Priscila Cruz, e a presidente executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti,

Controle das políticas públicas de Educação durante a pandemia

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou, no dia 28, do debate virtual “Controle das políticas públicas de Educação durante a pandemia”, que faz parte da campanha “Contas Públicas São da Nossa Conta”, promovida pela Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon). O webinário, mediado pelo jornalista Sérgio Lerrer, teve também a participação da

presidente da Comissão de Prerrogativas da Audicon e conselheira substituta do Tribunal de Contas do Pará (TCE-PA), Milene Cunha, e do especialista em Projetos e Programas Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do FNDE, Leomir Araújo. Acesse a íntegra do debate virtual em <https://www.youtube.com/watch?v=zPNLgn9lqH8>.

Junho

Efeitos do ensino remoto durante a pandemia

As disparidades envolvendo a oferta de ensino remoto entre as redes privada e pública, os impactos da desigualdade social nesse processo e a inserção da cultura digital nas competências obrigatórias nos currículos escolares foram alguns dos temas abordados no debate virtual “Educação em Tempos de Pandemia”, promovido pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE). O debate teve a participação do presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, e do professor titular do Instituto de Estudos Avançados da USP e membro do Conselho Nacional de Educação, Mozart Ramos, mediados pelo diretor da Escola de Contas, Valdecir Pascoal. Acesse a íntegra do debate virtual em <https://bit.ly/3griTIu>.

Webinário de lançamento do estudo “A Educação Não Pode Esperar”

O estudo “A Educação Não Pode Esperar”, realizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e pelo CTE-IRB, com a participação de 26 Tribunais de Contas, foi lançado no dia 19 de junho e apresentou os principais resultados da pesquisa, que mapeou ações de redes de ensino durante o período de suspensão das aulas presenciais e as estratégias de planejamento para a volta às aulas presenciais. Ao todo, 249 redes de ensino de todas as regiões do país participaram da pesquisa qualitativa por meio de entrevistas e questionários.

O evento teve a participação do presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, e do diretor-fundador do Iede, Ernesto Faria, que apresentou o estudo juntamente com o pesquisador do Iede Vinícius de Moraes.

O presidente nacional da Undime, Luiz Miguel Garcia, o presidente nacional da Uneme, Manoel Humberto Gonzaga Lima, o chefe da área de educação do Unicef Brasil, Ítalo Dutra, além de representantes do Consed e do FNCE, foram painelistas no encontro. As secretárias de educação de Barroquinha-CE, Angeliete Veras, e do Estado do Tocantins, Adriana Aguiar, foram convidadas para apresentar as ações e o planejamento em suas redes de ensino que vêm sendo realizados durante o período da pandemia. A iniciativa teve o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNPTC). O evento na íntegra pode ser acessado em https://www.youtube.com/watch?v=_fMT5ZOmPZI.

Webinário de lançamento do estudo “Educação que Faz a Diferença”

O “Educação que Faz a Diferença”, realizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional em parceria com o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e com a participação de todos os 28 Tribunais de Contas com jurisdição na esfera municipal, teve seus resultados apresentados no webinário de lançamento do estudo no dia 25 de junho. A pesquisa, iniciada em 2019, mapeou as redes municipais com bons resultados no ensino fundamental e identificou as principais práticas de gestão e de acompanhamento pedagógico e administrativo adotadas.

O evento, realizado por meio do canal do CTE-IRB no Youtube, contou com a participação do presidente do Comitê, Cezar Miola, e do diretor-fundador do Iede, Ernesto Faria, que apresentou o estudo em conjunto com o pesquisador do Iede Vinícius de Moraes. Foi realizado também um painel com as secretárias de educação de Licínio de Almeida-BA, Karla Mychely Santana, de Paraíso do Tocantins-TO, Lizete Coelho, e de Sengés-PR, Rosângela Corrêa, que apresentaram ações e medidas que vêm sendo adotadas nas redes de ensino e que têm apresentado retornos positivos à educação do Município.

Na ocasião, foram ainda divulgadas as 118 redes municipais de ensino fundamental que se destacaram por seus resultados, as quais foram reconhecidas com selos em razão dos bons resultados que apresentaram. Os certificados e selos das redes reconhecidas foram encaminhados às respectivas secretarias de educação por e-mail.

Planos de educação e retorno às aulas

O CTE-IRB participou, nos dias 7 e 8 de julho, de debates com parlamentares e especialistas na área da educação sobre o acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de protocolos de retorno às aulas no Estado do Tocantins durante a pandemia. Participaram do debate a coordenadora da Bancada do Estado do Tocantins no Congresso Nacional, Kátia Abreu, os deputados Dorinha Seabra (presidente da Frente Parlamentar), Israel Batista, Rosa Neide Sandes, Pedro Uczai e General Peternelli, o senador Izalci Lucas, Vanessa Lopes (TCU), Luiz Miguel Garcia (Undime) e Lucas Hoogerbrugge (Todos pela Educação).

Audiência pública no Senado para discutir a oferta de ensino durante a pandemia

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou, no dia 9, da 19ª Reunião Remota da Comissão Mista do Senado que fiscaliza as ações do governo de enfrentamento à crise decorrente da pandemia de Covid-19. Também participaram da reunião Josué Modesto, secretário de Educação de Sergipe, representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Luiz Miguel Garcia, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e Luiz Roberto Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Durante o encontro virtual, Cezar Miola apresentou as principais ações desenvolvidas pelo CTE-IRB em conjunto com os Tribunais de Contas. A Comissão Mista é presidida pelo senador Confúcio Moura, com o Deputado Francisco Jr. na relatoria. Tem entre seus integrantes os senadores Eliziane Gama, Randolfê Rodrigues e Esperidião Amin.

Reunião para definir protocolo de retorno às aulas em MS

No dia 13, o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou como convidado da reunião da Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas da rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul. A Comissão tem 19 membros, representantes de diversos órgãos e entidades. Entre eles, está o Instituto Articule, que desenvolve ações em parceria com o CTE-IRB, como a criação de Gabinetes para Articulação para o Enfrentamento da

Pandemia na Educação (GAEPEs), nos estados de Rondônia e Goiás. Uma das funções da Comissão foi avaliar e sugerir ações para o protocolo de orientação sobre o funcionamento das escolas após a pandemia de Covid-19. A Comissão teve a participação das secretarias de educação e saúde, além de representantes do Programa “Prosseguir” e de diversas instituições, como Ministério Público, Defensoria, Procon-MS, Assomasul (Associação dos Municípios de MS), Assembleia Legislativa e TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul). Também participaram do grupo representantes de segmentos da educação, como os conselhos municipais e de reitores, e sindicatos que representam os estabelecimentos, os trabalhadores em educação e professores.

IRB e Atricon participam de elaboração de plano para promover políticas públicas destinadas à primeira infância

O assistente do CTE-IRB, Leo Arno Richter, participou do curso semipresencial “Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas”, desenvolvido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud) do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamentos de Magistrados (Enfam). A atividade faz parte do Pacto pela Primeira Infância, projeto desenvolvido pelo CNJ, que tem entre seus integrantes a Atricon e o IRB. Após a fase presencial, iniciada em outubro de 2019, os alunos participaram do treinamento à distância a partir de 1º de junho deste ano. O objetivo da capacitação foi a elaboração de um plano de ação para promover políticas públicas destinadas à primeira infância. A iniciativa registrou a inscrição de 400 participantes, entre magistrados, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, delegados de polícia, policiais civis, psicólogos, assistentes sociais e servidores das equipes psicossociais do Sistema de Justiça.

Semana da Educação da Famurs

O presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, Cezar Miola, participou da abertura da Semana da Educação, promovida pela Escola de Gestão Pública da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), no dia 28. “O Desafio de Concretizar o Direito Fundamental à Educação” foi o tema da fala

do presidente do Comitê. O painel foi mediado pela coordenadora de Educação da Famurs, Juçara Dutra, com a participação do presidente da Federação e prefeito de Taquari, Maneco Hassen. A Semana da Educação debateu assuntos como práticas pedagógicas, legislação e prestação de contas, orçamento, financiamento da educação e fechamento do exercício financeiro de 2020. O curso online ocorre por meio de plataforma de ensino a distância.

Agosto

Elaboração de plano de retorno às aulas no Mato Grosso do Sul

O representante do Comitê Técnico do Instituto Rui Barbosa e conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Gerson Sicca, participou, no dia 10, da terceira reunião da Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas do Estado de Mato Grosso do Sul. No encontro, foram apresentadas as ações para o Plano Educacional de Enfrentamento à Covid-19 que objetiva definir estratégias e diretrizes para um retorno seguro às aulas presenciais. O Plano está segmentado em quatro eixos: biossegurança, cognitivo, normativo e socioemocional. O grupo é formado por representantes das secretarias estaduais de Educação e da Saúde, do Governo do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, do Conselho Estadual de Educação, da Undime, da Uncme, do CTE-IRB, do Instituto Articule, do Crie, do Sinepe, do Sintrae, da Fetems, da Associação das Instituições Particulares de Ensino de Campo Grande, da Assomasul e do Consep.

Webinário de lançamento do estudo “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”

O estudo “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado” é uma continuidade do “A Educação Não Pode Esperar”, lançado em junho e que trouxe um panorama das ações de 249 redes de ensino durante a pandemia. Dessa vez, a pesquisa qualitativa, realizada pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em conjunto com o Comitê Técnico da Educação do IRB (CTE-IRB), buscou entender em profundidade

como 20 redes de ensino vinham se planejando para a volta às aulas, levando em consideração questões relacionadas a protocolos sanitários; impacto socioemocional dos alunos, famílias e professores; enfrentamento à evasão escolar; e estratégias de diagnóstico quanto à defasagem pedagógica dos alunos.

O webinar teve a participação do presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, do auditor do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI), Gilson Araújo, do presidente nacional da Undime, Luiz Miguel Garcia, e da presidente do Consed, Cecília Motta. Os resultados do estudo foram apresentados pelo diretor-fundador do Iede, Ernesto Faria, e pelo pesquisador do Iede Vinícius de Moraes. Ainda, o evento contou com painel que reuniu médico, educadores e especialistas para discutir o que levar em consideração para a reabertura das escolas.

O evento na íntegra pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=6n3mxqTE0Lg>.

Setembro

Reunião com "patrocinadores" do Projeto Integrar

No dia 3, ocorreu a primeira reunião virtual dedicada a alinhar ações com os membros dos Tribunais de Contas indicados como pontos focais "patrocinadores" do Projeto Integrar. Durante o encontro, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas desde o lançamento em 2018, os resultados alcançados até o momento e as perspectivas para implementação de mecanismos de colaboração entre os Tribunais de Contas. A iniciativa decorre de uma parceria entre o TCU e a OCDE e prevê o desenvolvimento de estratégias integradas para seleção de auditorias com base em risco na área da educação. O CTE-IRB atua como articulador e facilitador entre o TCU e os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. Participaram do encontro virtual o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, o Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Wiechers Martins, a coordenadora do projeto no TCU, Renata Silveira Carvalho, conselheiros, assistentes técnicos do CTE-IRB e representantes do projeto que tem a participação de todos os TCs do país, além da Secretária de Controle Externo da Educação do TCU, Vanessa Lopes de Lima.

Ciclo de Debates: Perdas e Desafios da Educação

O Ciclo de Debates: Perdas e Desafios da Educação na Pandemia, promovido pela Escola de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), no dia 4, teve a participação do CTE-IRB. O presidente do Comitê, Cezar Miola, integrou o painel “Balanço da perda da Aprendizagem na Pandemia”, que discutiu questões como o retorno às aulas, as práticas adotadas no ensino público e privado e a desigualdade do uso e do acesso da tecnologia. Também participaram do painel o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Fernando Abrúcio, a diretora do Colégio Equipe (SP), Luciana Fevorini, e a professora da Universidade de São Paulo (USP), Sônia Kruppa. A mediação foi realizada pelo diretor da Escola do TCM-SP, Maurício Piragino. Assista ao painel em <https://www.youtube.com/watch?v=bmyAdqdAm2A>.

Debate sobre proteção de dados no ensino online

O assistente do CTE-IRB, Leo Richter, participou do painel “Ensino Online, Plataformas Digitais e a Proteção aos Dados dos Estudantes, Familiares e Professores”, no dia 16, promovido pela Escola de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA). O evento, que teve também a participação do professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nelson Pretto, faz parte de uma série de encontros online com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão dos municípios baianos. O painel foi mediado pela servidora do TCM-BA e assistente do CTE-IRB, Jumara Novaes Sotto Maior. A íntegra do encontro online está disponível em <https://youtu.be/8JjAmKYARuc>.

Outubro

Série de webinários promovida pela Casa Civil da Presidência da República

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) participou do ciclo de webinários promovidos pela Casa Civil da Presidência da República (PR) para tratar das funções do Centro de Governo, desde a definição de objetivos estratégicos até o monitoramento e avaliação dos projetos prioritários. A iniciativa se alinha com a Revisão por Pares que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE) está realizando no Brasil. O ciclo é uma iniciativa inédita para reunir e ouvir os principais especialistas e instituições. Além da Secretaria Especial de Relacionamento Externo e da Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil, o ciclo de webinários é uma realização em parceria com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Instituto Legislativo Brasileiro e Instituto Serzedello Corrêa, do TCU.

Reunião sobre a regulamentação do Fundeb com técnicos da Câmara dos Deputados

A regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foi a pauta da reunião online, realizada no dia 22, que teve a participação do presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, e de assessores do deputado Felipe Rigoni. No encontro, foram apresentados os principais pontos a serem apreciados para a regulamentação do Fundo.

CTE-IRB e TCU apresentam projeto em reunião da Casa Civil da PR

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou de reunião promovida, no dia 24, pela Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República. Na oportunidade, o presidente do Comitê apresentou informações sobre o Projeto Integrar, desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio do CTE-IRB. Na oportunidade, a coordenadora do projeto no TCU, Renata Carvalho, realizou um detalhamento técnico das ações em andamento e destacou a promoção de cursos, capacitações e treinamentos dos profissionais que participam da iniciativa. Também participaram da reunião o Secretário Especial de Relacionamento Externo, Marcelo Barros Gomes, o coordenador de Políticas Públicas do TCU, Junnius Marques Arifa, o assessor na Subchefia de Articulação e Assessoramento, José Mauro Esteves dos Santos, a diretora de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, Érika Melissa Oliveira França Nassar, e os assessores do Senado, Rita de Cássia, e da Câmara dos Deputados, Paulo Bijos, além de um representante da Controladoria-Geral da União (CGU).

Debate sobre o Fundeb na Câmara dos Deputados

O assistente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Leo Arno Richter, participou, no dia 29, de um ciclo de debates realizado pela Câmara dos Deputados para discutir a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Coordenado pelo deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), o ciclo aconteceu entre os dias 29 de outubro e 4 de novembro. Os debates abordaram temas como fiscalização, avaliação e controle do uso dos recursos, complementações da União e operacionalização dos indicadores. Foram convidados para discutir o assunto com os deputados representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Comissão Permanente de Educação (Copeduc/Ministério Público), do FNDE, do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Novembro

Formação de conselheiros de educação

O assistente do CTE-IRB, Leo Arno Richter, participou do curso de formação de conselheiros municipais de educação com a palestra “Os CMEs e o controle social através das Peças Orçamentárias”, no dia 9. A capacitação virtual foi promovida pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) em parceria com a União dos Conselhos Municipais de Educação de Santa Catarina (Uncme-SC). Na palestra, o assistente abordou temas como o processo de elaboração do planejamento orçamentário municipal e a necessária compatibilização dessas peças com o plano municipal de educação. A atividade objetivou capacitar os conselheiros municipais de educação do Estado de Santa Catarina para atuar na garantia da normatização no âmbito dos Sistemas Municipais de Ensino, estimular o fortalecimento do processo de gestão democrática e induzir melhorias nas políticas públicas educacionais.

Webinário promovido pelo Unicef em conjunto com o Ipea

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, participou, no dia 26, do webinário “A Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Contexto da Pandemia: Instrumentos de

Acompanhamento do Princípio da Prioridade Absoluta”. A atividade foi promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Na oportunidade, foram apresentados os primeiros resultados do trabalho de apuração do orçamento federal para crianças e adolescentes, além de reflexões iniciais sobre as políticas em resposta à pandemia da Covid-19. Entre os participantes, estiveram a deputada federal Leandre Dal Ponte, o presidente do IPEA, a representante do Unicef no Brasil, Florence Bauer, a professora da USP, Ursula Peres, a pesquisadora do Ipea e especialista em direitos das crianças, Enid Rocha, e a consultora em orçamento da Câmara dos Deputados, Júlia Rodrigues.

Reunião para tratar do PL que regulamenta o Fundeb

Os assessores do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Júlia Cordova Klein e Leo Richter, estiveram reunidos, no dia 18, com representantes do gabinete do relator do Projeto de Lei (PL) que trata da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), deputado federal Felipe Rigoni. Entre as propostas defendidas pelo CTE-IRB, estiveram a ampliação da transparência dos recursos destinados ao Fundo, o fortalecimento da atuação dos conselhos de educação e de acompanhamento do Fundeb através da garantia de condições adequadas para o seu funcionamento, e a criação de um indicador de qualidade da gestão, a ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base nos fatores associados à melhoria da qualidade do ensino e à redução das desigualdades educacionais. O CTE-IRB também propôs a avaliação dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento e a promoção de estudos quantitativos e qualitativos para avaliação da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos dos fundos pelo INEP. O presidente do CTE-IRB destacou que as propostas, colhidas junto a membros e técnicos de Tribunais de Contas, focaram-se em questões centradas no âmbito do controle.

Lançamento do protocolo de retorno às aulas no MS

O representante CTE-IRB e conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), Gerson Sicca, participou, no dia 23, do lançamento do protocolo de volta às aulas no Estado de Mato Grosso do Sul (MS). A apresentação foi realizada pela

secretária de Educação de MS, Maria Cecília Amendola da Motta, com a presença do governador do Estado, Reinaldo Azambuja e da presidente-executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti. No encontro, foram apresentadas as ações e as diretrizes para o retorno presencial às aulas. O plano está segmentado em quatro eixos: biossegurança, cognitivo, normativo e socioemocional.

Carta do VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

A fiscalização e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos gestores públicos para minimizar os impactos da pandemia na educação é um dos compromissos destacados pelos órgãos de controle externo na Carta do VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC). O documento também destaca o monitoramento da execução das metas dos planos de educação e da aplicação dos recursos Fundeb. A Carta foi divulgada no encerramento do ENTC, realizado nos dias 19 e 20, em formato online com o tema ‘O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade’. O evento foi acompanhado por 2,2 mil participantes. O Encontro foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom). Acesse aqui a íntegra da Carta do VII ENTC: <https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Carta-do-VII-Encontro-Nacional-dos-TCs.pdf>

Dezembro

Guia Rápido para Comunicação Escolar

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Goiás (Gaepe-GO) lançou o Guia Rápido para Comunicação Escolar durante o Ensino Remoto no dia 14 de dezembro. Elaborado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), com a contribuição da Direção de Articulação e Comunicação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), o guia traz dicas sobre a escolha do canal de comunicação oficial com a comunidade escolar, criação da política de relacionamento digital, segmentação dos públicos e personalização das

mensagens, conteúdos a serem comunicados, linguagem e empatia. Acesse a publicação em: <https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/312589/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20Gaepe-GO/1bf72699-a69b-428b-b85c-26f8acb7ddc4>.

Projeto objetiva melhorar os índices de educação no Marajó

O Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB) acompanha e apoia as atividades do Projeto Marajó, desenvolvido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), que pretende melhorar os indicadores na área da educação nos Municípios do arquipélago paraense. A região concentra localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado. No dia 16, durante a segunda reunião online, representantes do CTE-IRB apresentaram experiências que estão sendo desenvolvidas em outros Estados na área da educação, como aquelas em conjunto com o Instituto Articule e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) para os representantes do TCM-PA. No encontro, a presidente executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti, relatou as experiências dos Gabinetes de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação (GAEPes), em conjunto com o conselheiro Fabrício Motta (TCM-GO) e o auditor Bruno Piana (TCE-RO). O conselheiro substituto Gerson Sicca (TCE-SC) detalhou as contribuições do Comitê na elaboração do protocolo de retorno às aulas no Estado de Mato Grosso do Sul. Na mesma oportunidade, o diretor-fundador do Iede, Ernesto Faria, expôs os resultados do estudo Educação que Faz a Diferença, lançado em 2020. A partir do encontro, foi formada uma comissão para avaliar as iniciativas que deverão ser adotadas, como a realização de diagnósticos, planejamentos e ações de controle e fiscalização. O encontro foi coordenado pelo conselheiro do TCM-PA, Cezar Colares, com a participação do presidente do CTE-IRB, Cezar Miola.

Encontro nacional de conselhos de educação

O acompanhamento concomitante das ações e a análise dos resultados dos recursos investidos na área da educação foram alguns dos pontos abordados pelo presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, durante participação no I Encontro Nacional Virtual dos Conselhos Municipais da Educação, realizado entre os dias 16 e 17 de dezembro. O webinar foi promovido pela União Nacional dos Conselhos Municipais

de Educação (Uncme). A mesa de debates “Apoio, cooperação e fiscalização dos Tribunais de Contas” também teve a presença da conselheira do Tribunal de Contas de Sergipe Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, e do assistente técnico do CTE-IRB Leo Richter, e foi mediada pela Diretora de Articulação e Comunicação da Uncme Brasil, Fabiane Bitello Pedro. No encerramento do debate, a Uncme homenageou o presidente do CTE-IRB com uma moção de reconhecimento público pelos relevantes serviços prestados à educação brasileira. Acesse a íntegra do encontro em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8DVGjDE0c0>.

Apresentação dos protocolos de volta às aulas aos futuros prefeitos dos Municípios de Goiás

As comissões de transição para as novas gestões municipais que tomarão posse no início de 2021 serão alertadas pelo Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Goiás (Gaepe-GO) quanto aos protocolos de biossegurança para o retorno das atividades presenciais nas instituições da rede pública de ensino. Em reunião realizada no dia 10 de novembro, as instituições que compõem o Gaepe-GO decidiram apresentar aos futuros prefeitos a ferramenta criada para facilitar a elaboração de protocolos de biossegurança para o retorno das aulas presenciais. O Gaepe-GO reúne representantes dos Tribunais de Contas do Estado (TCE-GO) e dos Municípios de Goiás (TCM-GO), do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e de diversas instituições que possuem atuação ligada à educação, sob coordenação do Instituto Articule e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

7. Amostra de mídia espontânea

Inserções em veículos de comunicação e em sites institucionais do estudo “A Educação Não Pode Esperar”

Veículo	Título	Link
Folha de São Paulo	Despreparo e incertezas ameaçam educação pós-pandemia	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/despreparo-e-incertezas-ameacam-educacao-pos-pandemia.shtml
Folha de São Paulo	Voltar à escola com um ensino tradicional ou renovado?	https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/claudia-costin/2020/06/voltar-a-escola-com-um-ensino-tradicional-ou-renovado.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw&__twitter_impression=true
O Estado de São Paulo	O exemplo de Setubinha	https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,o-exemplo-de-setubinha,70003340099
O Globo	Rotina escolar precisará ser alterada desde a chegada para evitar risco de infecções	https://oglobo.globo.com/sociedade/rotina-escolar-precisara-ser-alterada-desde-chegada-para-evitar-risco-de-infeccoes-24503874
Agência Brasil	Ensino a distância: 61% das redes municipais não preparam professores	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/ensino-distancia-61-das-redes-municipais-nao-preparam-professores
G1	Estudo aponta que 61% das escolas municipais não formaram professores para aulas online	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/19/estudo-aponta-que-61percent-das-escolas-municipais-nao-formaram-professores-para-aulas-online.ghtml
Isto é Dinheiro	Ensino a distância: 61% das redes municipais não preparam professores	https://www.istoedinheiro.com.br/ensino-a-distancia-61-das-redes-municipais-nao-preparam-professores/
RBSTV Santa Catarina	TCE avalia ações da educação em SC na pandemia; órgãos elaboram protocolo para retorno das aulas presenciais	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/06/19/tce-avalia-acoes-da-educacao-em-sc-na-pandemia-orgaos-elaboram-protocolo-para-retorno-das-aulas-presenciais.ghtml
Zero Hora	Apenas 28% das redes municipais oferecem aulas diariamente no Ensino Médio, aponta estudo	https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/06/apenas-28-das-redes-municipais-oferecem-aulas-diariamente-no-ensino-medio-aponta-estudo-ckbljpkz80069015nhyikuk6y.html
Rádio Gaúcha	Conselheiro do TCE fala sobre ação para reduzir impactos da pandemia no ensino	https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/04/conselheiro-do-tce-fala-sobre-acao-para-reduzir-impactos-da-pandemia-no-ensino-ck9k0h2kn0098017nmy6pzexd.html
Portal TCE Ceará	“A educação não pode esperar” tem participação de TCs de todas as regiões do país	https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4114-a-educacao-nao-pode-esperar-tem-participacao-de-tcs-de-todas-as-regioes-do-pais
Portal TCE Ceará	TCE Ceará está construindo diagnóstico sobre a educação pública durante a pandemia	https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4181-tce-ceara-esta-construindo-diagnostico-sobre-a-educacao-publica-durante-a-pandemia

Portal TCE Ceará	Estudo sobre iniciativas das redes de ensino durante a pandemia será lançado nesta sexta	https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4187-estudo-sobre-iniciativas-das-redes-de-ensino-durante-a-pandemia-sera-lancado-nesta-sexta
Portal TCE Mato Grosso	A Educação Não Pode Esperar: TCE-MT mapeia ações das redes públicas de ensino durante pandemia	https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/show/sid/73/cid/50882/t/A+Educa%E7%E3o+N%E3o+Pode+Esperar++TCE-MT+mapeia+a%E7%F5es+das+redes+p%FAblicas+de+ensino+durante+pandemia
Portal TCE Ceará	Iniciativas das redes de ensino durante a pandemia e para a volta às aulas são mapeadas em pesquisa nacional	https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4192-iniciativas-das-redes-de-ensino-durante-a-pandemia-e-para-a-volta-as-aulas-sao-mapeadas-em-pesquisa-nacional
Portal TCM Goiás	Entidades lançam o projeto “A Educação não pode esperar”	https://www.tcmgo.tc.br/site/2020/04/entidade-s-lancam-o-projeto-a-educacao-nao-pode-esperar/
Portal TCE Rondônia	Webinário do projeto “A educação não pode esperar” no dia 19/6	https://tcero.tc.br/2020/06/16/webinario-do-projeto-a-educacao-nao-pode-esperar-no-dia-19-6/
Portal TCE Santa Catarina	TCE/SC participa de pesquisa nacional sobre educação durante a pandemia	http://www.tce.sc.gov.br/tcesc-participa-de-pesquisa-nacional-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-durante-pandemia
Portal TCE Tocantins	IRB apresenta resultado do estudo A Educação Não Pode Esperar	https://www.tce.to.gov.br/sitetce/sala-de-imprensa/noticias/item/3731-irb-apresenta-resultado-do-estudo-a-educa%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-pode-parar
Portal TCE Piauí	TCE/PI participa do projeto “Educação não pode esperar”	https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-participa-do-projeto-educacao-nao-pode-esperar/

Inserções em veículos de comunicação e em sites institucionais do estudo “Educação que faz a diferença

Veículo	Título	Link
Agência Brasil	Redes de ensino de destaque contam como lidam com a pandemia	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/redes-de-ensino-contam-como-lidam-com-pandemia
BandNews	O investimento na formação constante de professores e na gestão das escolas	https://bandnewsfm.band.uol.com.br/2020/07/14/o-investimento-na-formacao-constante-de-professores-e-na-gestao-das-escolas/
BandNews	São Paulo tem 31 das 118 redes de ensino municipal reconhecidas por boas práticas educacionais	https://bandnewsfm.band.uol.com.br/2020/07/15/sao-paulo-tem-31-das-118-redes-de-ensino-municipal-reconhecidas-por-boas-praticas-educacionais/
Zero Hora	RS tem três municípios de referência em educação pública de qualidade, aponta pesquisa	https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/06/rs-tem-tres-municipios-de-referencia-em-educacao-publica-de-qualidade-aponta-pesquisa-ckbuwbx9j00460162wqvbfbmwb.html

RBSTV	Carlos Barbosa, Farroupilha e Ijuí ganham prêmio nacional por destaque na educação	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/30/carlos-barbosa-farroupilha-e-ijui-ganham-premio-nacional-por-destaque-na-educacao.ghtml
Portal TCE Minas Gerais	Minas Gerais ganha destaque em resultado de pesquisa nacional de educação	https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111624549
Portal TCE Maranhão	Estudo de TCs premia boas práticas em Ensino Fundamental público em todo o país	http://site.tce.ma.gov.br/index.php/noticias-internet/2977-estudo-de-tcs-premia-boas-praticas-em-ensino-fundamental-publico-em-todo-o-pais
Portal Surgiu	Educação Municipal de Paraíso é destaque nacional durante pandemia	http://surgiu.com.br/2020/06/29/educacao-municipal-de-paraizo-e-destaque-nacional-durante-pandemia/
Portal da Cidade	Educação de Lucas do Rio Verde é a única de Mato Grosso reconhecida em estudo	https://lucasdorioverde.portaldacidade.com/noticias/educacao/educacao-de-lucas-do-rio-verde-e-a-unica-de-mato-grosso-reconhecida-em-estudo-2144
Notícias Concursos	Pesquisa mostra como redes de ensino de destaque lidam com a pandemia	https://noticiasconcursos.com.br/educacao/pesquisa-mostra-como-118-redes-de-ensino-de-destaque-lidam-com-a-pandemia/
Portal da Cidade	TCE classifica educação de Foz do Iguaçu como uma das melhores do país	https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/tce-classifica-educacao-de-foz-do-iguacu-como-uma-das-melhores-do-pais-4450
Portal R10	Educação de Oeiras recebe selo de qualidade do Instituto Rui Barbosa	https://www.portalr10.com/noticia/51689/educacao-de-oeiras-recebe-selo-de-qualidade-do-instituto-rui-barbosa
Portal Tudo Rondônia	Município recebe Selo Destaque Estadual do Projeto 'Educação que Faz a Diferença'	https://www.tudorondonia.com/noticias/municipio-recebe-selo-destaque-estadual-do-projeto-educacao-que-faz-a-diferenca.51605.shtml
A Tribuna	Jales foi a única cidade da região Sudeste a receber selo Excelência entre os municípios com a melhor Educação do Brasil	http://atribunanaweb.com.br/noticia/jales-foi-a-unica-cidade-da-regiao-sudeste-a-receber-selo-excelencia-entre-os-municipios-com-a-melhor-educacao-do-brasil
O Documento	TCE-MT participa do lançamento de estudo nacional da educação	https://odocumento.com.br/tce-mt-participa-do-lancamento-de-estudo-nacional-da-educacao-nesta-quinta-feira-25/
MS Notícias	Cidade do MS é destaque nacional em educação	https://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/cidade-do-ms-e-destaque-nacional-em-educacao/99162/
Rádio Progresso de Ijuí	Ijuí está entre os três municípios gaúchos que receberam destaque na Rede Pública Municipal de Educação	https://www.radioprogresso.com.br/ijui-esta-entre-os-tres-municipios-gauchos-que-receberam-destaque-na-rede-publica-municipal-de-educacao/
Ubiratã online	Educação de Ubiratã recebe Selo Bom Percurso como reconhecimento	http://ubirataonline.com.br/2020/06/29/educacao-de-ubirata-recebe-selo-bom-percurso-como-reconhecimento/
Pensar Piauí	Educação de Castelo recebe Selo de Qualidade	https://pensarpiaui.com/noticia/educacao-de-castelo-do-piaui-recebe-selo-de-qualidade-do-estudo-nacional-educacao-que-faz-a-diferenca.html

Tribuna de Jundiá	Ensino Fundamental de Jundiá é destaque em estudo do Instituto Rui Barbosa	https://tribunadejundiai.com.br/educacao/educacao-publica/ensino-fundamental-de-jundiai-e-destaque-em-estudo-do-instituto-rui-barbosa/
Blog das Cidades	Oeiras ganha mais um prêmio pela qualidade na educação municipal	https://cidadeverde.com/blogdascidades/109027/oeiras-ganha-mais-um-premio-pela-qualidade-na-educacao-municipal
Blog Roberto Moreira	Estudo nacional “Educação que faz a Diferença” reconhece 19 redes públicas de ensino fundamental do Ceará	https://www.blogrobertomoreira.com/2020/06/estudo-nacional-educacao-que-faz.html
Portal InvestNE	Estudo “Educação que faz a Diferença” reconhece 19 redes públicas de ensino fundamental do Ceará	http://portalinvestne.com/2020/06/26/estudo-educacao-que-faz-a-diferenca-reconhece-19-redes-publicas-de-ensino-fundamental-do-ceara/
Diário do Nordeste Online	Sobral e cidade do interior de São Paulo ganham Selo Excelência por escolas de ensino fundamental	https://diarionordeste.verdesmares.com.br/re-giao/sobral-e-cidade-do-interior-de-sao-paulo-ganham-selo-excelencia-por-escolas-de-ensino-fundamental-1.2959808
Jornal Diário do Nordeste	Ceará alcança 3º lugar do país em ensino considerado em progresso	https://diarionordeste.verdesmares.com.br/metro/ceara-alcanca-3-lugar-do-pais-em-ensino-considerado-em-progresso-1.2959924

silvana.pires@gruporbs.com.br
@silvana_pires

Brincando com fogo

A estimativa de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para este ano é de R\$ 173,7 bilhões. A maior parte vem de Estados e municípios, cabendo à União arcar com R\$ 15,8 bilhões. Mas é justamente o governo federal, mais precisamente o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que está adicionando um complicador ao futuro do Fundeb, que, por lei, tem seu término previsto para o final de 2020. Weintraub afirmou que enviará ao Congresso uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o fundo – o que faria com que os trabalhos começassem do zero. O mais grave é que já existem

outras três tramitando e que já foram bastante discutidas. A análise de uma PEC é muito mais demorada, com votação em dois turnos em cada Casa. Então, por que começar tudo do zero? O assunto é tão delicado que o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, que reúne os Tribunais de Contas de todo o país, divulgou nota sobre a importância do Fundeb para a educação. O presidente Cezar Miola lembrou à coluna que o fundo é responsável por 63% do financiamento da educação básica. Portanto, em um país em que a educação ainda tem muito a avançar, qualquer medida que coloque em risco o que já se tem é irresponsável.

Moro no bandeirão do Planalto



Ministro na fila do caixa do restaurante

Após se reunir com Bolsonaro, o ministro Sergio Moro (Justiça) almoçou no bandeirão do Planalto. Questionado sobre a agenda com o presidente, Moro se limitou a dizer que foi sobre "assuntos de governo". A coluna insistiu com o ministro, por mensagem, para saber se discutiram a denúncia de que a empresa do secretário de Comunicação, Fábio Wajngarten, receberia dinheiro de emissoras de TV e agências de publicidade contratadas pela Secom e por outros órgãos federais. Moro não quis comentar.

Ainda tem mais... 90 anos de Simon

Interlocutores do Palácio do Planalto acreditam que há mais coisas para virem à tona envolvendo o secretário de Comunicação do Planalto, Fábio Wajngarten. Ontem, Bolsonaro afirmou que o auxiliar segue no cargo e que, pelo que viu até agora, "está tudo legal".

O presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, confirmou presença no ato "90 anos Pedro Simon – uma trajetória de lutas". A festa para comemorar o aniversário será no dia 1º de fevereiro, em Capão da Canoa. O evento é aberto ao público, que pode confirmar presença no site do MDB-RS.

MERCADO

INVESTIMENTOS

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO*

MAIORES ALTAS	AÇÃO	OSC. (%)	PREÇO (R\$)
	HAPVIDA ON NM	3,36	63,06
	USIMINAS PNA N1	2,98	9,67
	ECORODOVIAS ON NM	2,80	17,99
	CARFUREL BR ON NM	2,58	23,44
	TELEF BRASIL PN	2,41	59,51

MAIORES BAIXAS		OSC. (%)	PREÇO (R\$)
	COGNA ON ON NM	-2,67	12,02
	RUMO S.A. ON NM	-2,52	24,34
	BR MALLS PAR ON NM	-1,99	18,75
	QUALICORP ON NM	-1,79	41,63
	EMBRAR ON NM	-1,75	19,65

MAIS NEGOCIADAS		OSC. (%)	PREÇO (R\$)
	VIVAREJO ON NM	0,30	13,59
	PETROBRAS PN N2	-0,10	29,52
	BRADESCO PN N1	1,43	34,64
	ITAUUNIBANCO PN N1	0,20	34,70
	VALE ON NM	-0,52	55,17

ÍNDICE	PONTUAÇÃO	DIA	MÊS	EM 2020	12 MESES
Ibovespa	116.704	0,25%	0,91%	0,91%	23,63%

OS.: A VARIÇÃO DA SEMANA CORRESPONDE AOS ÚLTIMOS SETE DIAS SEGUÍDOS

FECHAMENTO	VALOR	20.311 BILHÕES*

*DADOS PRELIMINARES, ANTERIORES À DIVULGAÇÃO OFICIAL DA B3

RENDIMENTO DA CADERNETA

VENCIMENTO	POUPANÇA VELHA (%)	POUPANÇA NOVA (%)	VALIDADE	TR (%)
16/1	0,5000	0,2588	DE 16/12 A 16/1	0,0000
17/1	0,5000	0,2588	DE 17/12 A 17/1	0,0000
18/1	0,5000	0,2588	DE 18/12 A 18/1	0,0000
19/1	0,5000	0,2588	DE 19/12 A 19/1	0,0000
20/1	0,5000	0,2588	DE 20/12 A 20/1	0,0000
21/1	0,5000	0,2588	DE 21/12 A 21/1	0,0000

CDB

DIA	PREFIXADO PARA DIAS	AO ANO(%)
13/1	30	6,42
14/1	30	6,42
15/1	30	6,42
16/1	30	6,42

FONTE: AGENCIAS DE NOTÍCIAS *PARA GRANDES APORTES

INDICADORES DE INFLAÇÃO (%)

MÊS	IPCA	INPC	IGP-M	IGP-DI	INCC-M	ICV	IPC
	IBGE	IBGE	FGV	FGV	FGV	DIEESE	IEPE
SET/18	0,48	0,30	1,52	1,79	0,17	0,55	0,39
OUT/18	0,45	0,40	0,89	0,26	0,33	0,58	0,51
NOV/18	-0,21	-0,25	-0,49	-1,14	0,26	0,32	0,32
DEZ/18	0,15	0,14	-1,08	-0,45	0,13	-0,21	-0,45
JAN/19	0,32	0,36	0,01	0,07	0,40	0,43	0,49
FEV/19	0,43	0,54	0,88	1,25	0,19	0,35	0,13
MAR/19	0,75	0,77	1,26	1,07	0,19	0,54	0,98
ABR/19	0,57	0,60	0,92	0,90	0,49	0,32	1,15
MAI/19	0,13	0,15	0,45	0,40	0,09	0,20	0,57
JUN/19	0,01	0,01	0,80	0,63	0,44	-0,21	-0,16
JUL/19	0,19	0,10	0,40	-0,01	0,91	0,17	-0,02
AGO/19	0,11	0,12	-0,67	-0,51	0,34	0,07	0,13
SET/19	-0,04	-0,05	-0,01	0,50	0,60	-0,11	0,02
OUT/19	0,10	0,04	0,68	0,55	0,12	-0,04	-0,08
NOV/19	0,51	0,54	0,30	0,85	0,15	0,46	0,22
DEZ/19	1,15	1,22	2,09	1,74	0,14	0,87	0,72
EM 2019	4,31	4,48	7,30	7,70	4,13	3,09	4,21
12 MESES	4,31	4,48	7,30	7,70	4,13	3,09	4,21

ALUGUEL

INDICADOR	NOV/19	DEZ/19	JAN/20
IPC/IEPE	3,10%	3,00%	4,21%
INPC/IBGE	2,55%	3,37%	4,48%
IPC/FIPE	2,98%	3,53%	4,40%
IGP-DI/FGV	3,29%	5,38%	7,70%
IGP-M/FGV	3,15%	3,97%	7,30%
IPCA/IBGE	2,54%	3,27%	4,31%
MÉDIA INPC/IBGE E IGP-DI/FGV	2,92%	4,36%	6,09%

ÍNDICES VÁLIDOS PARA IMÓVEIS RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS - FONTE: SECOVIRS

MOEDAS

CÂMBIO COMERCIAL (EM R\$)

DIAMÊS	À VISTA*	DÓLAR PTAX**		EURO PTAX**	
		COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA
13/1	4,1423	4,1303	4,1309	4,5978	4,5989
14/1	4,1313	4,1437	4,1443	4,6078	4,6101
15/1	4,1850	4,1616	4,1622	4,6406	4,6425
16/1	4,1912	4,1720	4,1726	4,6472	4,6491

*FECHAMENTO DO DÓLAR NO MERCADO À VISTA DO BC. **PTAX AJURADA PELO BANCO CENTRAL (ATÉ 13h)

CÂMBIO TURISMO (R\$)

MOEDA	COMPRA		VENDA		DÓLAR FLUTUANTE (MÉDIA)			
	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	MÊS	R\$	MÊS	R\$
DÓLAR - EUA*	4,05	4,34	4,1309	4,5978	MAI	3,9973	JUN	3,8627
DÓLAR - EUA**	4,12	4,38	4,1443	4,6078	JUL	3,7826	AGO	4,0273
EURO*	4,50	4,84	4,1622	4,6406	SET	4,1249	OUT	4,0882
DÓLAR CANADENSE*	3,10	3,33	4,1726	4,6472	NOV	4,1599	DEZ	4,1092
LIBRA ESTERLINA*	5,29	5,69						
YENE JAPONÊS*	0,0367	0,0395						
PESO ARGENTINO**	0,05	0,11						
PESO URUGUAIO**	0,10	0,16						
PESO CHILENO**	0,0046	0,0064						
DÓLAR AUSTRALIANO**	2,70	3,10						

FONTE: BB * PRONTURISA **

PETRÓLEO

DATA	NOVA YORK	LONDRES	DIA	BM&F (R\$/GRAMA)	NOVA YORK (USOON/A-TROY)
13/1	58,03	64,23	12h	244,4	57,49

TAXA SELIC

TAXA MENSAL	MÊS	TAXA	IRPF
	JUN	0,47	3,39
	JUL	0,57	2,82
	AGO	0,50	2,32
	SET	0,46	1,86
	OUT	0,48	1,38
	NOV	0,38	1,00

FONTE: RECEITA FEDERAL

IMPOSTO DE RENDA 2020

TABELA DA RECEITA FEDERAL	BASE CÁLCULO	ATÉ R\$ 1.787,77	DE R\$ 1.787,78 ATÉ R\$ 2.679,29	DE R\$ 2.679,30 ATÉ R\$ 3.572,43	DE R\$ 3.572,44 ATÉ R\$ 4.463,81	ACIMA DE R\$ 4.463,81

DEDUÇÕES: R\$ 179,71 POR DEPENDENTE (MENSAL), R\$ 1.787,77 POR APOSENTADO PREVIDÊNCIA PÚBLICA OU PRIVADA E PENSÃO ALIMENTÍCIA INTEGRAL. CON RESULTADO APLIQUE A ALÍQUOTA E S

IMPOSTO DE RENDA 2019

TABELA DA RECEITA FEDERAL	BASE CÁLCULO	ATÉ R\$ 1.903,98	DE R\$ 1.903,99 ATÉ R\$ 2.826,65	DE R\$ 2.826,66 ATÉ R\$ 3.751,05	DE R\$ 3.751,06 ATÉ R\$ 4.664,68	ACIMA DE R\$ 4.664,68

DEDUÇÕES: R\$ 189,59 POR DEPENDENTE APOSENTADORIA OU PENSÃO PAGA P PRIVADA A SEGURADO COM 85 ANOS INTEGRAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O IN ALÍQUOTA E SUBTRAI A PARCELA D

CONTRIBUIÇÕES AO INSS

SALÁRIO-BASE	R\$ 998	R\$ 998	R\$ 998 ATÉ R\$ 5.839,45

*AUTÔNOMO **ALÍQUOTA EX INDIVIDUAL ***ALÍQUOTA EXCLUSIVA DO PL

SALÁRIO MÍNIMO

NACIONAL	REGIONAL (R\$)

SALÁRIO-FAMÍLIA

RENDIMENTO EM 2018	Para salários até R\$ 907,77 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 907,77 até R\$ 1.815,54 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 1.815,54 até R\$ 2.723,31 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 2.723,31 até R\$ 3.631,08 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 3.631,08 até R\$ 4.538,85 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 4.538,85 até R\$ 5.446,62 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 5.446,62 até R\$ 6.354,39 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 6.354,39 até R\$ 7.262,16 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 7.262,16 até R\$ 8.169,93 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 8.169,93 até R\$ 9.077,70 é de R\$ 1,00	Para salários de R\$ 9.077,70 até R\$ 9.985,47 é de R\$ 1,00

O SALÁRIO-FAMÍLIA DEVE SER PAGO A TRABALHADORES AVULSOS, CONF EQUIPARADOS DE QUALQUER CONDI

AGROPECUÁRIO

DESEMPENHO DA SOJA

BOLSA DE MERCADORIAS	Os contratos futuros da soja na Bolsa de ontem em queda. O bushel parou em 1,3444.

CONTRATOS EM US\$

Fonte: B3

SOJA (BUSHEL)

JAN/20	MAR/20	MAI/20
9,2	9,5	9,5

FARELO (TONELADA)

JAN/20	MAR/20	MAI/20
30,0	30,0	30,0

ÓLEO (EM CENTAVOS P

JAN/20	MAR/20	MAI/20
33,0	33,0	33,0

FONTE: B3

COTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

PRODUTO	PREÇO
ARROZ BENEFICIADO	R\$ 3,4951
ARROZ EM CASCA	R\$ 3,1931
FEUÃO PRETO	R\$ 3,6554
MILHO	R\$ 3,9461
SOLHA	

LOJAS E CONJUNTOS NO MOINHOS DE VENTO

VENDA E LOCAÇÃO

DIÁRIO

moinhos chroma

Enem: 53 candidatos têm nota máxima na Redação

Inep divulgou ontem os resultados individuais do Exame Nacional do Ensino Médio, e revelou que 143.736 participantes zeraram a prova

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), divulgou ontem os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2019 (Enem), realizado por 3,9 milhões de candidatos. As médias gerais das quatro áreas exigidas no exame foram: 523,1, para Matemática e suas Tecnologias; 520,9, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; 508, para Ciências Humanas e suas Tecnologias; e 477,8, para Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

NOTA MÁXIMA. Na Redação, 53 participantes obtiveram a nota máxima (1.000) e 143.736 tiraram a mínima (zero). Os maiores motivos observados para a nota zero foram: redações em branco (56.945), fuga ao tema (40.624) e cópia do texto motivador (23.265). A nota média das redações ficou em 592,9; e as notas 1.000 são de: Alagoas (2); Ba-

USO DA NOTA

- As notas individuais estão na Página do Participante (enem.inep.gov.br/participante/#!).
- O aluno deverá informar o CPF e a senha cadastrada.
- É possível, ainda, visualizar o número de inscrição, que é imprescindível para ingressar no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e no Programa Universidade para Todos (ProUni).
- A nota do Enem ainda pode ser usada para obter financiamento, via Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); ingressar em instituições de Ensino Superior; e, até, estudar em instituições parceiras, em Portugal.

hia (1); Ceará (6); Distrito Federal (2); Espírito Santo (1); Goiás (4); Maranhão (1); Mato Grosso do Sul (1); Minas Gerais (13); Paraíba (1); Pará (2); Pernambuco (1); Piauí (2); Rio Grande do Norte (3); Rio Grande do Sul (3);

Rio de Janeiro (6); e São Paulo (4).

Para os “treineiros”, aqueles que não concluíram o Ensino Médio em 2019, as notas estarão disponíveis em março, assim como o espelho da Redação. “O Enem foi um sucesso, no sentido em que tudo correu dentro do planejado, dentro do cronograma. Nós não tivemos surpresa. A prova foi muito bem recebida pela comunidade acadêmica, pelos participantes. O tema da Redação foi inesperado, mas bem aceito pela sociedade. A acessibilidade ao cinema foi considerada uma discussão importante”, considerou Alexandre Lopes, presidente do Inep.

AUSENTES. O número de inscritos que não compareceram às provas foi de 1.160.151, correspondendo a 22,77% dos inscritos. Destes, 67,28% tiveram direito à isenção da taxa de inscrição e 32,72% eram pagantes. Até então, o menor índice de ausentes tinha sido 24,53% (em 2018).

TRIBUNAIS DE CONTAS

Comitê apoia a construção do novo Fundeb

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), que reúne representantes dos Tribunais de Contas, emitiu uma nota em apoio a continuidade das propostas que vem sendo discutidas no Congresso para a criação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundo, que representa a grande fonte de financiamento da Educação Básica no país e que vigorará até o fim de 2020, é composto por parte dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino dos estados, Distrito Federal e dos municípios, além de complemen-

tação da União, na hipótese de os recursos não garantirem o valor mínimo nacional definido por aluno. De acordo a nota, “o Comitê Técnico da Educação do IRB vê com preocupação a possibilidade de se desconsiderar todo o longo e democrático processo de construção do novo Fundeb, o que poderá ocorrer se nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vier a tramitar”, como cogitado recentemente no país.

Atualmente há três PECs tramitando no Legislativo Federal, no sentido de tornar o Fundeb permanente. Na Câmara dos Deputados está em andamento a



Cezar Miola

RICARDO GIUSTI / CP MEMÓRIA

PEC 15/2015, já com minuta de substitutivo apresentada pela relatora, deputada Dorinha Seabra Rezende. No Senado, a matéria é objeto da PEC 33/2019 e da PEC 65/2019. O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, destaca que o assunto vem sendo objeto de inúmeras discussões, de modo que as PECs em curso incorporam os pontos capitais concernentes ao desenho e funcionamento do Fundo “Nada impede que os aprimoramentos que se façam necessários sejam realizados no seio das proposições já existentes, no ambiente dialógico que marca o processo.”



ENSI
Instituto de
REGINA PO

O início da na ES

Poli Marcellino Espirito, Secretária dos Negócios Públicos - e, em combatendo as necessidades Medicina, começara a achando mais importante blemas futuros. Formada Médica Escolar. Visitou constatação de que mais alunos subnutridos. Encontradas, alunos e, também. Por isso, foi concebida para solucionar esta situação, a que denominou “no Rio Grande do Sul”, imediatamente criou a sopa de colas de Porto Alegre, de uma vez por dia, uma refeição de êxito e estendida às de

Fazendo conferências, Educação, sobre temas de não insuficientemente também, entrevistado por ve visibilidade e foi ficando

A professora Florinda T mal de Porto Alegre, teve naquele educandário e, por Marcellino Espirito, que in dar início aos exames médicos, estetoscópio, tabela não havia verba orçament pra desse material. Foi ass campanha da garrafa vazia vimento foi muito bem ac da insuficiente para atende

Florinda valeu-se de seu c ras e conseguiu comprar t O Gabinete Médico ent nos passaram a ser exami contradas. Os pais ou resp ao Gabinete Médico, onde lhos e a orientação lhes foram encontradas numer cionais, cardíacas e outras

Com a transferência da 1937, ganhou, o estabelec vado ao Gabinete Médico cação de urgência. Dona F ma atenção a esses serviç e conseguindo fazer funci Brasileira de Assistência d

O Dr. Poli Marcellino Es Normal (e o primeiro médi guiu nessa atividade duran depois, com outros colega

Posteriormente, o Gabi co e Dentário do Instituto

Educação básica ameaçada

Fundeb precisa ser renovado até 31 de dezembro de 2020, sob pena de inviabilizar o ensino em 85% dos municípios

MARCELO KERVALT

marcelo.kervalt@zerohora.com.br

Principal fonte de financiamento da educação básica, o Fundeb tem de ser renovado até 31 de dezembro sob pena de inviabilizar essa etapa da aprendizagem em pelo menos 85% dos municípios gaúchos. Conforme a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado, aproximadamente 420 prefeituras dependem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica para pagar a totalidade de seus professores. Em algumas, o mecanismo representa fatia substancial das verbas que alimentam os cofres públicos, como em Parobé.

Na cidade do Vale do Paranhana, os R\$ 32,2 milhões líquidos recebidos em 2018 significaram 23% da receita corrente, conforme levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em Viamão, na Região Metropolitana, município que mais se beneficiou em 2018, ao receber a cifra líquida de R\$ 90 milhões, o Fundeb correspondeu a 18% das entradas de verbas naquele ano.

– Temos 27 mil alunos matriculados em 62 escolas, todas com cercamento eletrônico. Com o dinheiro, conseguimos investir em videomonitoramento para dar segurança às crianças e evitar furtos, na ampliação das escolas, pagamento dos professores, compra de uniforme e de material pedagógico. Isso reflete na qualidade do nosso ensino – conta o prefeito de Viamão, André Pacheco.

Debate

O Fundeb é uma reserva especial feita por todos os Estados e pelo Distrito Federal para subsidiar a educação básica. É formado por 20% de oito receitas (veja quadro) e distribuído proporcionalmente ao número de alunos. Também engordam o fundo 10% de verba federal calculado sobre o total arrecadado

mínimo estipulado para ser gasto anualmente com cada estudante, fixado em R\$ 3.643,16 para 2020, se apropriam desses 10% da União para atingir a cota mínima. É nesse percentual que reside a principal discussão para renovação do mecanismo, criado em 2006.

Por meio de três propostas de emenda à Constituição (PECs), o Congresso caminha para torná-lo permanente (sem data de validade, como prevê a lei atual) e aumentar a contribuição federal. Porém, as matérias apontam diferentes caminhos.

A mais ambiciosa vem sendo discutida no Congresso desde 2015 e propõe ampliar de 10% para 40% a participação da União em 10 anos. O governo federal defende 15% de aumento e “recomeçar a discussão do zero”, como já sinalizou o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, organismo que congrega tribunais de Contas do país, Cezar Miola se preocupa com a possibilidade de não haver tempo suficiente, até o fim do ano, para aprovação de nova PEC que nem sequer foi protocolada.

– Não dá para discutir do zero. Sem esse fundo, alguns municípios entrarão em grave crise. É um instrumento que dá equidade à educação, diminuindo a desigualdade social – observa o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do RS, que defende a inclusão do fundo na Constituição.

– Seis em cada 10 reais gastos na educação básica vêm do Fundeb. O fundo arrecada R\$ 160 bilhões por ano, uma receita significativa. Precisamos nos esforçar para aumentá-lo e para melhorar a qualidade da sua aplicação – diz João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política da ONG Todos Pela Educação, de Brasília.

Atualmente, o Fundeb subsidia mais de 40 milhões de matrículas

GAÚCHAZH

Mais notícias de educação em gzh.rs/ed

“

Sem esse fundo, alguns municípios entrarão em grave crise. É um instrumento que dá equidade à educação, diminuindo a desigualdade social.

CEZAR MIOLA

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa



Escola Apolinário Alves dos Santos, em Viamão, foi reformada e ampliada com verba

As propostas

DO SENADO

PEC 65/2019 – Sugere tornar o fundo permanente na Constituição e ampliar dos atuais 10% para 40% a complementação da União em 11 anos.

PEC 33/2019 – Propõe tornar o fundo permanente na Constituição com complementação de 30% em três anos.

Ambas aguardam que a Mesa Diretora defina se tramitarão conjuntamente. Depois, serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça. Não há data para votação em plenário.

DA CÂMARA

PEC 15-A/2015 – Prevê elevação inicial da complementação para 15% e aumento gradual até 40% em 10 anos. Tramita em comissão especial sem data para ir a plenário.

DO GOVERNO

Deve sugerir que repasse da União ao Fundeb chegue a 15% em cinco anos, subindo progressivamente. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, declarou que um aumento superior a esse índice só pode ser discutido mais para frente,

A importância no orçamento

Municípios em que o Fundeb tem mais representação à própria receita corrente

Município	Líquido recebido
Parobé	R\$ 32.222.785,87
Araricá	R\$ 5.420.222,71
Sapiranga	R\$ 41.970.546,69
Viamão	R\$ 90.073.709,33
Alvorada	R\$ 64.638.088,31
Capão do Leão	R\$ 11.747.655,00
Três Coroas	R\$ 13.458.264,38
Eldorado do Sul	R\$ 18.720.711,15
Balneário Pinhal	R\$ 7.444.896,30
Nova Hartz	R\$ 8.637.176,21

Fonte: Tribunal de Contas do Estado

As oito receitas que formam o Fundeb

- 1 – Fundo de Participação dos Estados (FPE)
- 2 – Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- 3 – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- 4 – Imposto sobre Produtos Industrializados, proporção de exportações (IPIexp.)
- 5 – Desoneração das Exportações (LC nº 87/96)
- 6 – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)
- 7 – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
- 8 – Cota de parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR)

Ingresso antes dos 6 anos é vetado

Representação é assinada pelas 11 Promotorias Regionais de Educação do Ministério Público

Recomendação conjunta dos promotores de Justiça regionais de Educação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS) aos Conselhos e Secretarias Municipais de Educação, expedida nesta semana (em 10/2), garante que, para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental, é obrigatória a matrícula de crianças que tenham 6 anos completos ou a completar até 31/3 do corrente ano. E delibera que crianças que completarem 6 anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil, na modalidade Pré-Escola.

A informação é da deputada Sofia Cavedon, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, ao destacar que a decisão do MP está em consonância com as diretrizes



ALEXANDRE MENDEZ / CP MEMÓRIA

Deliberação é para matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental municipal

curriculares nacionais da Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação. No documento, o MP salienta que a recomendação tem a finalidade

de resguardar a integração e uniformização às normas nacionais, assegurando à população infantil a devida segurança jurídica, proporcionando-lhe trata-

mento isonômico e idêntico nos processos de ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental em todos os municípios do RS, assim como nos processos de ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental junto aos demais estados e municípios da Federação.

Assim sendo, as instituições de ensino terão que informar o Ministério Público, por intermédio da Promotoria de Justiça Regional de Educação local, sobre as providências adotadas para o cumprimento do disposto na Recomendação Conjunta 01/2020 ou sobre as razões para seu não acatamento. Sofia alerta que, em acordo com o documento dos promotores, a inobservância da Recomendação do MP pode implicar na imediata adoção de medidas legais cabíveis aos Juízes judiciais e/ou extrajudiciais.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL / RS AVISO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020: O município de Crissiumal torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial** – cujo objeto é a **aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, destinados a manutenção de viaturas e máquinas da administração municipal**, sendo a data da abertura das propostas no dia 02 de março 2020, às 14 horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020: O município de Crissiumal torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo objeto é a **aquisição de equipamentos para academia ao ar livre - simuladores de caminhada duplo, conforme Convênio SEL. Nº 003/2019 – Secretaria do Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul**, sendo a data da abertura das propostas no dia 03 de março 2020, às 09 horas. Os editais e maiores informações poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Av. Presidente Castelo Branco, 424 – Crissiumal – RS, pelos fones: 55 3524-1180 / 3524-1200, em horário de expediente, via e-mail: licitacoes@crissiumal-rs.com.br ou pelo site: www.crissiumal-rs.com.br.

Crissiumal, 13 de fevereiro de 2020.

ROBERTO BERGMANN - Prefeito Municipal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO

A Universidade Federal de Santa Maria, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 96.463, de 17 de outubro de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que:

1. Realizará as seguintes Licitações:

Pregão Eletrônico 18/2020 do Tipo **Menor Preço** Global, para **MANUTENÇÃO DE ELEVADORES NO CAMPUS DA UFSM**. Entrega das propostas a partir do dia 14.02.2020 às 8 horas, no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura da proposta 02.03.2020 às 9 horas no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

2. Os editais completos poderão ser retirados nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ufsm.br, ou no endereço: Prédio da Administração Central, sala 657, 6o andar, Cidade Universitária, Santa Maria, RS, fone (55)3220 8189, no horário de expediente externo da Universidade.

Santa Maria, 14 de fevereiro de 2020

Jayme Worst

Coordenador de Licitações

PREVIDÊNCIA

Pedido de inconstitucionalidade

O Cpers e as entidades que compõem a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública (UG) ingressaram, dia 12/2, no Tribunal de Justiça do RS, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei complementar 15.429/2019, aprovada em dezembro, na AL.

A lei instituiu novas alíquotas previdenciárias, incluindo o desconto de aposentados que recebem abaixo do teto do INSS; e busca adequar os parâmetros de aposentadoria à Reforma da Previdência do governo Bolsonaro.

As entidades signatárias na Adin, além de UG e Cpers, são

Ajuris, Adpergs, Afisvec, AMPRS, Asdep e Sindifisco. O objetivo é suspender a aplicação das regras e contestar a reforma previdenciária no Estado. A ação ajuizada se fundamenta na inexistência de cálculo atuarial para a majoração, inconstitucionalidades em relação às constituições federal e estadual, e ao princípio da igualdade de fisco e retrocesso social.

Com a atualização do teto do INSS para 2020 (R\$ 6.101,06), os aposentados com proventos neste valor serão taxados com alíquotas progressivas, incidindo sobre diferentes faixas salariais. Cálculo no site cpers.com

PROJETO INTEGRAR

Apoio a políticas públicas de ensino

Representantes dos 19 Tribunais de Contas (TCs) presentes na reunião do Conselho Nacional de Presidentes dos TCs, neste mês (em 6/2), em Brasília, assinaram a adesão ao Projeto Integrar. Os quatro demais órgãos de controle externo devem aderir em breve. E outros nove TCs já inte-



Cezar Miola

controlam de maior impacto. O projeto pretende também melhorar o planejamento de fiscalizações em nível nacional, induzir o aperfeiçoamento da gestão das políticas descentralizadas e o uso de indicadores de desempenho, especialmente em termos de informações

VINICIUS RORATTO / CP MEMÓRIA



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESA S

Relatório barra uso de verba da educação na Previdência

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda constitucional (PEC) que pretende tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) deve chancelar o aumento na contribuição da União para o financiamento do ensino no país. Embora o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tenha indicado que o governo aceita subir o aporte de 10% para 15%, os deputados almejam que o complemento federal chegue a 20%.

Além de rever as regras de distribuição dos recursos, o relatório apresentado na semana passada pela deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) modifica o artigo 212 da Constituição

e determina que o percentual mínimo de 25% do orçamento a ser aplicado na educação por Estados e municípios não pode incluir o pagamento de pensões e aposentadorias.

Caso o dispositivo seja aprovado, os entes federativos não poderiam computar como investimento em educação o valor gasto com a Previdência. Atualmente, essa possibilidade é aceita pela maioria dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs).

Com base em dados de 2018 do TCE-RS, caso já se aplicasse esse critério, o investimento em educação no Rio Grande do Sul cairia de 27,26% para 16,32%. Na prática, cerca de R\$ 3 bilhões seriam retirados

da Previdência e direcionados para investimentos na área.

O conselheiro do TCE gaúcho Cezar Miola, que preside o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, defende o novo mecanismo.

– Será possível assegurar os recursos, hoje alocados em custeio, para dar efetividade às políticas públicas da educação – sustenta Miola, que participou de audiências no Congresso e mantém diálogo com Dorinha.

Outro ponto do relatório elogiado por Miola é a determinação de que parte do ICMS recolhido nos Estados seja distribuído aos municípios a partir de indicadores de melhoria na aprendizagem, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

GAÚCHAZH

Leia outras colunas em gauhazh.com/rosanedeoliveira

Homenagem transferida



Para não coincidir com eventos da Expodireto Cotrijal, em 4 de março, a sessão solene em homenagem ao Dia da Mulher será realizada no dia 11 pela Assembleia Legislativa. A mudança na data foi definida ontem, em reunião das deputadas (foto) com o presidente da Casa, Ernani Polo (PP), e o vice-presidente, Zé Nunes (PT).

Na ocasião, sete mulheres escolhidas pelas parlamentares receberão o troféu Mulher Cidadã.

Na semana passada, a deputada Luciana Genro (PSOL), sugeriu que a Casa voltasse a adotar a regra de permitir apenas o pronunciamento de deputadas na sessão, mas o pleito não foi acolhido.

– A forma atual distorce o objetivo da homenagem, de dar protagonismo às mulheres – argumenta Luciana.

Ainda no dia 11, Silvana Covatti (PP) assumirá o comando da Procuradoria da Mulher, substituindo Kelly Moraes (PTB).

ALIÁS

Principal fonte de financiamento da educação no país, o Fundeb tem caráter provisório e sua vigência termina no dia 31 de dezembro deste ano. A proposta de tornar o fundo permanente deve ser votada na Câmara ainda no primeiro semestre, e precisa passar pelo Senado para entrar em vigor a partir de 2021.

Revisão da tarifa

No embalo das discussões sobre o pacote para o transporte público enviado à Câmara de Municipal pela prefeitura, o vereador Felipe Camozzato (Novo) quer colocar em votação o projeto que acaba com uma regra para a definição do preço da passagem nas lotações da Capital.

Pela regra atual, o valor da tarifa deve ser entre 1,4 vez e 1,5 vez o custo da passagem de ônibus. A associação que representa os motoristas de lotações apoia a proposta.

– Os aplicativos de transporte trouxeram uma disrupção para o sistema de transporte e precisamos readequar os demais modais a essa realidade – sustenta o vereador.

Pacote é apresentado no México



Convidado pelo Instituto de Recursos Mundiais do México (WRI, na sigla em inglês), o secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre, Rodrigo Tortoriello, está apresentando os projetos da prefeitura para o transporte público em um evento na Cidade do México. O seminário reúne especialistas dos Estados Unidos e da América Latina para discutir os desafios na área da mobilidade.

Ontem, em um painel que

debateu a regulamentação de aplicativos, Tortoriello (à direita) detalhou a proposta de criar uma taxa para as viagens de transporte individual, que seria convertida em subsídio no valor da passagem de ônibus.

– O que chamou a atenção foi que o projeto não pretende apenas regulamentar os aplicativos, como ocorre, por exemplo, aqui na Cidade do México, mas atrelar isso à redução do preço da tarifa

de ônibus – disse o secretário à coluna.

Segundo ele, a proposta de instituir um pedágio urbano não foi alvo de questionamentos: – Essa ideia já está muito mais madura fora do Brasil.

Tortoriello também participou ontem da discussão sobre meios de transporte utilizados para percorrer distâncias curtas, como bicicletas e patinetes compartilhados. O secretário retorna ao Brasil no sábado.

Terra promete atuar nas eleições

Demitido do Ministério da Cidadania, o líder do governo na Câmara, Osmar Terra (MDB), pretende engajar-se em campanhas de aliados nas eleições municipais. Em áudio enviado a apoiadores de Santa Rosa para explicar a saída da esplanada, Terra prometeu “acampar” na região.

– O presidente (Jair Bolsonaro) deu orientação de que nenhum ministro deveria se envolver nas campanhas municipais, e eu ficaria com um problema. Mas agora estou livre – declarou o deputado, na gravação de 12 minutos.

Terra disse ainda que vai retomar visitas à base na primeira semana de março e que pretende manter a influência no governo Bolsonaro para atender demandas da região.

EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, A SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E LAZER LEVARÁ 30 CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE NÃO CONHECEM O MAR PARA PASSAR O DIA EM CAPÃO DA CANOA, NA SEXTA-FEIRA.



Pandemia: TCEs devem fiscalizar oferta de ensino

Nota do Comitê Técnico de Educação sugere ações de controle, tanto no período de suspensão de aulas como na retomada das atividades

O Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), organismo vinculado aos Tribunais de Contas do país, encaminhou nota técnica a estes órgãos de fiscalização e controle com sugestões e recomendações para se reduzir os impactos negativos gerados pela suspensão das aulas nas redes de ensino municipais e estaduais em função das ações de enfrentamento à pandemia de coronavírus.

De acordo com o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, conselheiro do TCE-RS, a situação de crise impacta fortemente não apenas a saúde e a economia, mas também outra área sensível do país, a Educação. “Os órgãos de controle têm condições de atuar de forma orientadora, preventiva e indutora na mitigação dos efeitos negativos da suspensão das aulas para as crianças

EAD PREOCUPA

- O Comitê sugeriu o monitoramento das redes de ensino para verificar se estão apoiando os docentes para que desenvolvam conteúdo e atividades a distância.
- Pesquisa do Instituto Península1 (ver em bit.ly/2y5Ca02) apontou que somente 43,1% dos docentes das redes estaduais, e 32,5%, das redes municipais estão interagindo remotamente com seus alunos (frente a 60% da rede privada).

e jovens brasileiros”, disse.

As sugestões compreendem ações para as fases de isolamento social e fechamento das escolas e retomada das atividades. Entre elas, estão o acompanhamento da oferta de atividades a distância para os estudantes, principalmente para aqueles em

contextos socioeconômicos mais vulneráveis e o incentivo à distribuição dos alimentos perecíveis existentes nas escolas para as famílias, mediante parceria com instituições de assistência social.

A nota ainda destaca a necessidade da busca ativa dos alunos que podem não retornar à escola após as atividades serem retomadas e a sugestão para que gestores elaborem planos de ação, contendo as medidas de reorganização do calendário escolar, incluindo recuperação das aulas, com atividades no turno e contraturno. O documento contou com subsídios do Instituto Articulare e do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), que mantém acordo de cooperação técnica com o IRB. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também divulgou trabalho a respeito.

Garantia do aprendizado é o foco

O documento enviado aos Tribunais de Contas aponta ações a serem feitas durante o fechamento de escolas e, também, para depois da retomada das aulas presenciais. No primeiro período estão sugestões como a busca de informações sobre ações empreendidas pelas redes públicas, visando a garantir o acesso dos alunos aos conteúdos de aula e a procura de articulação com canais de TV e de rádio disponíveis para que conteúdos pedagógicos sejam oferecidos ao maior número de alunos possível. O documento também aponta a necessidade de examinar se as redes estão

atuando no planejamento e na elaboração de estratégias para garantir o cumprimento da carga mínima anual de 800 horas.

Já, após a retomada das aulas presenciais, o Comitê sugere a busca de formas para aferir a qualidade e cobertura do atendimento a distância durante o período de isolamento e as medidas para recuperar os conteúdos. Também aponta a importância da análise de legalidade e regularidade das despesas necessárias para recomposição do calendário escolar; o acompanhamento de como será viabilizada a alimentação dos alunos, e de como se dará o transporte escolar.

AGENDA DO ENSINO

■ **On-Line:** O Sebrae RS preparou uma programação intensa para a semana de 13 a 17/4. As atividades começam com a palestra “Como Desenvolver uma Equipe Empreendedora em Tempos de Crise”, que acontece no dia 13/4, às 16h, com a consultora e contedista nas áreas de empreendedorismo, gestão estratégica e inovação em modelos de negócio, Ana Carolina Borges. Mais detalhes: sebraers.com.br/coronavirus.

■ **Cesuca:** Com o intuito de auxiliar empreendedores de Cachoeirinha e região a lidar com a situação atual e criar outras estratégias de mercado, a Cesuca - Faculdade Inedi, anunciou, o “Ação Cesuca”, que já está com inscrições abertas e estima atender 30 companhias locais. Inscrições até 20/4, no link bit.ly/2a1eluz/

SUBSTITUIÇÃO

Mudança na Educação

Ilona Becskházy, ex-coordenadora da rádio CBN e coordenadora de Educação, assumiu a secretaria de Educação do Ministério da Educação (MEC). Quem estava no cargo era Janio Macedo, que pediu demissão na quinta-feira (6), segundo o MEC, por motivos pessoais. A pasta agradeceu o trabalho de Janio, “serviço público do Banco do Brasil”, comandou a secretaria de Educação por quase um ano, e desafiou o processo em seus novos papéis pessoais. Sua dedicação ajudará o país a sair dos índices do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é uma de suas metas”, publicou em nota.

Fontes ligadas ao MEC afirmam, porém informaram que o ex-secretário estava descontente com a mudança de posições adotadas pelo



Professores e alunos promovem

UNISC

Mutirão pro

No trabalho de combate ao coronavírus (Covid-19), as frentes vêm sendo formadas para auxiliar a produção. A Universidade de Cruz do Sul (Unisc), na quarta-feira, (8/4), realizou um mutirão para a produção de um pão artesanal. A confecção do material teve participação de professores Wolmar S. Nádia Baccar, Ana Becker Rohlfes e Rosana Noidor; da mostra de

7 de abril - Dia Mundial da Saúde

O DESAFIO AGORA É OUTRO, COMBATER O NOVO CORONAVÍRUS.

Saiba mais em: unimed.me/fiqueemcasa

CUIDAR DE VOCÊ ESSE É O PLANO

MÊS UNIMED MUDEI O HÁBITO Unimed

ANS - nº 367087



JUREMIR MACHADO DA SILVA

juremir@correiodopovo.com.br

Meus lugares

Chegará a hora de falar de todos os que têm me ajudado nesta travessia. Olho pela janela de casa e me emociono com a beleza de certos dias. Parecem pintados para nos convencer da força da natureza. Fui tomado por uma obsessão reflexiva sobre como tenho vivido. Faço o que gosto, com entrega e paixão, mas quantas vezes deixo de caminhar no parque para trabalhar mais um pouco? Com o passar dos anos, fui menos a bares, joguei menos conversar “fora” com os amigos, tornei-me sempre mais produtivo e eficaz. De repente, comecei a pensar que os sorrisos, os abraços, os beijos e os apertos de mão contam mais do que tudo.

Passéi a pensar nos “meus”: a Cláudia, os familiares, os amigos, os colegas. Eles vêm inundando meus contatos com manifestações de carinho. Eu os amo. Na vida, tenho sido de poucos declarações derramadas. Fui aprendendo a ser discreto. Eu não era assim. Na adolescência, fazia o gênero rebelde sincero. Falava tudo. A idade adulta me ensinou a temperar, segurar, ponderar, calcular. No fundo de mim, porém, existe um ser afetivo que pode polemizar por escrito, mas odeia ser indelicado com quem quer seja ou levantar a voz. Sou daqueles que ficam uma semana remoendo uma possível ofensa sem querer, uma frase ambígua, uma grosseria. Nestes dias de medo, tenho pensando em cada coisa simples que eu não fiz, em cada abraço que eu não dei, em cada sorriso que eu não retribuí, em cada afago que eu poderia ter feito.

Quantos amigos feitos ao longo do tempo, alguns com os quais o contato parecia perdido, surgiram do passado para me cobrir de carinho e de preocupações diárias tão sinceras. Confesso que tenho ido às lágrimas. Contarei mais tarde como tudo começou e como tenho vivido tudo isso. Certamente não serei mais o mesmo. Muitas coisas que me pareciam essenciais agora me surgem como pequenas vaidades. Eu nunca havia pensado efetivamente na morte. É um choque de realidade. O sol brilha enquanto escrevo neste domingo e eu me digo: como eu amo esta cidade, este bairro, este Estado, as pessoas com quem convivo.

Ao voltar para casa, ao longo da avenida Ipiranga, cada rua parecia me sorrir. Tenho andado por esses lugares nos últimos 40 anos e sinto que fazem parte de mim. É por isso que eu nunca iria embora viver no exterior. Preciso de cada cantinho desta cidade para existir. Um naco do parque da Redenção que capturo pela janela me enche de esperança e de ternura. A vida pulsa e eu quero pulsar com ela. A vida dança e eu quero dançar com ela. Quando eu era guri, dançava nos bailes da campanha. Quando foi que parei de dançar e me deixei endurecer?



Agora, quero cultivar o jardim do nosso cotidiano, colher pequenos gestos, semear lírios, rosas, dalias, amor, simpatia e essa pequena capacidade de ser pessoa, ou seja, ser alguém de sentimentos, num universo tão volátil.

EDITORIAL

Pagamento emer

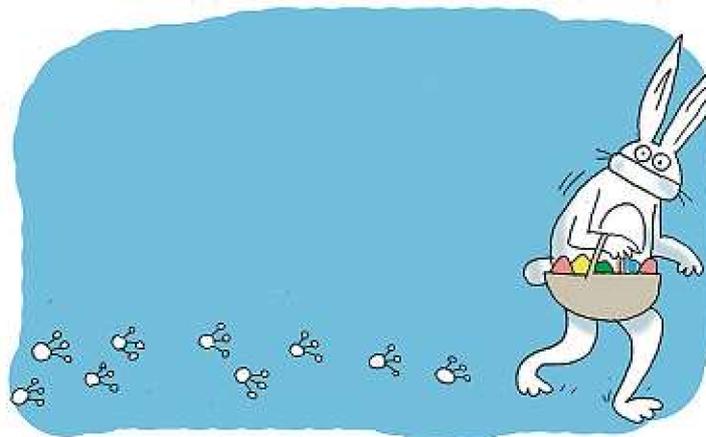
O governo federal está anunciando que realizará de imediato o pagamento emergencial de R\$ 600,00 para informais, autônomos, microempreendedores individuais, beneficiários do Bolsa Família e para mulheres que cuidam sozinhas da família. Aqueles que não estiverem cadastrados em nenhum tipo de registro oficial do governo poderão se habilitar para o recebimento do valor por meio de um aplicativo que será disponibilizado para esse fim. A princípio, esse valor deverá ser pago por um período de três meses, podendo ser prorrogado por mais tempo, dependendo da evolução da pandemia e das recomendações advindas das autoridades da área da saúde.

Essa medida vem em boa hora para dar um

suporte p
segmento
os que em
breviver n
economia
com que n
meios usu
sua famíli
para a im
volve mill
programa
des, princ
Outrossim
para gara
quem real

CHARGE

Tacho



ARTIGO

Cezar Miola

Transparência como estratégia de combate

A informação e a transparência são duas das armas mais importantes para o enfrentamento da pandemia que colocou em alerta o mundo inteiro. Cidadãos bem informados têm melhores condições de tomar decisões. Governos transparentes garantem mais confiança e proximidade com os seus liderados. Se esse cenário, em dias de normalidade, já se impõe como necessário, em tempos de calamidade pública é ainda mais relevante.

A Medida Provisória (MP) 928, editada pelo governo federal e agora suspensa em caráter liminar pelo Supremo Tribunal Federal, gerou críticas de especialistas e de inúmeras entidades, sobretudo daquelas ligadas à defesa da transparência e do controle social no Brasil, haja vista as restrições que impunha ao acesso à informação.

Se, por um lado, se compreende

restrição geraria mais lacunas, dúvidas, abrindo espaço para a burocraticidade nas respostas e para a desconfiança dos cidadãos. Além disso, a falta de transparência previa a negativa de recursos, o que é uma ferramenta para se obter os recursos que levaram à administração pública a negar a informação.

A Lei de Acesso à Informação foi criada e tem se constituído num instrumento fundamental para o monitoramento e a avaliação das ações governamentais, sendo instrumento substancial, sobretudo para a atividade dos jornalistas. Esses profissionais, particularmente, têm um papel decisivo no contexto da crise, levando informações e orientações à população.

Por sua parte, os Tribunais de Contas não apenas colocaram em prática os comandos da LAI, como atuam firmemente na sua fiscalização, a fim de que ela seja rigorosamente observada por todos os poderes e órgãos.

Em quase 30 anos de atuação no Tribunal de Contas (TCE) gaúcho, Cezar Miola já acompanhou ou acompanha, de diferentes ângulos, o desempenho de oito governadores e de milhares de prefeitos. Ele é conselheiro desde 2008 e, de 2011 a 2015, presidiu o Tribunal. Miola falou com o +Domingo a respeito dos desafios impostos pela pandemia na fiscalização dos gastos públicos

GASTOS PÚBLICOS E A CRISE



CEZAR MIOLA
POR FLAVIA BEMFICA

Após solicitação da Advocacia-Geral da União, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou o governo a criar despesas para enfrentar a pandemia sem apontar a origem das receitas. O que vale também para Estados e municípios. A decisão é acertada?

O ministro analisou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinam a indicação obrigatória da fonte de custeio para qualquer aumento de despesas. Trata-se de um princípio importante, nas situações de normalidade, para se evitar o desequilíbrio nas contas e reforçar a importância do planejamento e da transparência. Para mim, está claro que essa legislação deverá ser aperfeiçoada, uma vez que, como ressaltou o relator, não foi capaz de prever o cenário tenebroso vivido hoje. Precisamos de uma legislação que, mesmo com rigor fiscal, permita ao Estado proteger o bem maior, a vida de seus cidadãos. Para conceder a medida cautelar, o relator considerou que a pandemia representa uma condição im-

breviver para depois discutir como pagar a dívida. O fato é que, resolvido esse embate contra o vírus, haverá aumento dos contingenciamentos, queda nos investimentos e, na medida de possível, redução de despesas correntes, como a de pessoal. Mas deverá ser também analisada a possibilidade de aumento da receita, com ação efetiva do poder público e maior fiscalização. É urgente ainda fazer ampla revisão das desonerações fiscais, precisamos conhecer a sua real dimensão e quem se beneficia delas.

Como se dá a atuação do TCE a partir desta mudança? Como fiscalizar governos em tempos de pandemia?

Nesta situação de crise, o poder público tem sido pressionado, a partir de diferentes fontes, a agir. Considero importante que os Tribunais possam contribuir exercendo uma ação pedagógica e preventiva. Nesse sentido, por exemplo, o TCE-RS e a Famurs lançaram uma cartilha de orientações ao administrador, abordando temas sensíveis, como a própria LRF. Há outras iniciativas no país, como a criação do Plano Especial de Acompanhamento

de trabalho com o que é possível, ainda mais nos tempos difíceis em que vivemos hoje. Nessa linha, é importante que os administradores públicos, com a elevadíssima responsabilidade que lhes recai nestas horas, se acautelem, adotando as medidas em defesa da boa e correta aplicação dos recursos do Tesouro, o que inclui a busca dos melhores preços e condições, adotando boas práticas e dando radical transparência aos seus atos.

Os governos vão poder adotar regras mais flexíveis não só na saúde, mas também na cobertura da população mais desassistida, na proteção do mercado de trabalho e no socorro a empresas. O senhor entende que o governo gaúcho e os municípios do RS de forma geral têm condições de efetuar gastos mais elevados nestas outras áreas?

Avalio que essa “adoção de regras mais flexíveis” deverá ser analisada caso a caso. Não é possível emitir um juízo de valor com base em fatos hipotéticos, sem definir o objeto e a extensão dessa “relativização”. As condições econômicas do ca-

ARTIGOS

A RESPONSABILIDADE DE CADA UM

CEZAR MIOLA
Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul
cezar@tce.rs.gov.br



A possibilidade de reabertura do comércio na maioria dos 497 municípios reduz a pressão econômica à qual as autoridades locais estavam submetidas. É hora de substituir essa pressão por outra, da sociedade civil, dos empresários e dos setores do serviço público focados no combate ao coronavírus. Se, por um lado, essa reabertura pode mitigar os efeitos econômicos negativos, de outro, tem potencial para gerar riscos ao controle da pandemia. Por isso, as ações de prevenção precisam ser cumpridas à risca.

De acordo com os decretos publicados pelo governo do Estado, os municípios que autorizarem a retomada de atividades devem editar atos fundamentados, a partir de evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde.

Assim, torna-se imprescindível um levantamento confiável, abrangendo os casos locais de infecção, o número de habitantes enquadrados nos grupos de risco e a situação do sistema de saúde, verificando se haverá infraestrutura disponível para receber a provável demanda, por exemplo.

A ação estatal deve estar norteada pela busca racional do bem comum e pela preservação da vida

Para reabrir, os estabelecimentos deverão adotar as medidas de prevenção determinadas nos decretos, e os gestores locais, fiscalizar de

forma rigorosa essas ações, a fim de assegurar a sua eficácia e efetividade. Se não o fizerem, poderão ser responsabilizados. Afinal, quem não consegue controlar não pode autorizar; e se proceder sem os pressupostos necessários, submete-se aos ônus previstos na ordem jurídica.

Além disso, para manter as portas abertas, as empresas precisam manter uma relação dialógica com a administração pública e com a população, divulgando as medidas para trazer segurança aos clientes. Trata-se de uma construção coletiva, que depende do poder público, dos empresários e da população. Nesse cenário, a ação estatal deve estar norteada pela busca racional do bem comum e, fundamentalmente, pela preservação da vida. E quanto a isso parece não haver divergências.

LIÇÃO PARA O VAREJO

PAULO KRUSE
Presidente do Sindilijas Porto Alegre
presidencia@sindilijaspoa.com.br



Há mais de cem anos, a maior feira de varejo do mundo, a NRF, que teve sua 109ª edição no mês de janeiro em Nova York, traz exemplos de empresas do setor varejista que crescem inovando. Temas como propósito da marca, sustentabilidade e relações com clientes e fornecedores são geralmente debatidos por lá, assim como o uso de novas tecnologias, já comuns no comércio de vários países. Questões essas que naturalmente vêm se modificando ao longo de décadas.

No entanto, sabemos que para nós, brasileiros, existem fatores que freiam o crescimento de nossas empresas, principalmente quando se trata da implementação de tecnologias. Mas, se queremos continuar a fazer parte desse cenário desafiador, levando até as pessoas o que elas procuram ao mesmo

tempo que fazemos o nosso negócio crescer, precisamos encontrar maneiras de nos aproximar desses assuntos.

É possível inovar tendo um negócio com propósito ligado a causas sociais

Devemos entender que inovação não diz respeito necessariamente à tecnologia. É possível inovar tendo um negócio com propósito ligado a causas sociais, por exemplo, e com isso transmitir o verdadeiro valor daquilo que é comprado pelas pessoas. Seja um serviço, um produto, um atendimento ou qualquer outra iniciativa da marca. Ações que demonstrem preocupa-

ção com as pessoas e com o meio ambiente se diferenciam sempre, pois fazem com que o consumidor entenda que nós merecemos estar no mercado.

Quando a pandemia passar e as empresas voltarem a suas atividades, o cenário será outro. Todos, de forma geral, foram impactados drasticamente pelas perdas econômicas, independentemente do segmento ou porte. Será imprescindível que pessoas com ideias e ações arrojadas ajudem na retomada do crescimento do comércio, bem como de todos os setores. A nós, lojistas, cabe fazer aquilo que é certo, termos compreensão de que precisamos agir com honestidade e ética com nossos fornecedores e clientes, com resiliência e muito empenho. Vamos nos fortalecer juntos. É hora de virar a chave, senão será a hora de pararmos de vez.

EM DIA

AS QUARENTENAS DO BRASIL

RICARDO HINGEL
Economista, consultor e
conselheiro de empresas
rhingel@gmail.com



A pandemia da covid-19 atingiu o Brasil em um péssimo momento. Enfileirando décadas de crescimentos tímidos que coincidiram com o avanço do Estado na economia, com o aumento continuado da carga tributária e da dívida pública, construiu-se um país gastador.

A recessão recente e a modesta recuperação que vinha ocorrendo era a conta de desastrosos históricos de que milhões de desempregados e empresas em dificuldades conhecem bem as consequências.

As reformas já implantadas, com destaque para a trabalhista e a da Previdência, aguardam a companhia de um conjunto de muitas outras, com destaque para a administrativa e a tributária, além das privatizações e concessões, que visam dar maior racionalidade e eficiência ao caro aparato estatal brasileiro.

Lamentavelmente, o Brasil é o país da dominância política, onde qualquer pauta se submete às particularidades de nosso meio político e parece que inovamos em nosso sistema; embora tenhamos oficialmente o presidencialismo, na prática convivemos com uma espécie de semiparlamentarismo, na medida em que grande parte das questões relevantes é definida no Congresso, do qual o Executivo depende. Não satisfeitos, constituímos um sistema decisório ainda mais "inovador", pois hoje o país é gerido por uma tríade representada pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo a este último a palavra final. Confuso!

O conjunto de reformas em andamento foi colocado em quarentena pela pandemia e pelo agravamento do quadro político e cresceram as dúvidas sobre sua viabilidade. Não há crescimento de longo prazo sem elas.

Agora, uma rápida expansão do dispêndio público é inevitável, pois é obrigatório que se socorram empresas e pessoas fragilizadas pelo momento econômico e se justifica um gasto público extraordinário, mas temporário. Auxílio a Estados e municípios também se faz necessário, face à drástica queda em suas arrecadações. Importante, a expansão desse gasto deverá retroagir, não sendo possível subirmos ainda mais o patamar do déficit fiscal pós-crise. Se contássemos com as finanças públicas equilibradas, seria mais fácil o enfrentamento de situações de anormalidade como a atual.

O Rio Grande do Sul, que vinha implantando suas reformas visando ao equilíbrio fiscal de longo prazo, além de ser afetado pela lenta recuperação econômica nacional e pela covid-19, em 2020 foi atropelado pela forte estiagem, que deve derrubar a produção de grãos em algo próximo de 40%, prejuízo irreparável.

São nossas quarentenas para uma recuperação lenta e complexa.

Ricardo R. Hingel escreve às quartas-feiras, mensalmente.
Amanhã: **Gabriela Ferreira**, consultora em inovação e empreendedorismo e professora da PUCRS.



Estados buscam solução para manter o ano letivo

Conselho Nacional de Educação emitiu nota defendendo ações como o ensino remoto. No RS, governador descartou retorno imediato às aulas

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) divulgou uma nota pública, na última segunda-feira, (20/4), em que reitera o trabalho para encontrar soluções que permitam a manutenção do período letivo em tempos de isolamento social em função da pandemia da Covid-19. Segundo a nota, o Consed segue defendendo o isolamento social, por determinação dos governos estaduais e recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Enquanto isto, procura ações “como oferecimento de ensino remoto e um planejamento do retorno às aulas presenciais que possa mitigar as perdas e para garantir a aprendizagem de nossos estudantes”. O conselho diz não ter apoio do MEC neste sentido.

A entidade representativa das secretarias estaduais de Educação reforça ainda a necessidade de um ajuste no cronograma da edição do Exame Na-

CRONOGRAMA

- O decreto do governo estadual (nº 55.118) suspendeu as aulas presenciais em todo o RS por 15 dias, a partir de 19/3.
- No dia 31/3, o governo determinou a prorrogação da suspensão das aulas na rede estadual até o dia 30 deste mês.
- Algumas universidades como Ufrgs e PUCRS seguem sem aulas presenciais até esta data. Mas há instituições que já anunciaram a extensão do período de isolamento social, como a UFSM, (até 15/5) e a UFFS-Erechim (até 3/5)

cional do Ensino Médio (Enem) deste ano. “Entendemos também ser fundamental o adiamento das datas das provas do Enem, para que não sejam ampliadas ainda mais as desigualdades educacionais em nosso país”, reforça o documento.

A nota do Consed responde à

publicação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em sua rede social. No último domingo (19/4), ele disse que o ano não está perdido e que os governadores devem planejar o retorno às aulas.

CALENDÁRIO GAÚCHO. Em transmissão diária ao vivo, ontem, quando apresentou um primeiro modelo do distanciamento social controlado, que deve ser adotado no RS a partir de maio, o governador Eduardo Leite descartou o retorno imediato às aulas, e afirmou que a educação será um dos grandes temas que receberão atenção nessa etapa do distanciamento programado, ao lado de varejo, construção, indústria/agricultura, eventos e serviços essenciais. Na sua apresentação, o governador explicou as diretrizes e ressaltou que o modelo não corresponde a uma flexibilização aleatória, a uma abertura desordenada ou a uma volta à normalidade.



Desenvolvimento de vacina fo

INSTITUTO BUTANTÃ Pesquisadora

A URI Santo Ângelo realiza uma aula on-line com a participação da pesquisadora Carolina Carvalho dos Santos, farmacêutica, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora do Instituto Butantã. A atividade foi desenvolvida na disciplina de Introdução à Farmácia, ministrada pela professora Mariana Piana. O encontro virtual aconteceu por meio do *google meet*, plataforma digital adotada pela URI Santo Ângelo para as aulas e atividades, e reuniu acadêmicos de todos os semestres do curso de Farmácia. Na oportunidade, Carolina

TRIBUNAIS DE CONTAS

Entidades lançam proposta de ação conjunta

O Instituto Rui Barbosa, por meio do seu Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) lançaram, na última segunda-feira (20/4), uma iniciativa destinada a minimizar os impactos no ensino provocados pelas ações de enfrentamento à Covid-19. O projeto “A Educação não pode esperar” oferece recomendações e sugestões aos Tribunais de Contas brasileiros para apoiar a atuação dos gestores e dos profissionais da educação. Entre as

iniciativas que o projeto pretende estimular, estão o monitoramento efetivo da utilização dos recursos financeiros voltados à educação, a distribuição de alimentação escolar e o planejamento das redes de ensino para o período de volta às aulas.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Península, 36,2% dos docentes da rede estadual dizem que sua escola está oferecendo suporte remoto aos alunos. Já entre os que lecionam na rede municipal o percentual é de apenas 14,1%. Para o presi-

dente do CTE-IRB, Cezar Miola, é preciso, portanto, utilizar meios mais democráticos para contemplar crianças e jovens de todos os contextos sociais e econômicos. “Consideramos que, neste cenário sem precedentes, é primordial uma articulação conjunta”, disse. Pelo cronograma da ação proposta, os Tribunais de Contas têm até 29/4 para aderirem ao acordo de cooperação para realização do monitoramento. Demais datas e detalhes da iniciativa podem ser conferidos em <https://bit.ly/3bqK8jy>.

DIFÍCIL ACESSO

MPC receberá contestações

As contestações sobre o monitoramento do adicional de difícil acesso, que estão chegando para a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, serão encaminhadas hoje ao Ministério Público de Contas. A iniciativa é da presidente da comissão, deputada Sofia Cavassani, que entrou com representação contra o governo do Estado referente à alterações implementadas pela Secretaria Estadual de Educação, neste mês.

Na última segunda-

paulo.egidio@zerohora.com.br
@pauloegidiors

MP estadual exerce papel de mediador durante pandemia

Além de fiscalizar o cumprimento de leis e normas vigentes durante a pandemia de coronavírus, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) tem atuado na orientação a prefeitos e na mediação de conflitos advindos das medidas de distanciamento social. Desde que foi decretada a situação de calamidade pública estadual, a instituição enviou centenas de recomendações a gestores municipais sobre as normas restritivas e monitora sua efetivação nos setores público e privado.

No início da pandemia, prevendo o choque entre regras editadas pelas três esferas de governo, as promotorias que atuam nas 164 comarcas estaduais

abriram expedientes para acompanhar o cumprimento das normas nos 497 municípios gaúchos. Apenas em casos excepcionais o MP foi à Justiça para fazer valer as regras definidas pelo governo do Estado.

Até o momento, foram pouco mais de 20 ações na primeira e na segunda instâncias, número considerado baixo pelo procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen.

– Poderíamos ter hoje 300 ou 400 ações judiciais para dizer que trabalhamos bastante, mas trabalhamos muito mais para não efetivar essas ações e resolver sem judicialização – relata Dallazen.

Entre as demandas levadas ao Judiciário, estão os pedidos de interdição de dois frigoríficos em Lajeado, locais que se tornaram foco de proliferação da doença. Ainda assim, após obter decisão

favorável da Justiça, o MP dialogou com as empresas para firmar acordos para permitir a retomada dos serviços, considerados essenciais. Ambos foram homologados neste final de semana.

A instituição também tem participado da mediação do questionamento sobre a cobrança integral de mensalidades nas escolas e universidades privadas, que estão com as aulas presenciais suspensas desde março.

GAUCHAZH

Leia outras colunas em gauchazh.com/rosanedeoliveira

Brigada Militar adotará pisto

Após vários anos utilizando pistolas calibre .40, comumente adquiridas da Taurus, a Brigada Militar passará a comprar exemplares de 9mm da fabricante austríaca Glock para a corporação. A mudança começará ainda neste ano e as novas armas serão adquiridas em lotes, até todo o arsenal ser renovado.

Atualmente, apenas o Batalhão de Operações Especiais utiliza pistolas 9mm. Entre as vantagens na troca de calibre, segundo o comandante-geral, Rodrigo Mohr, estão o peso menor, o custo mais baixo da

munição e o recarregamento no momento de garantir maior potência.

– A 9mm tem um mecanismo menor, maior durabilidade e é mais utilizada pelas polícias inteiras. O policial tem menos disparos com a 9mm por causa da boa precisão, com o calibre .40 – explica.

A Glock foi escolhida por seus modelos não ter travas externas e um sistema patenteado que impede disparos

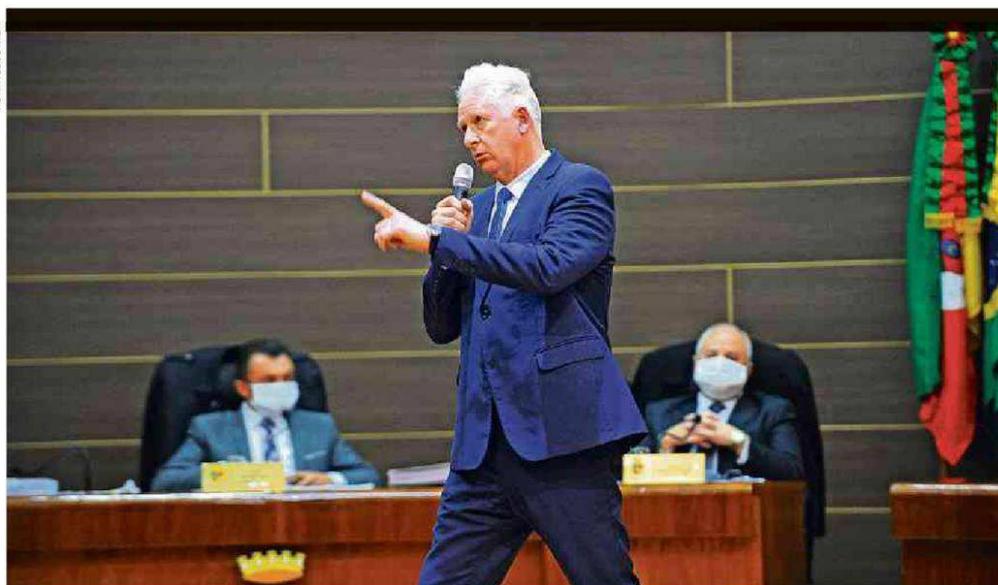
Empresas poderão colaborar

Com os impactos econômicos do coronavírus, a Polícia Militar pretende incluir a aquisição das pistolas 9mm no Plano de Armamento e Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública, o qual as empresas podem destinar parte do valor devido para a compra de equipamentos para a segurança pública.

ALIÁS

Desde que foi adotado o modelo de distanciamento controlado, que divide as regiões do Estado em bandeiras, o MP não identificou nenhum descumprimento das normas em vigor. Mesmo assim, os promotores mantêm atenção para casos em que seja necessária a mudança para bandeiras mais restritivas.

Mandato abreviado



Terminou mais cedo o segundo mandato de Claiton Gonçalves (PDT) à frente da prefeitura de Farroupilha. Na última sexta-feira, em sessão que durou cerca de oito horas, os vereadores do município aprovaram o impeachment de Gonçalves. A denúncia que levou ao afastamento do prefeito foi protocolada pela seccional gaúcha da Ordem dos

por dois: a nomeação de fiscal do município para atuar em função privativa de advogado e a aquisição de imóvel sem autorização legislativa. Em ambos, o placar foi de 10x4 pela cassação, com uma abstenção.

Durante a sessão que consumou o impedimento, o prefeito foi até o Legislativo e fez um pronunciamento de 40 minutos. Em pé, falou sobre

Em entrevista coletiva, disse que já esperava o resultado e que voltará a se dedicar à medicina, sua atividade profissional. Reconheceu a legitimidade do impeachment e disse que não soube fazer política:

– Fui vencido por mim mesmo, na verdade, não fiz política. Poderia ter feito diferente, mas eu fiz gestão – afirmou aos jornalistas.

Limite a punições

Apreensivo com a Medida Provisória publicada pelo presidente Jair Bolsonaro que isenta agentes públicos de punições por eventuais erros em ações de combate ao coronavírus, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Cezar Miola avalia que a redação da norma é “carregada de conceitos subjetivos” e enfraquece a atuação dos órgãos de controle. Segundo Miola, a MP enfraquece o dever de responsabilidade dos gestores e pode estimular a impunidade.

“A norma editada acaba concedendo uma espécie de franquia, que pode beneficiar

EX-PRESIDENTE DA SABESP, COMANDO DE SANEAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, KARLIM TRINDADE FURTADO PELO GOVERNO PARA OCUPAR A CADEIRA NO TRIBUNAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CORCORAN. A INSTITUIÇÃO DEVE SER COORDENADA PELO ASSEMBLEIA

Baixa na

Após nove meses de trabalho no Departamento de Secretaria de Educação (Seduc), o pedagogo Ângelo Furtado Grossi do Sul, em sua última sexta-feira, principal responsável pelo formato de avaliação de notas de zero a dez no Estado, em substituição de modelos até então em vigor.

Conforme a reportagem, o diretor pediu desculpas por razões pessoais. Faisal Karam, chefe da assessoria, afirmou que o imensamente de Roberval” de atuação no

Editora assistente: Vera Nunes

Municípios tentam garantir cumprimento do ano letivo

Através de meios virtuais ou até mesmo levando material na casa dos alunos, prefeituras buscam manter atividades letivas neste período

Com aulas presenciais suspensas desde março, devido à Covid-19, secretarias municipais de Educação tentam manter o vínculo dos alunos com a escola e garantir o aprendizado neste período. Em São Gabriel, na Região da Campanha, dos 6,9 mil alunos da rede municipal, pelo menos 5,4 mil, estão recebendo atividades relacionadas à sua série para realizar em casa. Do total, somente 25% dos estudantes utiliza meios virtuais como redes sociais ou grupos de WhatsApp para troca de conhecimento. O restante, retira as tarefas impressas na própria escola.

Já para os 700 alunos de oito escolas do campo, o material didático chega pelo transporte escolar, que faz a entrega nas paradas onde é realizado o embarque dos alunos. Em alguns casos, as atividades são deixadas na casa dos estudantes, pois há localidades que ficam a 60km da área urbana. Conforme a coordenadora de Educação da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs), Fátima Ehler, os municípios aguardam a



MÁTICO VAQUEIRO / PM DE SÃO GABRIEL / CP

Em São Gabriel, alunos de localidades distantes, recebem material em casa

apresentação dos protocolos sanitários e pedagógicos, a serem divulgados pelo Estado, e a homologação do Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e medida provisória 934/2020, para reorganização dos calendários escolares.

Em Canoas, na região Metropolitana, a prefeitura afirmou, em nota, que “as escolas municipais estão ampliando o vínculo de aprendizado através de plataformas digitais, como o Google For Education e redes sociais, para não prejudicar o ensino e

nem o ano letivo”. Esclarece que, os alunos sem condições de acessar as atividades virtuais “têm recebido conteúdos impressos, através de agendamento de horários para evitar aglomerações, conforme os protocolos de saúde”. Em Nova Petrópolis, na Serra, as Escolas Municipais de Educação Infantil ofertam, desde 18/5, atividades sugestivas para as famílias das crianças matriculadas. Os conteúdos, elaborados pelos professores da rede, são enviados aos pais dos alunos, através das redes sociais.

ESCOLAS ESTADUAIS

Estudo aponta

Faltam 76 professores, trabalhadores da limpeza, manutenção e demais setores, em um universo de apenas 400 escolas estaduais do RS. Os dados compõem o primeiro levantamento feito pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, apresentando pela primeira vez, deputada Sofia Cavassani, na última reunião da comissão.

Amanhã, em novo encontro do colegiado, Sofia irá apresentar a segunda leva da comissão de falta de pessoal das escolas estaduais, que já apontou como um dos elementos indicadores de que, nem agora e nem no futuro, as atividades remotas, os cursos de escolas estão completos. “Que dirá para o retorno às aulas”, completa a deputada.

Sofia explica que o acionamento que a Comissão está realizando visa a contribuir

PANDEMIA

Webinar debate a evasão escolar

A Associação dos Municípios dos TCs do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNPMP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), promovem, das 16h às 17h30min, o webinar “Como podemos enfrentar a evasão escolar no contexto da pandemia?”. O representante da Atricon, do IRB e conselheiro TCE-RS, Cesar Miola, explicou a ideia é debater medidas capazes de prevenir a evasão e o abandono escolar, no contexto da pandemia e após o retorno às aulas presenciais. Serão apresentados os principais objetivos, mas de atuação e cronograma das atividades. E no dia 27/5, das 17h30min às 19h30min, o webinar será “Gestão educacional e comunicação externa durante a pandemia”. Inscrição: <https://bit.ly/3bRet>

INVEST3 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A				CNPJ 29.050.178/0001-29			
<p>Relatório da Administração - Senhores Acionistas: A Invest3 investe no fomento a empresas montou um portfólio de 33 startups. Em três delas o investimento já foi baixado com perda integral do investimento. O capital subscrito da companhia é de R\$ 6.001.000,00. Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019. Andre Ghignatti - Diretor Presidente - CPF: 390.951.000-06. Jaime Barreiro Wagner - Diretor Administrativo - CPF: 221.450.600-49</p>							
Balanco Patrimonial - 01 de Janeiro a 31 de Dezembro				Demonstração do Resultado do Exercício 01 de Janeiro a 31 de Dezembro			
ATIVO	NE	2019-R\$	2018-R\$	PASSIVO	NE	2019-R\$	2018-R\$
Circulante		834.533,48	1.867.961,74	Circulante		5.138,96	684,10
Disponível		795.685,24	1.853.313,16	Obrigações Fiscais		0,00	0,00
Caixas e Equivalentes de Caixa	(5)	795.685,24	1.853.313,16	Obrigações Sociais		0,00	296,47
Créditos		38.848,24	14.648,58	Adiantamentos Diversos		339,45	339,45
Adiant. a Fornecedor		15.000,00	14.648,58	Não Circulante		10,00	10,00
Impostos a Recuperar	(6)	23.848,24	14.648,58	Exigível a Longo Prazo		10,00	10,00
Não Circulante		3.443.750,00	1.637.500,00	Sócios Conta Corrente		10,00	10,00
Realiz. a Longo Prazo		3.443.750,00	1.637.500,00	Patrimônio Líquido		4.273.136,52	3.504.767,64
Aplicações em Instrumentos Financeiros	(7)	3.443.750,00	1.637.500,00	Capital Social		6.001.000,00	4.410.100,00
Total do Ativo		4.278.283,48	3.505.461,74	Capital Social	(9)	6.001.000,00	6.001.000,00
				Capital Social à Integr.		0,00	(1.590.900,00)
				Lucros/Prej. Acumul.		(1.727.865,48)	(905.332,36)
				Prejuízo Acumul.		(1.727.865,48)	(905.332,36)
				Total do Passivo		4.278.283,48	3.505.461,74
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - R\$				Demonstração do Fluxo de Caixa - 01 de Janeiro a 31 de dezembro			
Movimento / Contas	Capital Social	Lucros/Prejuizos Acumulados	Total	Fluxo das Atividades Operacionais	NE	2019-R\$	2018-R\$
Saldo em 31.12.2017	1.287.600,99	(49.917,63)	1.237.683,36	Lucro líquido antes IRPJ e CSLL		(805.465,66)	(855.414,73)
Capital Social Subscrito	600.000,00	0,00	600.000,00	Ajustes			
Capital Social à Integralizar	2.522.499,01	0,00	2.522.499,01	Despesa de juros		324,33	(65,98)
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	(855.414,73)	(855.414,73)	Outras receitas e despesas		50.000,00	0,00
Saldo em 31.12.2018	4.410.100,00	(905.332,36)	3.504.767,64	(Aumento)/Redução de Outros Créditos		(755.141,33)	(855.480,71)
Capital Social Integralizado	1.590.900,00	0,00	1.590.900,00	(Aumento) dos impostos a recuperar		(15.000,00)	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	(822.533,12)	(822.533,12)	(Aumento) do Realizável a Longo Prazo		(9.199,66)	(14.648,58)
Saldo em 31.12.2019	6.001.000,00	(1.727.865,48)	4.273.136,52	(Aumento) (Red.) da conta Fornec./Contas a pagar		(1.856.250,00)	(1.637.500,00)
				Aumento das Obrigações Fiscais		2.042,92	(3.840,24)
				Redução das Obrigações Sociais		(296,47)	0,00
				Caixa Gerado pelas Operações		(2.633.844,64)	(2.511.469,53)
				JRPs pagos		(324,33)	65,98
				IRPJ e CSLL pagos		(14.358,95)	0,00
				Caixa Líquido Gerado p/ Ativ. Operacionais		(2.648.527,92)	(2.511.403,55)
				Fluxo das Atividades de Financiamento			

Nota 1: Contexto Operacional: A empresa INVEST3 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José de Alencar, nº 386, Conj. 203, sala B, na cidade de Porto Alegre/RS e tem como objetivo social o propósito de estimular o empreendedorismo em empresas de pequeno e médio porte.

Educação Infantil:

“Perspectivas para o retorno na Educação Infantil” é o tema do encontro entre o doutor em Educação Paulo Sérgio Fochi e a auditora pública externa do Tribunal de Contas do RS, Débora Broadiani da

Vetos a projetos aguardam decisão do Congresso

Entre as propostas, está a liberação de R\$ 8,6 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios comprarem equipamentos e materiais

Dos 26 vetos presidenciais que aguardam apreciação do Congresso, pelo menos oito são relacionados a projetos de combate à pandemia da Covid-19. Entre as propostas aprovadas por deputados e senadores e rejeitadas pelo presidente Jair Bolsonaro, está a liberação de R\$ 8,6 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios comprarem equipamentos e materiais de combate à pandemia. O projeto original previa a extinção do Fundo de Reserva Monetária, mantido pelo Banco Central, e a destinação dos recursos para o enfrentamento da Covid-19.

Alguns parlamentares se movimentam para que o veto seja derrubado. Líderes de partidos no Senado, como Cidadania, Rede e PT, já se manifestaram contra as mudanças feitas por Bolsonaro. “Com o veto, não se pode usar o saldo remanescente de cerca de R\$ 8,6 bi para aquisição de insumos e equipamentos no combate à Covid-19. O presidente vetou o repasse para estados e municípios. A justificativa do veto não se sustenta”, pontuou a líder do Cidadania, senadora Eliziane Gama (MA).

Nas razões dos vetos, Bolsonaro afirma que, ao alterar a



MARCOS OLIVEIRA / AGENCIA SENADO / CP

Ainda não há data para análise pelos parlamentares de vetos aos projetos

destinação final dos recursos, o projeto de lei de conversão “nova e veicula matéria diversa do ato original, em violação aos princípios da reserva legal e do poder geral de emenda”. “Ademais, o projeto cria despesa obrigatória ao poder público, ausente ainda o demonstrativo do respectivo impacto orçamentário e financeiro no exercício corrente e nos dois subsequentes”, afirma o presidente.

AUXÍLIO. Parte dos senadores defende a derrubada do veto parcial à expansão do auxílio emergencial de R\$ 600 para ou-

tras categorias profissionais, aprovada pelo Congresso. A lei autorizou o pagamento para mães menores de 18 anos, mas o governo retirou do texto a expansão do benefício a motoristas de aplicativos, pescadores, diaristas e ambulantes de praia, entre outras categorias.

O governo federal alega que a proposta fere o princípio da isonomia por privilegiar algumas profissões em detrimento de outras. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do projeto original, trabalha para reverter a decisão de Jair Bolsonaro em plenário.

Reajuste salarial também está em debate

Alguns senadores defendem a derrubada do veto ao reajuste salarial para servidores públicos civis e militares diretamente envolvidos no combate à pandemia. A permissão de reajuste para carreiras como peritos, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, serviços funerários e assistência social, trabalhadores da educação pública e profissionais de saúde estava prevista no PLP 39/2020, sancionado como Lei Complementar 173, de 2020.

O líder do PSL, senador Ma-

jor Olimpio (SP), criticou um dispositivo que proíbe União, estados, Distrito Federal e municípios de pagarem anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio aos servidores que completariam o tempo necessário para a obtenção dos benefícios até dezembro de 2021. “Profissionais da segurança pública perderão a contagem de tempo para quinquênios e outros direitos. Os que estão se expondo no enfrentamento da pandemia só serão penalizados”, escreveu.

O senador Arolde de Oliveira

(PSD-RJ) defendeu o veto ao reajuste dos servidores públicos. “Penso que todos devem contribuir com cota de sacrifício. Por que só os trabalhadores privados têm que pagar essa conta? O veto reduz essa assimetria.”

O veto integra a norma que estabelece a ajuda da União a estados, Distrito Federal e municípios. O plano prevê a negociação de empréstimos, a suspensão do pagamentos de dívidas contratadas com a União (R\$ 65 bilhões) e o repasse de R\$ 60 bilhões para os governos locais.



Curta o
no Face
fb.com/co



TALI
taline@cor

Para não

O governador Eduardo Leite anunciou o pagamento de um aumento nas avaliações de risco, em vigência há mais de um mês, antecipado pela coluna. As avaliações de risco, no sábado, quando são traçadas as 20 regiões do Estado por cores verde, amarela e preta, de acordo com o índice de risco, muda desde que o Distanciamento Social foi implementado, que a classificação com bandeira amarela ou vermelha, o que fez com que o modelo é inédito. Os vetos “para melhor proteger a saúde dos cidadãos e de óbitos”, para levar o governo a avaliar a situação. Entre as alterações, a mudança de bandeira mais branca para amarela, o que representa maiores restrições, de acordo com dados mais precisos e consistentes. A classificação de leitos de UTIs ocupados também foi alterada. Deixarão de ser considerados vazios, passando a valer a estimativa de ocupação. As mudanças permitirão a abertura do sistema de saúde e a retomada do trabalho, e pesarão sobre a economia. Leite repetiu, mais uma vez, que a volta à normalidade e que a retomada dos negócios e empreendedores precisam se preparar.

Vai piorar

Sobre o impacto econômico do tombo constatado até aqui, Leite anunciou ainda a retomada do trabalho anterior ao coronavírus, de acordo com a Reforma Tributária estadual e a retomada do Rio Grande do Sul. Segundo o governador, a carga de impostos e reduções de impostos.

A desejar

De olho na transparência e na prestação de contas do Instituto Rui Barbosa aos tribunais de contas do Poder Judiciário, o movimento amostral realizado em 2020, com o acompanhamento pela sociedade civil, com o presidente do Comitê de Acompanhamento, o conselheiro Cezar Michelini, realizando a retomada gradual do movimento, com reflexos para prevenir os cuidados para prevenir a pandemia.

Bolsonaro beneficia

Ex-procurador da República, coordenador da Lava Jato, o

RBS BRASÍLIA



CAROLINA BAHIA

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Com Silvana Pires
silvana.pires@gruporbs.com.br

Bolsonaro e o tiro no pé

Além de abrir mão de liderar um plano nacional de combate aos efeitos do coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro ainda resolveu contribuir para tumultuar a rotina dos hospitais. A declaração, incentivando pessoas a entrarem nas UTIs para filmarem leitos vazios, já entrou para a coleção de bravatas, mas mexeu com os aloprados.

Em São Paulo e no Distrito Federal houve invasões em unidades de saúde. Cobrado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, o procurador-Geral da República, Augusto Aras, solicitou a abertura de procedimentos para apurar eventuais responsabilidades.

Uma ação para inglês ver, porque não chegará ao presidente da República. Mas serve como recado. As frases polêmicas de Bolsonaro podem ser estratégicas para manter a polarização, mas são um tiro no pé. Durante o final de semana, o STF

também resolveu aumentar o tom contra manifestantes bolsonaristas. Na noite de sábado, um manifestante jogou fogos de artifício contra o prédio da Corte. Em nota, o presidente Dias Toffoli afirmou que essas atitudes são "financiadas ilegalmente e estimuladas por uma minoria da população e por integrantes do próprio Estado". Aliado do presidente Bolsonaro, o governador do DF, Ibaneis Rocha, determinou a prisão de um dos responsáveis pelo ataque e o desmonte do acampamento do grupo chamado "300 pelo Brasil" ainda no início do sábado.

No momento em que os casos de coronavírus alcançam o pico e que governadores e prefeitos precisam tomar decisões impopulares, mas necessárias para evitar um caos na saúde - como é o caso no Rio Grande do Sul -, o governo federal precisa abandonar o cabo de guerra e se concentrar no que realmente é prioridade.

E a educação?

Na sexta-feira, o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa e o Instituto Iede apresentam diagnóstico sobre as principais dificuldades das redes de ensino dos Estados e municípios durante o período da pandemia. O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Cezar Miola afirma que 26 dos 33 TCes participaram do levantamento. Miola explica que o foco também é oferecer propostas concretas de retomada das aulas à rede de ensino. O conselheiro também chama a atenção para a redução dos recursos do Fundeb, o fundo da educação básica, financiado com a arrecadação do ICMS.

Guedes perdeu

O desembarque de Mansueto Almeida da equipe do Ministério da Economia já era pedra cantada na capital federal. Secretário do Tesouro, ele vinha se manifestando publicamente a favor do distanciamento social e demonstrando insatisfação no cargo. A equipe econômica perde um importante interlocutor junto aos governadores e ao Congresso.

Vetos na berlinda

O Congresso tem 26 vetos presidenciais para serem analisados, entre eles o que liberaria R\$ 8,6 bilhões para Estados e municípios usarem no combate à pandemia. O presidente Rodrigo Maia (Câmara) chegou a afirmar que ficou surpreso com o veto de Bolsonaro. Hoje, na reunião de líderes, deve ser definida a data da sessão do Congresso desta semana.

MERCADO

MOEDAS

CÂMBIO COMERCIAL (EM R\$)

DIA/MÊS	À VISTA*	DÓLAR PTAX**		EURO PTAX**	
		COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA
8/6	4,855	4,9331	4,8887	5,5695	5,5193
9/6	4,8885	4,9331	4,9035	5,5695	5,5660
10/6	4,9398	4,8894	4,9006	5,5519	5,5646
12/6	5,0454	5,0373	5,0277	5,6685	5,6777

*FECHAMENTO DO DÓLAR NO MERCADO À VISTA DO BC **PTAX APURADA PELO BANCO CENTRAL (ATÉ 13h)

CÂMBIO TURISMO (R\$)

MOEDA	COMPRA	VENDA	DÓLAR FLUTUANTE (MÉDIA)			
			MÊS	R\$	MÊS	R\$
DÓLAR - EUA*	4,80	5,09	OUT	4,0862	NOV	4,1599
DÓLAR - EUA**	4,50	5,28	DEZ	4,1092	JAN	4,1522
EURO*	5,45	5,80	FEV	4,3458	MAR	4,8938
DÓLAR CANADENSE*	3,57	3,80	ABR	5,3303	MAI	5,6401
LIBRA ESTERLINA*	6,10	6,50	ANUAL VALOR/R\$			
YENE JAPONÊS*	0,0447	0,0470	2016			3,4951
PESO ARGENTINO**	0,06	0,12	2017			3,1931
PESO URUGUAIANO**	0,10	0,16	2018			3,6554
PESO CHILENO**	0,0046	0,0079	2019			3,9461
DÓLAR AUSTRALIANO**	2,92	3,70	FONTE: * BB (VALORES DE QUARTA-FEIRA) ** PRONTURISA			

PETRÓLEO

DATA	NOVA YORK	LONDRES
8/6	38,24	40,77
9/6	38,37	40,71
10/6	39,06	41,24
12/6	36,49	38,95

COTAÇÃO EM US\$ POR BARRIL
FONTE: BLOOMBERG E AGENCIAS DE NOTÍCIAS

OURO

DIA	BM&F (R\$/GRAMA)	NOVA YORK (US\$/ONÇA-TROY)
8/6	263,00	1.705,20
9/6	268,27	1.719,80
10/6	272,00	1.746,60
12/6	279,00	1.738,80

COTAÇÃO O FECHAMENTO DO DIA

TAXA SELIC

TAXA MENSAL	TAXA ANUAL			
MÊS	TAXA	IRPF	DATA*	PERCENTUAL
NOV	0,38	2,66	DEZ/19	4,50%
DEZ	0,37	2,29	JAN/20	4,50%
JAN	0,38	1,91	FEV/20	4,25%
FEV	0,29	1,62	MAR/20	3,75%
MAR	0,34	1,28	ABR/20	3,75%
ABR	0,28	1,00	MAI/20	3%

FONTE: RECEITA FEDERAL *REUNIÃO DO COPOM FONTE: BC

UPC

JANEIRO	23,54
FEVEREIRO	23,54
MARÇO	23,54
ABRIL	23,54
MAIO	23,54
JUNHO	23,54

IMPOSTO DE RENDA 2016/2015

BASE CÁLCULO	PARCELA ALÍQUOTA A DEDUZIR
ATÉ R\$ 1.787,77	- ISENTO
DE R\$ 1.787,78 ATÉ R\$ 2.679,29	7,5% R\$ 134,08
DE R\$ 2.679,30 ATÉ R\$ 3.572,43	15% R\$ 335,03
DE R\$ 3.572,44 ATÉ R\$ 4.463,81	22,5% R\$ 602,96
ACIMA DE R\$ 4.463,81	27,5% R\$ 826,15

DEDUÇÕES: R\$ 179,71 POR DEPENDENTE (PARA APURAÇÃO DO IRRF MENSAL); R\$ 1.787,77 POR APOSENTADORIA OU PENSÃO PAGA POR PREVIDÊNCIA PÚBLICA OU PRIVADA A SEGURADO COM 65 ANOS OU MAIS; PENSÃO ALIMENTÍCIA INTEGRAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS: SOBRE O RESULTADO APLICAR A ALÍQUOTA E SUBTRAIR A PARCELA A DEDUZIR.

IMPOSTO DE RENDA 2020/19/18/17/16*

BASE CÁLCULO	PARCELA ALÍQUOTA A DEDUZIR
ATÉ R\$ 1.903,98	- ISENTO
DE R\$ 1.903,99 ATÉ R\$ 2.826,65	7,5% R\$ 142,80
DE R\$ 2.826,66 ATÉ R\$ 3.751,05	15% R\$ 354,80
DE R\$ 3.751,06 ATÉ R\$ 4.664,68	22,5% R\$ 636,13
ACIMA DE R\$ 4.664,68	27,5% R\$ 869,36

DEDUÇÕES: R\$ 189,59 POR DEPENDENTE; R\$ 1.903,98 POR APOSENTADORIA OU PENSÃO PAGA POR PREVIDÊNCIA PÚBLICA OU PRIVADA A SEGURADO COM 65 ANOS OU MAIS; PENSÃO ALIMENTÍCIA INTEGRAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS: SOBRE O RESULTADO APLICAR A ALÍQUOTA E SUBTRAIR A PARCELA A DEDUZIR. *TABELA ATUAL.

BOLSA NA SEXTA-FEIRA

MÍNIMO	90.810	IBOVESPA NO FECHAMENTO	-2,00%
MÁXIMO	94.703	NÚMERO DE NEGÓCIOS	4.989.558
FECHAMENTO	92.795	VALOR	35.670 BILHÕES

RENDIMENTO DA CADERNETA

VENCIMENTO	POUPANÇA VELHA (%)	POUPANÇA NOVA (%)	VALIDADE	TR (%)
13/6	0,5000	0,1733	DE 13/5 A 13/6	0,0000
14/6	0,5000	0,1733	DE 14/5 A 14/6	0,0000
15/6	0,5000	0,1733	DE 15/5 A 15/6	0,0000
16/6	0,5000	0,1733	DE 16/5 A 16/6	0,0000
17/6	0,5000	0,1733	DE 17/5 A 17/6	0,0000
18/6	0,5000	0,1733	DE 18/5 A 18/6	0,0000

INDICADORES DE INFLAÇÃO (%)

MÊS	IPCA		INPC		IGP-M		IGP-DI		INCC-M		ICV		IPC	
	IBGE	IBGE	IBGE	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV	FGV
FEV/19	0,43	0,54	0,88	1,25	0,19	0,35	0,13							
MAR/19	0,75	0,77	1,26	1,07	0,19	0,54	0,98							
ABR/19	0,57	0,60	0,92	0,90	0,49	0,32	1,15							
MAI/19	0,13	0,15	0,45	0,40	0,09	0,20	0,57							
JUN/19	0,01	0,01	0,80	0,63	0,44	-0,21	-0,16							
JUL/19	0,19	0,10	0,40	-0,01	0,91	0,17	-0,02							
AGO/19	0,11	0,12	-0,67	-0,51	0,34	0,07	0,13							
SET/19	-0,04	-0,05	-0,01	0,50	0,60	-0,11	0,02							
OUT/19	0,10	0,04	0,68	0,55	0,12	-0,04	-0,08							
NOV/19	0,51	0,54	0,30	0,85	0,15	0,46	0,22							
DEZ/19	1,15	1,22	2,09	1,74	0,14	0,87	0,72							
JAN/20	0,21	0,19	0,48	0,09	0,26	0,64	0,69							
FEV/20	0,25	0,17	-0,04	0,01	0,35	0,12	0,11							
MAR/20	0,07	0,18	1,24	1,64	0,38	-	0,26							
ABR/20	-0,31	-0,23	0,80	0,05	0,18	-	0,42							
MAI/20	-0,38	-0,25	0,28	1,07	0,21	-	-0,30							
EM 2020	0,16	0,06	2,79	2,89	1,37	0,76	1,19							
12 MESES	1,88	2,05	6,51	6,81	4,14	3,07	2,03							

*O DIEESE SUSPENDEU TEMPORARIAMENTE A PUBLICAÇÃO DO ICV

CONTRIBUIÇÕES AO INSS*

SALÁRIO-BASE	ALÍQUOTAS
R\$ 1.045,00	5%**
R\$ 1.045,00	11%**
R\$ 1.045,00 ATÉ R\$ 6.101,06	20%

*AUTÔNOMOS, EMPREGADORES E FACULTATIVOS.

**ALÍQUOTA EXCLUSIVA DO MEI E DO FACULTATIVO BAIXA RENDA

SALÁRIO-FAMÍLIA

RENDIMENTO EM 2020
Para salários até R\$ 1.425,56 é de R\$ 48,62 por filho de até 14 anos.

O SALÁRIO-FAMÍLIA DEVE SER PAGO

Junto ao Anchieta e novo campus Unisinos

Segunda-

Banco Central pul Focus, com as per o desempenho da Governo federal a dados semanais o comercial brasileiro Ibré, da FGV, apre de maio.

Terça-fei

Ibré, da FGV, divu e ICCE de maio. Ibré, da FGV, publ de junho. Ibré, da FGV, anu prévia do IAE de a Ibré, da FGV, apre de junho. IBGE divulga PMC IBGE publica PNA de maio.

Quarta-fe

Departamento de Estados Unidos p estoques de petrô Ibré, da FGV, anu Capitais Q2 de jur Ibré, da FGV, divu final do IAE de ab IBGE anuncia PM

Quinta-fe

Ibré, da FGV, anu 2º decêndio de ju IBGE publica PIA- IBGE divulga PIA-

AGROPECUÁ

DESEMPENHO DA SO BOLSA DE MERCAD Os contratos futuros da soja na pregão de sexta-feira em alta. a US\$ 8,71.

CONTRATOS EM USS

SOJA (BUSHEL) JUL/20 AGO/20 SET/20

FARELO (TONELADA

JUL/20 AGO/20 SET/20

ÓLEO (EM CENTAVOS

JUL/20 AGO/20 SET/20

COTAÇÃO DE PROD

AGRÍCOLAS E PECU PRODUTO ARROZ BENEFICIADO ARROZ EM CASCA FEIJÃO PRETO MILHO SOJA

Educação busca transparência

MARIA JOSÉ VASCONCELOS

Levantamento do CTE-IRB, feito por técnicos dos Tribunais de Contas do país, constata que há insuficiência de informes de quesitos educacionais, em especial relativos a ações no período da pandemia, nos portais e sites de transparência de capitais e cidades brasileiras

Ao consultar portais de transparência das capitais do país, técnicos dos Tribunais de Contas (TCs) constataram insuficiência de informações relativas à maneira como entes da federação gerenciam questões relacionadas à educação, especialmente nesse período de emergência em saúde, pela Covid-19, quando várias iniciativas foram adotadas para a oferta de ensino remoto, como medida de prevenção e segurança. A busca amostral, realizada pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), percorreu ambientes virtuais específicos dos governos para explicitar dados públicos ou, ainda, aqueles especialmente criados para revelar procedimentos administrativo-financeiros nesse período de pandemia.

O levantamento recente, com dados do final de maio, procurou verificar a relação do ente federado com questões como quadro de pessoal, apoio para desenvolver atividades e acompanhamento/monitoramento no âmbito educacional, registros e controles letivos, tratamento relativo a contratações temporárias, serviços de merenda ou transporte escolar. O foco foi apurar se estão evidentes à sociedade ações relativas a tratamento e procedimentos dispensados, iniciativas tecnológicas, alternativas, critérios ou plataformas utilizadas. A partir desse estudo foram verificados casos de déficits na divulgação de programas e propostas visando à redução dos prejuízos à educação de crianças e jovens durante esse período de distanciamento social, sendo que, em diversos sites, as informações não foram encontradas de forma organizada e de fácil acesso ou, em outros casos, houve a criação de área específica no portal da transparência para informes relacionados à pandemia sem, no entanto, constarem dados referentes à educação.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), dos TCs do país, Cezar Miola, explica que o comitê tem caráter indutor junto aos Tribunais de Con-

possam identificar com clareza e cobrar o que o CTE entende como relevante, como financiamento da educação, conteúdos pedagógicos, projeção de retomada das aulas, entre outros, permitindo a legal e necessária transparência que permita ao cidadão e à sociedade acompanhar os procedimentos da administração pública no setor educacional (ver box).

O trabalho do CTE-IRB na verificação de quesitos educacionais nos portais de transparência do país se volta a identificar e disseminar boas propostas, bem como a apoiar iniciativas, intermediar e ou buscar alternativas e controle no setor. Miola considera que, entre as possibilidades para promover o ensino remoto, o rádio poderia ser mais bem utilizado, já que além do baixo custo e de ser um equipamento acessível à população, cobre todo o território nacional, que possui mais de 9 mil emissoras, a maioria comunitária e educativa. Também reforça que, entre as proposições educativas nesse período, é importante manter o vínculo das crianças e famílias com as escolas, a divulgação das informações sobre os planos de ação e as estratégias de governo para o retorno gradual dos estudantes às salas de aula, incluindo mecanismos de busca ativa, protocolos e recomendações relativos aos cuidados sanitários e de higiene, exigidos pelos órgãos de saúde, bem como sobre as orientações emitidas por conselhos ou comitês especializados. Acrescenta a necessidade de dados sobre ações previstas para avaliação diagnóstica, nivelamento das turmas e alunos e recuperação da aprendizagem, além das iniciativas com o objetivo de mitigar a defasagem de aprendizado gerada pelas dificuldades de acesso dos alunos em situação de maior vulnerabilidade ao conteúdo oferecido a distância, ou ações de acolhimento, a fim de minimizar os efeitos psicológicos decorrentes do isolamento.



Alerta na educação por transparência

Criados para informar e orientar a população na pandemia, portais mantidos por Estados e municípios avançaram na divulgação dos dados sobre a covid-19, mas ainda têm lacunas. É o caso do ensino público e do que é feito para atenuar os prejuízos com a suspensão das aulas.

Segundo o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), há déficits na divulgação das ações adotadas para ajudar estudantes e professores. Em alguns casos, os detalhes existem, mas não são encontrados com facilidade. Em outros, as plataformas nem sequer mencionam o assunto.

No Rio Grande do Sul, o portal do governo do Estado alcançou o topo do ranking de transparência da Open Knowledge Brasil, motivo de orgulho para o governador Eduardo Leite. Mesmo assim, as informações sobre educação não estão visíveis e são

limitadas. O usuário precisa clicar em “Estratégia covid-19” e depois em “Social” para só então localizar, no fim de uma lista, o item desejado.

Para ajudar os gestores no aperfeiçoamento dos sites, o comitê produziu uma série de orientações, que poderão, também, subsidiar a fiscalização dos Tribunais de Contas (TCEs). A medida ganha importância quando se avalia a retomada gradual das aulas, o que pode ocorrer no segundo semestre.

— Ao menos 47,9 milhões de alunos das redes de educação básica estão longe das escolas desde março. A divulgação das informações é importante para dar transparência aos processos, além de ajudar no diálogo entre gestores, profissionais da educação e famílias em relação às decisões a serem adotadas — diz Cezar Miola, integrante do IRB e conselheiro do TCE no Rio Grande do Sul.

Conversa entre amigas

Em transmissão ao vivo nas redes sociais, no sábado, a deputada estadual Luciana Genro (PSOL) conversou com uma velha amiga: a ex-senadora alagoana Heloísa Helena. Fundadora do PSOL há 16 anos, Heloísa é enfermeira e anda longe da vida política, mas disse

que cogita voltar concorrer a vereadora em Maceió, pela Rede Sustentabilidade, partido ao qual está filiada desde 2015. Conhecida pelo estilo combativo, Heloísa mantém a verve de outrora: distribuiu críticas tanto à “esquerda vendida” quanto ao governo de Jair Bolsonaro.

ENTRE AS AÇÕES RECOMENDADAS PELO COMITÊ DO IRB, ESTÁ A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPECÍFICOS E VISÍVEIS SOBRE A EDUCAÇÃO NOS PORTAIS VOLTADOS À PANDEMIA. A IDEIA É CENTRALIZAR TUDO PARA FACILITAR O ACESSO DE PAIS E ESTUDANTES A DADOS SOBRE CONTEÚDOS E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, MERENDA ESCOLAR, TREINAMENTO DE PROFESSORES, RECURSOS E ORÇAMENTO.

ALIÁS

Em qualquer epidemia, a transparência governamental, em todas as esferas de poder, deve ir além de dados sanitários e da prestação de contas relacionada à saúde.

Depois do susto

Depois de passar por um susto, o presidente da Assembleia Legislativa, Ernani Polo (PP), retoma as atividades nesta segunda-feira. O parlamentar estava em licença de saúde desde o último dia 29, quando teve de se submeter a uma cirurgia de emergência por causa de uma apendicite aguda.

GAÚCHAZH

Leia outras colunas em gauhazh.com/rosanedeoliveira

Sartori fora da disp

Em vídeo publicado nas redes sociais no sábado, o ex-governador José Ivo Sartori deu o sinal que faltava para alavancar a pré-candidatura do deputado estadual Carlos Búriço a prefeito de Caxias do Sul. Na gravação feita ao lado da mulher, Maria Helena, Sartori desejou felicidades ao amigo e à esposa dele, Danusa, pelo aniversário em dose dupla. E completou:

— Com certeza o casal tem um desafio grande pela frente, o maior da vida de vocês. E nós desejamos um bom aniversário e um belo desafio.

Sartori não citou as eleições, mas Búriço e o MDB entenderam o recado: o ex-mandatário, que era sondado para concorrer ao cargo, abriu caminho ao fiel escudeiro. Búriço foi braço direito de Sartori na gestão de Caxias e no governo do Estado. Sobre o vídeo, o parlamentar



disse que, no momento, a prioridade é o trabalho na Assembleia, mas que ele está pronto para concorrer. — Não me furtaria de o partido entender que deve ser escolhido em honra em aceitação do apoio de Sartori, um grande orgulho. Búriço, que fez 5

Impacto bilionário no caixa

O partido Novo na Assembleia segue defendendo alterações na forma como o Piratini repassa recursos aos demais poderes. Segundo cálculos da bancada, o Executivo teria tido ao menos R\$ 4,8 bilhões a mais em caixa, se a proposta de emenda constitucional (PEC) do Duodécimo tivesse sido aprovada em 2016.

À época, o texto sugeria nova divisão do dinheiro, com base

na arrecadação de impostos, vingou, mas, com as mudanças nas finanças, 19% dos recursos protocolaram n

— Faltam recursos para a prestação de serviços pelo Executivo. O Judiciário, Legislativo e demais poderes vivendo uma realidade — lamenta o deputado Ostermann (No



#Viralizes Lidariedade

Nossos sorrisos agora precisam estar protegidos por uma máscara, pois assim salvamos vidas.

A sua doação também pode ajudar. Doe qualquer valor para o tratamento das crianças e jovens com deficiências

LINK DE DOAÇÃO ON-L

Acesse: <http://vaka.me/98>

FALE CONOCCO:

APOIO:

ProUni abrirá inscrições para as 167.789 bolsas

Programa Universidade para Todos inscreve, entre 14 e 17 de julho, candidatos a bolsas parciais ou integrais no Ensino Superior privado

Comecem amanhã, e seguem até sexta-feira (17/7), as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que vai oferecer 167.789 bolsas, em 1.061 instituições privadas de Ensino Superior no país.

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) informa que são disponibilizadas 60.551 bolsas integrais (cobrem 100% do valor das mensalidades) e 107.229 bolsas parciais (50%). As bolsas variam de acordo com a renda dos candidatos. Conforme a Sesu, já é possível fazer consultas sobre a oferta de bolsas, por estado, no portal do ProUni (<http://prouniportal.mec.gov.br>).

O ProUni, que foi criado em 2004, tem o objetivo aumentar a quantidade de estudantes brasileiros de baixa renda no Ensino Superior. Nesta edição, que é o segundo processo seletivo do ProUni de 2020, o resultado da busca pelas 167.780 bolsas ofertadas no país terá a 1ª chamada divulgada no dia 21/7. No entan-



COLLEGEDEGREES360 / VISUALHUNT / CP

Acadêmicos já podem consultar a oferta de bolsas no portal do ProUni

to, o Programa tem, ainda, outras duas oportunidades (em 2ª chamada e lista de espera) para os candidatos concorrerem às bolsas de estudo. O cronograma completo também está explicitado no portal do ProUni.

Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. E para as bolsas parciais, a renda familiar bruta

mensal é de até 3 salários mínimos por pessoa. O candidato também precisa ter realizado o último Enem; e deve alcançar, no mínimo, 450 pontos de média nas notas. Além disso, não pode ter tirado zero na Redação.

Os quatro estados com maior oferta de bolsas, em geral, são, nessa ordem: São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Paraná. O RS oferece um total de 9.544 bolsas (4.322, integrais; e 5.222, parciais).

PLATAFORMAS

Socioemocional e Google Classroom

A Secretaria Estadual da Educação, em parceria com o Instituto Península, disponibiliza, a partir de hoje, uma ferramenta de apoio socioemocional aos mais de 60 mil educadores da rede pública estadual. A live de lançamento ocorre às 11h, em transmissão ao vivo, via canal no YouTube (TV Seduc RS) e página da Secretaria no Facebook. O serviço será pela plataforma on-line Vivescer, gratuita e com quatro cursos certificados de 32h cada (<https://vivescer.org.br/cadastro>). A iniciativa visa fomentar reflexão sobre cuidado com mente, corpo, propósito e emoções dos professores.

ENSINO A DISTÂNCIA

CTE-IRB alerta para proteção de dados

Para proteger dados dos estudantes que fazem uso de plataformas virtuais de ensino, o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) recomendou, aos Tribunais de Contas (TCs) do país, a fiscalização das medidas adotadas por municípios e estados. Em nota técnica, o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, expõe vários questionamentos que podem ser feitos aos gestores públicos quanto ao resguardo das informações fornecidas pelos alunos e suas famílias ao utilizarem essas tecnologias; e destaca que a proteção aos dados é direito fundamental, assegurado constitucionalmente.

- direto - ponto -

Sisu: resultado será divulgado amanhã

Os candidatos que buscam vagas no Ensino Superior público poderão conferir os resultados amanhã. Esta edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do 2º semestre de 2020 teve 814.476 inscrições, mas são 424.991 candidatos inscritos na disputa pelas 51.924 vagas que são oferecidas em 57 instituições públicas de Ensino Superior no país. Pela primeira vez, além dos cursos de graduação presenciais, o Sisu disponibilizou vagas na modalidade a distância (EAD). A classificação dos concorrentes ocorre com base na nota obtida no Enem/2019.

Plataforma EducaBOA

FINANCIAMENTO EST

Fies: pagamento é suspenso

O governo federal publicou a lei 14.024/2020, que prevê a suspensão das parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até 31/12, durante a vigência do estado de calamidade pública, decretado em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19. A norma será regulamentada nos próximos dias, pelo Ministério Gestor do Fies, em reunião que definirá os critérios e procedimentos que deverão ser adotados pelos estudantes.

Será possível suspender pagamentos de estudantes que estavam em dia com as parcelas do financiamento no dia 20/3; e àqueles que pagavam com parcelas em atraso por até 180 dias, antes da data. Com isso, poderão ser beneficiados cerca de 1,5 milhão de acadêmicos no país.



Hoje é dia de eleição

Acontece hoje, das 7h às 20h, a eleição, com votos on-line, para a escolha da gestão 2020-2023 da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS). Pela primeira vez, a Ufrgs realizará sua eleição acadêmica de modo totalmente virtual. As três chapas disputam os cargos de reitor, vice-reitor e conselheiro.

MP RECEBE REPRESENTAÇÃO

Alimentação

Em representação protocolada na última semana (09/07), a Associação dos

Tribunais de contas devem fiscalizar acesso dos alunos aos meios de ensino remoto

ESTADÃO conteúdo

Eduardo Rodrigues

Brasília

20/07/2020 17h46

Após alertar para a segurança dos dados de alunos, famílias e professores em educação remota durante a pandemia de covid-19, o comitê técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB) - braço acadêmico dos tribunais de contas do País - recomendou que os órgãos de controle fiscalizem o acesso dos estudantes aos meios digitais de ensino.

Nota técnica divulgada pelo instituto orienta os tribunais de contas a verificarem junto às redes públicas a quantidade de alunos que não possuem acesso a equipamentos como computadores e tablets, além de conexão à internet com qualidade suficiente para atender a diferentes práticas pedagógicas.

Os tribunais de contas devem ainda monitorar se as secretarias de educação municipais e estaduais estão fornecendo suporte aos professores, com a formação adequada para ministrar os conteúdos e realizar as demais atividades de maneira remota.

No caso das famílias que não possuem acesso às redes nos domicílios, o tribunais de contas devem cobrar a disponibilização de computadores ligados à internet nas próprias escolas, com agendamento de horários e adoção dos protocolos de saúde recomendados pelas autoridades sanitárias.

O presidente do Comitê Técnico da Educação do IRB e conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Cezar Miola, lembra que próprio Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 já colocava como meta a universalização do acesso à banda larga de alta velocidade nas escolas, além da exigência de se triplicar a relação aluno por computador.

"As pesquisas mais recentes mostram que 5 milhões de crianças e adolescentes ainda vivem em domicílios sem acesso à internet, e muitos outros com pacotes de dados singelos, incapazes de suportar as atividades pedagógicas", explica Miola.

Segundo o conselheiro, enquanto diversos prefeitos alegam dificuldades em gastar o mínimo constitucional em Educação durante a pandemia de covid-19 devido ao fechamento das escolas, muitas unidades de ensino ainda não estão devidamente conectadas à internet.

"Seria possível, por exemplo, investir em internet via satélite ou rádio nesses locais e organizar um espaço com rodízio de acesso pelos alunos que não têm como acompanhar as aulas de casa", sugere. "A pandemia vai sendo revertida, enquanto os problemas da educação têm repercussões mais profundas do médio e longo prazo", conclui.



Ensino remoto em ação

MARIA JOSÉ VASCONCELOS

Propostas e dificuldades na aplicação de atividades remotas na educação têm sido debatidas, implantadas e buscam avançar. O objetivo é garantir estudos em tempos de distanciamento social, que impedem aulas presenciais em razão da pandemia

A partir de março deste ano, quando as escolas fecharam e as aulas presenciais se distanciaram, foi sendo construída uma nova concepção de acesso a estudos e conteúdos escolares e acadêmicos. O uso de aporte tecnológico para mediar essa aproximação foi uma das estratégias no campo pedagógico. Mas o que se conhecia de Educação a Distância (EAD) não era bem a proposta. E surge, assim, o Ensino Remoto, com atividades educativas disponibilizadas via Internet, plataformas e variadas ferramentas de comunicação, que, em razão da pandemia da Covid-19, se tornou emergencial, significando de uso pontual e por tempo determinado. Apesar de caracterizado pelo distanciamento geográfico, o Ensino Remoto se difere da EAD, que tem estrutura e metodologia organizadas e instrumentos definidos para garantir o ensino-aprendizagem à distância.

Para oficializar o novo formato letivo, o Ensino Remoto obteve aval do Conselho Nacional e do Ministério da Educação (MEC), passando a ser ajustado, por órgãos e instituições de ensino, com os planos curriculares. Nesse contexto, muda a rotina de professores e alunos e aparecem muitos desafios, muitos deles de estrutura capaz de permitir sua plena execução. Por isso, iniciativas governamentais, de legislativo e de variadas entidades procuram apoiar. Entre os entraves estão a falta de equipamento, Internet, banda larga e até de conhecimento e formação para ministrar ensino não presencial. Rádio, tevê, celular, tablet ou computador são ferramentas facilmente encontradas no mercado, mas nem sempre acessíveis ao alunado, a docentes e a escolas brasileiras, da Educação Infantil à Superior e, em especial, na rede pública.

PROPOSTAS E DIFICULDADES

Em Porto Alegre, em julho último, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa debateu sobre as plataformas de aulas remotas propostas pelas secretarias estadual e municipal de educação: Google Sala de Aula, CórTEX e Moodle. A presidente da Comissão, deputada Sofia Cavendon, justificou ser "urgente tratar do processo de trabalho remoto proposto às escolas, sua acessibilidade e adequação

pedagógica". Segundo Sofia, as concepções, diferenças e problemas de Ensino Domiciliar, EAD e Atividades Remotas durante a pandemia registraram, mais uma vez, a necessidade de cuidados para que a desigualdade na educação não seja ainda mais aprofundada. E avalia que "ficou evidente as enormes dificuldades com as plataformas disponibilizadas para o desenvolvimento das atividades, tanto para professores como estudantes, e com falta de diálogo entre governo e educadores". Ela lembrou que a pesquisa do Comitê Popular de Acompanhamento da Crise Educacional, apresentada pela Associação de Pais e Mães pela Democracia, mostra grande desigualdade entre as redes pública e privada e a necessidade de ações, para que não sejam agravadas.

No RS, a Secretaria Estadual da Educação informa que, até agora, dos 815 mil alunos da rede pública estadual, 630 mil ativaram suas contas educacionais para acesso ao Google Sala de Aula. E entre os professores, foram 37 mil, dentro os cerca de 35 mil regentes de classe no RS. Também explica que os alunos que não estão usando a plataforma Google, mas que têm Internet, recebem materiais didáticos por redes sociais, e-mails e aplicativos de comunicação. Para alunos sem equipamentos ou Internet, afirma que a estrutura das escolas pode ser utilizada e aqueles sem nenhum acesso à tecnologia podem retirar materiais impressos nas escolas, mediante agendamento e medidas de prevenção à Covid-19. A Secretaria acrescenta que está prevista a oferta de Internet a alunos e professores que não têm acesso e que esse serviço deve ser disponibilizado nas próximas semanas. Já o alcance das videoaulas do Prê-Enem Seduc, para alunos no final do Ensino Médio, via Canal do Youtube TV Seduc RS, revela que, desde maio, foram aproximadamente 500 mil visualizações. Pela TVE-RS, abrangem 56 municípios.

No Brasil, o MEC realiza, até 14/8, uma consulta acadêmica, junto aos sistemas público e privado, para saber a opinião de alunos e professores sobre aulas remotas nesta nova rotina de estudos. O levantamento visa informar sobre ferramentas e tecnologias usadas, além de servir para melhoria de ações e supervisão do sistema federal de Ensino Superior.

CTE-IRB RECOMENDA

- O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) encaminhou aos Tribunais de Contas (TCs) brasileiros recomendações para que acompanhem as medidas que vêm sendo adotadas pelos municípios e estados para garantir o acesso dos estudantes aos equipamentos e aos recursos tecnológicos de ensino remoto.
- O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, explica que a oferta de Educação a Distância (EAD) é uma prática que será necessária, mesmo com a retomada das atividades nas escolas. "O retorno às salas de aula, certamente, se dará de maneira gradual, além da necessária redução no número de alunos por turmas e compreendendo os modos presencial e remoto".
- A medida leva em conta, entre outras questões, duas estratégias específicas do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, e que já deveriam ter sido implementadas, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E também considera os resultados da pesquisa TIC Kids Online Brasil, que foi divulgada em 23/6/20 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. O levantamento ressalta que, no Brasil, 4,8 milhões de crianças e adolescentes vivem em domicílios sem acesso à Internet.
- A Nota Técnica 04/2020, enviada aos órgãos de controle, destaca a necessidade de: verificar o número de alunos sem acesso a computadores, tablets, celulares e Internet; instar o poder público local para que dê suporte às suas redes de ensino; e monitorar o suporte fornecido pelas secretarias de Educação aos professores quanto à adequada formação para ministrar conteúdos de forma remota.
- O documento indica aos TCs que se verifique se as redes de educação estão disponibilizando acesso a computadores com conexão à Internet nas escolas para os alunos sem esses recursos, mediante agendamento de horários e adoção dos protocolos de saúde.



ELISE BOZZETTO / UNIVATES / CP/MEC/RS

MEC realiza, até 14/8, pesquisa, junto a alunos e professores de universidades públicas e privadas, para saber a opinião sobre aulas remotas e a nova rotina de estudos

A RESISTÊNCIA DAS EMPRESAS NO LIMITE

GILBERTO PORCELLO PETRY

Presidente da FiegRS
presidente@fiegRS.org.br



Nesta sexta-feira, a FiegRS completa 83 anos de fundação. Pois no dia 20 de julho ocorreu um evento inédito na história da entidade: a posse das novas diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul foi realizada com plateia virtual, através de transmissão da cerimônia pela internet. Esse fato resume o contexto a que estamos submetidos em função da pandemia, mas mostra que, além de tudo, a FiegRS mantém a dinâmica de sua atuação em qualquer situação que se apresente.

Nesses cinco meses de estresse, como disse no discurso de posse, perdi muitas noites de sono, mas não a teimosia de sonhar. Estou otimista em relação ao desenlace da crise atual. Acredito no empresário brasileiro que retira das adversidades novas experiências. Tenho fé nas

soluções da ciência, que encerrará este período triste da História.

No entanto, as respostas das autoridades à pandemia trouxeram muitos problemas desnecessários. O equilíbrio entre o isolamento social e um nível estável das atividades econômicas ficou em segundo plano. Vieram

Acredito no empresário brasileiro que retira das adversidades novas experiências

as decisões do tipo “sanfona” – abre e fecha empresas – num ciclo que penaliza o sistema produtivo como se ele fosse causa e não uma das vítimas da doença.

A resistência chegou ao limite. Caso essa situação perdure

por mais tempo, ao final da pandemia vamos apenas recolher os restos de empresas e de empregos, em meio a um formidável colapso econômico com brutal redução da receita fiscal, o que aumentará as pressões sobre o Estado.

A FiegRS defende a manutenção das atividades econômicas em patamar razoável, dentro de protocolos, capaz de manter empregos e arrecadação de impostos em níveis adequados para o necessário custeio do sistema de saúde pública. Não se trata da questão saúde versus economia, mas, sim, de obter o comprometimento de todos para garantir a dignidade das pessoas que têm desejo de seguir em frente, com atitude, trabalho, bom senso e resolutividade. Características que sempre estiveram presentes nessas mais de oito décadas de atuação da FiegRS.

PARA ALÉM DAS PROMESSAS

CEZAR MIOLA

Conselheiro do Tribunal de Contas do RS
cezar@tce.rs.gov.br



Comícios inflamados, abraços, panfletos: em tempos de covid-19, esse cenário de muitas campanhas se revela impensável. Mas há outro ponto que merece ser revisitado neste 2020 de eleições municipais: a (pouca) atenção que se dedica ao plano de governo, mesmo que, há tempo, seja obrigatória sua apresentação à Justiça Eleitoral.

Embora não haja previsão expressa quanto aos seus requisitos, esse documento não pode ser visto como mera formalidade. Deverá ser consistente, baseado na realidade e nas competências locais, em evidências e nas condições financeiras do município (até para que propostas demagógicas não levem o eleitor ao engano). É preciso, pois, dar-lhe relevância e significado.

Por isso, no caso, não bastará dizer que educação e saúde serão priorizadas no contexto

plicitar, por exemplo: metas, estratégias, indicadores para a oferta de ensino com qualidade e igualdade; qual o compromisso com os planos de carreira; como será garantida a merenda; que instrumentos tecnológicos serão utilizados. Aliás, um bom exercício é retomar o que disseram, há quatro anos, os ora candidatos à reeleição.

O plano de governo não pode ser visto como mera formalidade

Nesse quadro, os Tribunais de Contas, tendo presente que o planejamento é “determinante para o setor público” (art. 174 da CF), podem prestar grande con-

do se as leis orçamentárias que vierem a ser aprovadas, desde o plano plurianual, contemplam as metas definidas no processo eleitoral.

A propósito, no município de São Paulo, em 2008, foi aprovada emenda à Lei Orgânica pela qual, no início do mandato, o prefeito deve apresentar um programa de metas para o quadriênio, com mecanismos de monitoramento e de transparência. Trata-se de uma medida cujos conceitos mereceriam ser avaliados por outros entes da federação.

É importante que cidadãos, entidades e instituições, sobretudo as Câmaras de Vereadores, valorizem o plano submetido ao escrutínio popular, a fim de que este não se limite a uma carta de intenções. Amplamente divulgado, antes e depois das eleições, pode também representar um valioso instrumento

A TUTELA DA LEITURA

ELY JOSÉ DE MATTOS

Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS
ely.mattos@puccrs.br



A polêmica da vez é sobre a tributação de livros. Uma das etapas da reforma tributária encaminhada pelo Ministério da Economia ao Congresso cria a CBS (Contribuição Especial sobre Operações com Bens e Serviços) que substitui tributos como PIS e COFINS. A premissa básica dessa proposta é eliminar quaisquer isenções. Sendo assim, o livro hoje é beneficiado por lei com alíquota zero e passará a pagar 12% de imposto.

O argumento que sustenta esta opção é que um imposto neutro, que não gere distorções nos comportamentos dos produtores e consumidores, é a nirvana da agenda liberal. No entanto, os livros não passam de uma fábula. Nenhuma sociedade minimamente complexa, consegue construir mercados puros, sem qualquer distorção. Mesmo de só a opção individual dos agentes irremediável.

O caso do incentivo fiscal ao livro é um exemplo dessas distorções. Temos consumidores em diferentes níveis de renda, mas nós, como sociedade, avaliamos que todos devem ter acesso a eles. A questão é como fazer isso acontecer. Sabemos que, sem alguma intervenção no sistema de incentivos, isso não ocorrerá.

Uma das alternativas é manter a alíquota zero. É uma distorção que, como argumentou Paulo Guedes, vai beneficiar mais os ricos, que consomem mais livros. Mas, de todo modo, os mais pobres ainda mantêm algum incentivo. Outra alternativa seria, por exemplo, algo parecido com o que o governo do RS está propondo: devolver parte do imposto pago para famílias de mais baixa renda. É uma ideia interessante, pois focaliza o benefício. Continua sendo uma distorção, pois afeta os incentivos, mas é mais próximo do seu objetivo.

Acontece que Guedes não propôs isso. Sua resposta a Marcelo Freixo, então ministro da Justiça, foi um inquestionável “sim”. Dar o livro de graça para o mais pobre é um bem gratuito e também uma forma de distorção dos mercados. Só que nesse caso o resultado é muito pior, pois “doar” o livro condiciona a escolha das pessoas da maneira mais nefasta possível. Essa passagem de livros para famílias de baixa renda é várias outras já registradas em Brasília. O cerne do governo federal é a cultura: algo secundário, que a agenda liberal estaria apta a tutelar. Porém, ninguém está. Leituras livres é uma das muitas, dentre tantas outras, para manejar eventuais distorções de mercado.

Me
dis
o m
age
N
nã
de



O necessário retorno

Cezar Miola*

14 de agosto de 2020 | 07h00



Cezar Miola. FOTO: DIVULGAÇÃO

Medido pela primeira vez por uma pesquisa do IBGE, o abandono escolar atinge dois a cada dez brasileiros com



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#)

ACEITO

nas suas atividades, mas de toda a sociedade, impactando, de forma negativa, nos índices de frequência escolar, por exemplo. Um estudo divulgado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Insper, calcula que a evasão escolar apresenta um prejuízo de R\$ 372 mil por estudante ao ano. No total, a perda anual alcança R\$ 214 bilhões, o que corresponde a 3% do Produto Interno Bruto. São 575 mil pessoas tentando ingressar todos os anos no mercado de trabalho sem a escolaridade completa. Não bastasse a crueza da realidade cotidiana, a pandemia deve agravar essa situação. A perda do vínculo entre escola, professores e estudantes devido à suspensão das aulas presenciais é um dos fatores que devem levar a um aumento da evasão escolar. Além disso, aqueles que conseguem acessar o sistema de ensino enfrentam dificuldades como a falta de professores treinados para esse modelo de educação e problemas de adaptação e manutenção das rotinas de estudos.

A falta de acesso à internet e às ferramentas de ensino remoto são outros motivos que impossibilitam ou desestimulam a permanência dos jovens na escola. Vencer os desafios econômicos, sociais e psicológicos impostos pelas desigualdades e ampliados com a pandemia é uma tarefa que necessita do envolvimento intersetorial e ágil do poder público. Os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, associados a outros órgãos e entidades ligadas à educação, têm promovido ações indutoras para o enfrentamento do abandono e da evasão escolar. Uma parceria entre os TCs, o Unicef e o Conselho Nacional do Ministério Público pretende capacitar gestores e servidores públicos a realizarem a busca ativa de crianças e jovens que estão fora da escola, além de estimular que os órgãos de controle examinem se os Municípios e Estados estão atuando efetivamente nesse sentido, inclusive com medidas preventivas (sabidamente, as mais eficazes). A formação de grupos com a participação de diferentes estruturas de Estado, como Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, secretários e conselheiros de educação, organizados pelo Instituto Articule e pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa é outra iniciativa que pretende auxiliar gestores, educadores e estudantes no enfrentamento dos efeitos provocados pela covid-19 na educação pública brasileira. Batizado de Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia (GAEPE), já adotado pelos Estados do Rondônia e de Goiás, o grupo está discutindo uma agenda educacional comum, baseada no diálogo e sem hierarquização, com o objetivo de criar um ambiente de segurança jurídica para que a tomada de decisões seja rápida e eficaz.

As iniciativas podem parecer tímidas frente ao tamanho do desafio, mas levam em conta a simbologia de que o retorno de cada criança e jovem aos bancos escolares se traduz em oportunidade de um futuro mais próspero e digno para todos os brasileiros.

***Cezar Miola, presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa e conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**

Tudo o que sabemos sobre:

Artigo

DESTAQUES EM POLÍTICA



Ajuste fiscal de Doria pode cortar R\$ 1 bi de universidades e afetar habitação



Sem dó nem piedade



Defesa investiu mais do que Educação em 2019



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#)

ACEITO

Estado anuncia Internet para alunos e professores

Projeto, com recursos do governo e da Assembleia, atenderá 820 mil alunos e 60 mil professores, para acesso educacional em aulas remotas

Com aulas presenciais suspensas desde 18/3, em razão da Covid-19, alunos e professores da rede pública estadual contarão, a partir de agora, com Internet patrocinada pelo governo do Estado, para acesso às aulas remotas. O anúncio do serviço foi feito ontem, pelo governador Eduardo Leite e pelo secretário da Educação, Faisal Karam, em transmissão via redes sociais.

O projeto deve beneficiar 820 mil alunos e 60 mil professores, em investimento de R\$ 8,5 milhões (R\$ 3,1 milhões, do governo estadual; e R\$ 5,4 milhões, da Assembleia Legislativa do RS). A oferta de Internet ocorre por meio de chamamento público de cadastramento das operadoras Oi, Vivo, Tim e Claro. Já o uso do serviço, para o acesso às aulas, é através do aplicativo Escola RS (ver quadro). "Não será descontado do pacote de dados do aluno, porque o governo do Estado vai remunerar as opera-

ACESSO

- Baixar no celular o aplicativo Escola RS, disponível para download no Google Play.
- Habilitar os dados móveis, para identificação da operadora que disponibilizará o sinal.
- Realizar login no aplicativo, utilizando os mesmos dados de acesso à plataforma educacional Google Sala de Aula.
- Para saber se a conexão está ativa, basta verificar se o ícone em formato de globo, situado no canto superior esquerdo da tela, está verde.

oras pelo uso dos dados para o acesso aos conteúdos educacionais", explicou o governador.

Segundo o secretário Faisal, desde 21/8, quando o serviço ainda estava em fase de testes, cerca de 23 mil alunos e professores já conseguiram se conectar, em capacidade de até 50 megabytes.

Sobre o retorno escolar pre-

sencial, Eduardo Leite reafirmou que não ocorrerá volta enquanto não houver segurança. "Faremos nova reunião dia 1º/9, com prefeitos, Tribunal de Contas e Ministério Público, onde devemos consolidar uma projeção de datas de retorno para cada etapa de ensino. Mesmo assim, acontecerá com protocolos e cuidados específicos", destacou.

Além da Internet, a Secretaria da Educação recupera e conserta netbooks da rede estadual, para distribuição a alunos e professores. Magda Motta, do Departamento de Tecnologia da Informação, revela que já foram recuperados e entregues mais de 5 mil netbooks, para que sejam úteis nesse momento de pandemia. E para auxiliar alunos sobre o uso de ferramentas do Google for Education, como Google Sala de Aula, Drive, e-mail e Meet, a Secretaria realiza, desde ontem, lives de capacitação, em transmissões às quintas-feiras (14h): youtube.com/EducaDigital.

PARTICULARES

Prefeito avalia volta às aulas com os dirigentes de escolas

Dirigentes de escolas privadas reuniram-se ontem com o prefeito Nelson Marchezan Júnior e equipe técnica da prefeitura, para avaliar a evolução da pandemia na Capital e projetar a retomada das aulas. O encontro, no entanto, terminou de forma inconclusiva, em relação a datas ou como voltar às aulas presenciais. "Precisamos começar a construir protocolos simples e fáceis de serem compreendidos, fiscalizados e executados", disse o prefeito, considerando uma retomada a partir do Ensino Superior, Educação Infantil ou Ensino Profissionalizante. O trabalho, conforme Marchezan, visa formar convicção conjunta, numa cidade com cerca de 380 mil estudantes (91 mil desses, universitários). E considerou uma possível adoção de metodologia mista, presencial e remota.

Entre os dirigentes de escolas particulares em Porto Alegre, a retomada letiva presencial não é consenso. O valor da vida e pressão por questões po-

Para os próximos dias, Nelson Marchezan prevê reunião com gestores de escolas estaduais e conveniadas da Capital.

líticas e financeiras foram destacados por Rogério Andrade, do Colégio Santa Cecília, ao questionar: "Quem será responsável pela primeira morte de aluno da Educação Infantil ou de um professor?" Marinice Simon, do Santa Dorotéia, disse não desejar "retorno imediato e inseguro". Jorge Knapp, do Anchieta, também é cauteloso: "Há possibilidade de não termos aulas presenciais em 2020". Para Jorge Bieluczyk, da Rede La Salle, "a vida está acima de tudo, mas, em algum momento, teremos de retornar". E Guilherme Peretti, do Província de São Pedro, pondera que crianças das séries iniciais estão mais prejudicadas, mas os mais velhos têm melhores condições de voltarem primeiro.

ATENDIMENTO A CRIANÇAS SURDAS

Protesto contra o fechamento do Concórdia

Cerca de 30 representantes de pais e estudantes protestaram ontem contra o fechamento do Centro Tecnológico da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) – Unidade de Ensino Especial Concórdia, destinado a crianças surdas. Em reunião virtual, no dia 22/8, a direção infor-

mou a decisão de encerrar o atendimento educacional em 2021. O ato, com cartazes e em linguagem de sinais, ocorreu diante do prédio (rua Dr. João Simplicio Alves de Carvalho), na zona Norte de Porto Alegre.

A presidente da Associação Crianças e Adolescentes Surdos

do RS, Carla Brum, destacou se tratar de escola referência no Estado e no país no atendimento de crianças surdas. Alertou que as 88 crianças que frequentam os ensinos Fundamental e Médio não terão onde estudar. E informou que, diante do problema, a proposta dos pais é discutir o caso em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Em nota, a direção da mantenedora, Aelbra, explica que decidiu descontinuar as atividades a partir de 2021, tendo em vista a necessidade de contenção de custos. A escola, cuja finalidade é atender a estudantes com deficiência auditiva, atua como projeto de assistência social, com 88 alunos e 32 funcionários. Mantém convênio com a Secretaria Estadual da Educação, para subsidiar investimentos em sua estrutura, e busca apoios para dar continuidade ao projeto.



Pais e estudantes defendem a manutenção da escola referência, na Capital

AGENDA DO ENSINO

■ **ProUni:** Os pré-selecionados na lista de espera do processo seletivo de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) têm até hoje para entregar os documentos que comprovem as informações registradas no ato da inscrição. A perda deste prazo implica, automaticamente, na reprovação do candidato. Mais informes no site: prouniportal.mec.gov.br.

■ **Inovação:** Segue aberto, até o dia 31/8, o prazo de inscrições para a 4ª edição do "Ideação da PUCRS". Este evento on-line e gratuito da Universidade, na Capital, ocorrerá entre 1º e 3/9. Serão três dias com debates, bate-papos e conversas que abordarão sobre empreendedorismo e inovação. Inscrições: bit.ly/ideacao-2020. Detalhes, e-mail: idear@pucrs.br.

■ **Nutrição:** A Cesuca – Faculdade Inedi, em Cachoeirinha, promoverá, entre os dias 1º e 2/9, a sua "1ª Jornada de Nutrição da Cesuca", que contará com inovações, teorias e debates sobre a atuação do nutricionista no cenário atual. O evento será realizado de forma on-line, com inscrições gratuitas. Acesso à programação e mais dados, pelo link: bit.ly/3ISWAMV.

ENSINO PRESENCIAL

Sinepe defende a opção de abrir

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do RS (Sinepe-RS), Bruno Eizerik, informou ontem ao prefeito Nelson Marchezan Júnior, que, com a pandemia, cresceram evasão escolar e inadimplência. Ao reconhecer que o contexto é complicado e que a preservação da vida está em primeiro lugar, Bruno lembrou que a rede privada começou com aulas remotas em março, e que crianças da Educação Infantil e das primeiras

séries do Ensino Fundamental são as que mais sofrem com o ensino remoto. Assim, apoia o retorno escalonado e "começando pelos alunos pequenos, que precisam mais". Em nota, o Sinepe pede a definição da data de retorno escolar presencial; e defende que "se as escolas públicas não têm condições de abrir, que seja dada essa opção às escolas privadas que desejarem e estiverem prontas para retomar as aulas presenciais e acolher seus alunos".



PLANEJAMENTO PARA A VOLTA ÀS AULAS

Iede e CTE-IRB lançam pesquisa hoje

■ Em webinar aberto hoje, às 14h30min, com acesso via YouTube, no canal do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), pelo <https://bit.ly/2YDUXus>, será lançada pesquisa do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em conjunto com o CTE-IRB. O trabalho é sobre o planejamento

de redes de ensino para a volta às aulas. No evento virtual, médicos, educadores e especialistas vão discutir o que considerar para a reabertura das escolas, independentemente da data em que isso ocorra. O estudo qualitativo envolveu 20 redes de ensino (16 municipais e 4 estaduais); e integra o projeto "A Educação Não Pode Esperar".

Comissão se antecipa e parecer será discutido hoje

Relatório preliminar decidirá pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia contra o prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Júnior

A Comissão Processante encarregada de analisar o pedido de impeachment contra o prefeito Nelson Marchezan Júnior na Câmara de Porto Alegre apresenta hoje o parecer de arquivamento ou de prosseguimento da denúncia. O prefeito já entregou os documentos da sua defesa.

A apresentação do relatório prévio ocorre antes do prazo final, que era na próxima segunda-feira. Os vereadores Hamilton Sossmeier (PTB, presidente), Alvoní Medina (Republicanos, relator) e Ramiro Rosário (PSDB) foram sorteados e integram a Comissão Processante. A votação do parecer, entre os integrantes da comissão, aconte-

cerá no Plenário da Câmara. Marchezan e seus procuradores estão autorizados a participar. A sessão é pública, mas em função da pandemia poderá ser acompanhada pela Internet. Vitória simples por 2 a 1 já é o suficiente para o prosseguimento.

Em entrevista ao “Rio Grande Record”, o vereador Hamilton Sossmeier lembrou que foram 31 votos a 4 na Câmara para que o processo fosse admitido. “A partir daí, a Comissão pode avaliar as denúncias levantadas e emitir seu parecer final e fazer a votação em plenário”, informou o presidente da Comissão Processante.

Se o processo de impeachment continuar, os 36 vereado-

res deverão analisar documentos e depoimentos das testemunhas apontadas pela defesa. Dois terços, ou seja, 24 deles, precisam votar a favor de uma das denúncias para que Marchezan perca o cargo.

“Para aqueles vereadores que não sabem o que votaram, talvez esta seja uma oportunidade de aprender”, disse Marchezan, em vídeo recente nas suas redes sociais, sobre o processo.

Segundo o secretário judiciário do TRE, Rogério de Vargas, o prefeito pode concorrer à reeleição no período. O primeiro turno, em 15 de novembro, acontece quatro dias depois do prazo final para o resultado do impeachment.

DISPUTA EM PORTO ALEGRE

Republicanos oficializa Derly e anuncia vice

O Republicanos confirmou ontem a pré-candidatura de João Derly à Prefeitura de Porto Alegre e anunciou o delegado Fernando Soares como vice. O partido quer levar à disputa uma visão com menos foco na ideologia e mais nas pessoas e nas soluções dos problemas da cidade.

“Ao longo dos últimos três meses fizemos ao menos três reuniões por semana com diversos setores para entender as necessidades existentes. Além de ouvir especialistas, ouvimos cidadãos nessas reuniões virtuais. E entendemos que é preciso, urgentemente, discutir a cidade real, não a oficial”, afirmou Derly, que foi vereador na Capital, deputado federal e secretário estadual do Esporte e Lazer. Ele disse ter ouvido relatos da ausência do poder público, e enfatizou que os desafios exigem respostas que fogem da política tradicionalmente feita por alianças por tempo de televisão e fundo partidário, e que deixa de la-



Anúncio ocorreu em encontro entre as lideranças do partido no Estado

do as ideias e as pessoas.

Confirmado como vice, o delegado Fernando Soares destacou que traz para a disputa uma herança paterna. “Meu pai foi policial civil e morreu em virtude de uma diligência, trabalhando para garantir a segurança dos cidadãos. Dele trago a lição de que o nosso trabalho é sempre voltado às pessoas e que damos

tudo o que temos para cumprir nossa missão. E esse é o espírito que levo para o desafio político.”

Presidente estadual do Republicanos e deputado federal, Carlos Gomes enalteceu a participação do partido nas eleições. Os vereadores José Freitas (que é presidente municipal do partido) e Alvoní Medina também participaram no anúncio.



Curta o
no Face
fb.com/co



TALI
taline@cor

Decisão fica p

Cauteloso, o governador...
 va decisão em relação...
 das aulas presenciais...
 cretários e representantes...
 ra a próxima terça-feira. H...
 que um anúncio poderia oc...
 verno não fará qualquer m...
 Estou mantendo conversa...
 vem, faremos com os prefe...
 retomadas do ensino”, disse...
 da Educação, Faisal Karam...
 são pelo Executivo, o retorn...
 Enquanto isto, o sistema h...
 gue como uma das principa...
 rou o abismo entre as redes...
 no conseguiu disponibilizar...
 do. O desafio imposto pela e...
 demia, tem mobilizado dive...
 min, será divulgado estudo...
 las presenciais nas escolas p...
 tê Técnico da Educação do I...
 disciplinaridade e Evidência...
 mento aponta que a maioria...
 avaliações do aprendizado...
 tos que geram dúvidas. Entr...
 zada por cada escola, quem...
 avaliações e quais serão as...
 tidos às análises. Também s...
 ações para lidar com o impa...
 enfrentamento à evasão esc...
 redes de ensino. Destas, 16

Estudo representa

O estudo que será divul...
 “A Educação Não Pode Esp...
 panorama das ações de 24...
 intenção é compartilhar ca...
 de cada rede de ensino e o...
 dades para avançar”, disse

Relatório sobre re

Com o avanço dos debat...
 ria, o relator da Subcomissã...
 Riesgo (Novo), deve apresen...
 total, mais de 30 entidades...
 pela reforma participaram...
 longo de 10 reuniões de tra...
 rior será a reflexão sobre os...
 federações e sindicatos, ber...
 ristas e contadores. Majorita...
 tes da subcomissão são con...
 pontos mais criticados está...
 to de impostos, a oneração...
 jeiros, e as de cozinha, não

Planejamento apoia ações e orienta na volta às aulas

Pesquisa feita pelo Iede e CTE-IRB revela encaminhamentos e propostas de redes públicas de ensino para o período de reabertura das escolas

Pesquisa realizada pelo Iede e CTE-IRB, lançada na última semana, apresenta experiências, dados educacionais e aponta o que considerar para a reabertura das escolas, seja qual for o período em que este retorno ocorrerá. Adoção de protocolos sanitários, ações para lidar com o impacto emocional causado pela pandemia, enfrentamento à evasão escolar e diagnóstico quanto à defasagem pedagógica dos estudantes são temas que integram o estudo “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”, coordenado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em conjunto com o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB). O acesso à teleconferência e dados: <https://bit.ly/3bckYGB>; ou projetocte.irbcontas.org.br.

A pesquisa qualitativa expõe como 20 redes de ensino (16 municipais e 4 estaduais) se planejam para a volta às aulas, independentemente da data em que acontecerá. A iniciativa dá continuidade ao projeto “A Educação Não Pode Esperar”, lançado em

ALGUNS DADOS DO ESTUDO COM 20 REDES NO PAÍS

- As secretarias entrevistadas oferecem ao menos algum suporte emocional a alunos e professores neste momento (lives, informes, vídeos...). E há casos de contarem com especialistas; ou protocolos específicos, como a estadual de Mato Grosso do Sul.
- O ponto crítico se relaciona a ações para evitar o aumento do abandono e da evasão escolar.
- As ações atuais voltam-se, prioritariamente, ao monitoramento de acesso e realização das atividades não presenciais.
- Entre pontos de atenção estão ações para garantir saúde e segurança da comunidade escolar.
- Ainda que a maioria das redes preveja realizar avaliação diagnóstica no retorno, há diversos aspectos ainda indefinidos.

junho/20, e que mostra um panorama de ações de 249 redes de ensino durante a pandemia.

“Diante da extensão da pandemia, sentimos necessidade de voltar ao tema. A intenção é compartilhar casos reais, que mostram os pontos fortes de cada rede de ensino e os aspectos em que encontram mais dificuldade para avançar. Eles ilustram bem a diversidade de estratégias e níveis de planejamento encontrados no país”, argumenta o presidente do CTE-IRB, conselheiro do Tribunal de Contas do RS, Cezar Miola. Já Ernesto Faria, diretor-fundador do Iede, ressalta que o objetivo maior é apoiar gestores e educadores

neste momento: “Essa segunda pesquisa nasceu por percebermos uma necessidade de levar mais evidências e aprofundar o debate sobre o retorno das aulas presenciais. Não pode ser uma discussão apenas sobre voltar ou não voltar, mas sim sobre quais as condições necessárias para a volta, e como se dará esse retorno, já que três dimensões precisam ser consideradas: a saúde da comunidade escolar; a aprendizagem; e a permanência dos alunos.” O estudo tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

EDUCAÇÃO ALIMENTAR, FÍSICA E PANDEMIA

Webinário reúne especialistas

A importância da educação alimentar e da atividade física como garantia de saúde em tempos de pandemia é o tema deste V Webinário promovido pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS, presidida pela deputada Sofia Cavedon.

A teleconferência aberta acontece hoje, às 14h, contando com a participação do médico especialista em Medicina de Emergên-

cias e coordenador geral da Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, Armando De Negri Filho; do professor da Esfíd/Ufrgs, Luiz Fernando Bilibio; e da nutricionista Leila Guizzoni, da Fesans/RS, do CRN2 e Consea/RS. Sofia, que propôs o debate, coordenará o evento, que será transmitido ao vivo pelo canal da TV ALRS no Youtube: www.youtube.com/user/tvalrs.

AGENDA DO ENSINO

■ **Alfabetização:** A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) realizará a VI Jornada Internacional de Alfabetização, de 21 a 25/9, de forma remota, via plataformas Google Meet (para simpósios e oficinas) e Youtube (conferências). Inscrições até 21/9: bit.ly/31A15FR.bU.

■ **Gestão Esportiva:** A Feevale/NH abriu inscrições ao curso de pós em Gestão Esportiva, no formato digital. É voltado a graduados do setor e de diversas áreas, que busquem atuar em promoção e gerenciamento do esporte nos âmbitos educacional, participação ou rendimento. Detalhes: pos.feevale.br.

■ **Livro:** Em nota, a União Brasileira de Escritores (UBE) informa que

TERCEIRIZADAS

Demissão e a funcionária

Após a demissão de funcionárias terceirizadas da empresa Multiclean, que atua na rede municipal de ensino de Porto Alegre, a presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputada Sofia Cavedon, busca negociações junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, à Câmara de Vereadores e ao secretário de Educação, Adriano de Bragança.

Sofia explica que negociações com a prorrogação do Plano Emergencial de Precatórios da Renda e do Emprego (decreto federal 10.470, de 2020) e a Secretaria de Educação Hospitalar (Smed) “não adotou medidas para proteger o emprego das terceirizadas, que estão sendo demitidas”. E destaca que questões legais a serem resolvidas. Por isso, orienta a trabalhadoras para que busquem o Sindicato dos Empregados em Serviços Terceirizados (Sinet) e o Serviço de Asseio e Conservação Municipal (rua Siqueira Campos, 51, Conj. 51, 5º andar, no Centro de Porto Alegre, fones 3013-5058 e 3022-1174; e-mail seeac@seeac-rs.com).

A Multiclean argumenta que não é possível manter o emprego sem ter o contrato garantido com a Smed, pois a multa assumirá os 30% de implementação do salário de

UFRGS

Faced comemora

Em sessão solene ocorrida às 16h de hoje, a Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS) comemora seu aniversário de 50 anos. Para isso, a comunidade da Faced preparou um novo vídeo institucional, com programação especial e site comemorativo.



direto

ponto

Fiscalização do ensino tem apoio

MARIA JOSÉ VASCONCELOS

Nota Técnica do CTE-IRB, contendo recomendações e sugestões, visa auxiliar os Tribunais de Contas do país em relação ao acompanhamento e controle das ações dos entes públicos, em questões como a disponibilização e a oferta de alimentação escolar, atividades remotas, transparência das ações, retorno às aulas presenciais e acolhimento dos alunos e familiares

Medidas de higiene estão entre os quesitos de controle escolar a serem verificados pelos Tribunais de Contas

Com o objetivo de definir parâmetros claros e comuns para o acompanhamento e a fiscalização das ações desenvolvidas pelos entes públicos em relação à garantia de ensino e aprendizagem – que traz especificidades nesse quadro pandêmico –, o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) emitiu a Nota Técnica (NT) nº 06/2020, com recomendações e sugestões aos Tribunais de Contas brasileiros. O documento norteador aborda, fundamentalmente, aspectos relacionados ao fornecimento de alimentação escolar, à oferta de atividades remotas, à transparência das ações na área educacional, ao preparo para o retorno às aulas presenciais e ao acolhimento psicológico dos estudantes e familiares, totalizando a verificação de 67 quesitos (box).

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, explica que a NT considera a relevância da matéria e os possíveis retrocessos no processo educacional, sobretudo na aprendizagem dos alunos e em cenários de prorrogação do período de suspensão das atividades escolares presenciais. Ele destaca que o acompanhamento das ações de forma concomitante tem caráter preventivo e estimula os gestores a adotarem providências visando à redução dos impactos negativos causados pelas providências necessárias ao enfrentamento da Covid-19. Entre os itens da NT, o conselho do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) detalha que devem ser alvo de atenção e controle questões como medidas sanitárias a serem implementadas para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários nos estabeleci-

mentos de ensino e no transporte estudiantil; ações para mitigar o impacto emocional da comunidade escolar; providências na área pedagógica; ferramentas de comunicação para informar o público; e planejamento para atender alunos que migram da rede privada para a pública.

O CTE-IRB também recomenda que, além das ações de fiscalização, os Tribunais de Contas propiciem espaços dialógicos e de articulação com poderes, órgãos, entidades, conselhos, organizações da sociedade civil, famílias e estudantes, com o propósito de adotar medidas preventivas e construir ambientes de segurança jurídica nesta nova conjuntura.

CONTEXTO

Para a elaboração da NT 06/2020, do CTE-IRB, foram consideradas questões como crise decorrente da pandemia e necessidade de enfrentamento de problemas resultantes; consolidação de posicionamentos acerca de questões educacionais; entendimento de que a colaboração dos agentes públicos, inclusive dos responsáveis pelos controles externo e interno, pode trazer resultados positivos na superação de desafios ou em redução de danos, especialmente a alunos em situação de vulnerabilidade; intenção de definir diretrizes que possam ser adotadas pelos Tribunais de Contas, de modo colaborativo com poderes e órgãos, para minimizar efeitos decorrentes da Covid-19; relevância da matéria e necessidade apoiar o processo educacional, sobretudo na aprendizagem dos alunos e com a perspectiva de prorrogação da oferta de ensino remoto.



Volta às aulas presenciais revela diferentes contextos

A partir de diretrizes estaduais, municípios se dividem. Na Capital, agenda da prefeitura começa hoje, mas se choca com educadores e Estado

A volta às aulas presenciais marca este final de setembro no RS, apresentando diferentes realidades. A partir do cronograma do Estado, a proposta do governo é de retorno gradual, conforme deliberações locais.

Em Porto Alegre, a agenda de retomada escolar do Estado e a proposta do município se chocam. O Ministério Público foi acionado para auxiliar. E os educadores deflagraram estado de greve, contrários à retomada na atual conjuntura da pandemia e estrutura das escolas. A Prefeitura de Porto Alegre confirma o reinício hoje, com oferta de almoço nas escolas municipais e comunitárias com Educação Infantil, somando 289 instituições que atendem a 26,7 mil alunos.

Em Teutônia, a retomada gradual das aulas presenciais começou pela Educação Infantil, na semana passada (em 21/9), seguindo com alunos do Ensino Médio (em 23/9). E, de hoje a 30/9, serão as turmas de Educação Profissional, no Colégio Teu-



ANA LÚCIA DOS SANTOS HAMESTER / COLÉGIO TEUTÔNIA / CP

Colégio Teutônia fez testagem, acolhida e permite manter trabalho domiciliar

tônia. Mas antes da retomada, o Colégio realizou testagem gratuita da Covid-19 em todos os professores e funcionários e o disponibilizou aos alunos, conforme o programa do Executivo municipal em ambientes escolares.

Apesar da volta com protocolos, a escola privada adotou o modelo híbrido, permitindo que famílias e/ou estudantes que de-

sejarem possam seguir com atividades domiciliares. O diretor Jonas Rückert revela que o Colégio confeccionou e distribuiu cartilha com orientações e protocolos da nova rotina escolar. E explica que, entre outras ações, esse recomeço envolve acolhida especial, atividades ao ar livre, remanejamento de turmas e salas, intensa higienização e uso de máscaras.

AGENDA DO ENSINO

■ **Matemática:** Inscrições, até hoje, para as Jornadas Nacional e Regional de Educação Matemática da Universidade de Passo Fundo (UPF). O evento on-line, entre os dias 30/9 e 2/10, promoverá reflexão e troca de experiências pedagógicas entre pesquisadores, docentes e acadêmicos. Neste ano, o tema é a “Educação Matemática: identidade em tempos de mudanças”. A programação envolve palestras, minicursos, mostras de trabalhos e o VI Fórum das Licenciaturas em Matemática. Abertura dia 30/9, às 19h. Mais informes em: www.upf.br/jem.

■ **Educação de Surdos:** O webinar “Em defesa da Educação de Surdos” debate hoje esse tema na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS. O encontro virtual aberto, que foi proposto pela presidente da Comissão

ENSINO INFANTIL PRIVADO E FORMAÇÃO

Pelotas autoriza retorno em outubro

A Prefeitura de Pelotas publicou decreto, na última semana, autorizando o retorno presencial das aulas de Educação Infantil na rede privada e dos cursos de iniciação e formação continuada. A medida é válida a partir de 1º/10, em razão de o município ter permanecido em bandeira laranja. Mas para poder reabrir, as escolas ficam condicionadas ao parecer favorável do Centro de Operações de Emergência em Saúde para Educação (COE-E Municipal) e ao cumprimento de plano da escola e protocolos do governo do Estado.

O coordenador do COE Local, Jairo Santos, revela que, das 104 escolas credenciadas pelo Conselho Municipal de Educação, até agora, entre 10 e 15 enviaram o plano de contingência para análise. “Algumas estão aguardando a visita de agentes da Vigilância Sanitária e o parecer final do COE-E”, explica. O Conselho Municipal de Educação aponta que cerca de 20 escolas de Educação Infantil privadas foram fechadas, desde o início da pandemia. E, na cidade, em torno de 4 mil alunos estudam em escolas infantis privadas.

ESCOLAS MUNICIPAIS

Sapucaia n... remotas at...

As aulas presenciais de Educação Infantil e Ensino Fundamental nas escolas públicas municipais de Sapucaia seguirão suspensas até 31 de outubro. O decreto com as medidas relativas às escolas estaduais e privadas da cidade será publicado nesta semana.

O secretário municipal de Educação, Aristeu Ismael, informou que o ano letivo não será cumprido e as atividades não serão validadas. Segundo ele, o assunto foi discutido com as secretarias de Educação da Prefeitura, do COE Municipal e do Conselho de Enfrentamento ao Coronavírus. As decisões foram feitas em reunião com pais e professores, e a suspensão das aulas presenciais até o fim do ano. “Seguiremos com o ensino remoto”, afirmou.

APOIO PEDAGÓGICO

Uso de rádios

Produzido pelos pesquisadores Luiz Artur Ferrarelli e Fernando Morgado, da Universidade de Passo Fundo, o livro “Dez Passos para o Ensino Emergencial no Rádiorádio em Tempos de Covid-19” apresenta orientações para profissionais da educação. O livro também contém gravação de conteúdos pedagógicos para estudantes, com linguagem acessível e coloquialidade da comunicação, para o uso didático de rádios em emissoras de rádios comunitários. <https://nerufgrs.blogspot.com/>

Em apoio à iniciativa, entidades ligadas à Comissão de Educação, Ministério Público e Tribunais de Contas, como o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa, também apoiam a iniciativa.



ARTIGOS

PAIS, FILHOS E A HERANÇA DA TENDA DE PLÁSTICO

CEZAR MIOLA

Conselheiro do TCE-RS e presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa
cezar@tce.rs.gov.br



Há uma frase repetida por muitos pais e que vale ser lembrada neste 12 de outubro: “Filho: a educação é a maior herança que podemos te deixar”. Independentemente das condições financeiras de cada família, as restrições ao ensino presencial impuseram aos pais e às escolas um desafio para se concretizar essa sentença tão inspiradora: apoiar as crianças nas atividades remotas.

Uma pesquisa do Comitê da Educação do Instituto Rui Barbosa, em parceria com o Iede e 26 Tribunais de Contas, apontou cenário complexo, mas não desalentador. Segundo o estudo “A Educação não Pode Esperar”, 82% das redes municipais criaram formas de fazer chegar conteúdos aos estudantes. Ainda assim, a regularidade nesse processo de entregas é baixa.

Os resultados do estudo indicam que uma reação, com to-

das as dificuldades inerentes, é melhor do que ficar esperando a pandemia passar ou a vacina chegar. A absoluta maioria dos países que tiveram aulas suspensas não estava preparada para fazer uma transição tão abrupta. E o Brasil tem o desafio extra de não deixar que aumentem as de-

Neste dia 12 de outubro, o melhor que podemos fazer é assegurar que todas as crianças mantenham seus laços com a escola

sigualdades.

Em todo o país, dirigentes da educação e professores têm se esforçado para manter a aprendizagem e o vínculo escolar. Omissões existem, tanto lá na ponta quanto na alta cúpula, mas terão

seu preço cobrado mais adiante. O que importa é que cada um faça a sua parte. E aqui entra a herança citada no início. Pensei nela ao ler a notícia da família que ergueu uma tenda plástica no meio da lavoura para o filho poder acompanhar as aulas online. Mesmo com sua pouca instrução formal, esses pais demonstraram ao menino de 11 anos – e a todos nós – a relevância da educação; e o exemplo foi eloquente. Neste dia 12 de outubro, o melhor que podemos fazer é assegurar que todas as crianças mantenham seus laços com a escola, em condições dignas de aprendizado, acesso à alimentação equilibrada, saúde e proteção. Lembrando que, para isso, é preciso reconhecer e valorizar o professor, cuja data também celebramos nesta semana. E os pais – muitos, infelizmente, com escassa escolarização – serão sempre educadores, até montando uma tenda.

LONGEVIDADE, PREVIDÊNCIA E A ARTE DE ENVELHECER

JORGE FARA

Advogado, vice-presidente da OAB-RS e presidente da OABPrev-RS
jlfara9@hotmail.com



Acompanhando o movimento mundial de envelhecimento da população, que ocorre desde meados do século passado, a expectativa de vida dos brasileiros tem apresentado crescimento constante e gradual. Na última análise feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a média de vida dos brasileiros alcançou 76,3 anos de idade.

cresce também a tendência de sobrevida para os sexagenários, e as atenções se voltam para qualidade de vida dessa população. Estamos vivendo mais, é um fato, mas como estamos nos preparando para aproveitar esse tempo?

São recentes e vívidos os debates sobre como esta longevidade afeta os regimes previdenciários. As discussões que precederam a aprovação da reforma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) nos levaram a refletir, profundamente, sobre a importância do planejamento finance-

ro de longo prazo e seu impacto na qualidade de vida no período pós-laboral.

É neste cenário que o recurso da previdência privada se apresenta como uma alternativa de complemento à renda garantida pelo regime geral, permitindo a

Não há nada mais agradável do que uma velhice tranquila

programação de uma receita extra e uma aposentadoria financeira mais estável, com recursos previamente reservados para este momento.

Sabemos que a longevidade está ligada ao envelhecimento, assim como sabemos que a atual média de idade é influenciada pela redução da natalidade. Conforme

a base da pirâmide vai se estreitando, teremos um número cada vez menor de trabalhadores ativos em relação à quantidade de aposentados.

Marco Túlio Cícero, filósofo, advogado e proeminente político romano, enalteceu o envelhecimento como uma fase da vida tão virtuosa quanto as demais e entendia ser uma arte saber encontrar o prazer que todas as idades proporcionam. Exímio orador, Cícero consagrou a frase: “Somente os idiotas se lamentam de envelhecer”. Em seu livro *Saber Envelhecer*, Cícero nos ensina que as qualidades que conduzem ao sucesso, como sabedoria e discernimento, estão presentes conforme envelhecemos, e que não há nada mais agradável do que uma velhice tranquila. Embora o autor tenha vivido até 44 a.C., suas reflexões se mantêm verdadeiras e perfeitamente adequadas aos dias de hoje.

EM DIA

A GRANDE DESCOBERTA

ALFREDO FEDRIZZI

Conselheiro, consultor e jornalista
alfredofedrizzi@gmail.com



O vírus não trouxe só mortes, doenças, reclusão, desemprego, perda de renda, medo de sair à rua. O futuro chegou rápido. Muitas pessoas fizeram verdadeiras revoluções. Viver essa pandemia nos oportunizou a conscientização de o quanto somos frágeis, o quanto estamos conectados e somos interdependentes. Agora, está claro: é possível encurtar caminhos, construir de forma coletiva e organizada sem tanto tempo para planejamentos.

Nunca vivemos um tempo onde tudo o que se tinha planejado mudou do dia para a noite. Essa vivência escancarou nossa vulnerabilidade. Não importa o lugar do mundo, o vírus chegou, o incontrolável agiu. Para muitos está sendo um momento de repensar toda sua vida, de reconectar-se com valores, de escolher o que realmente importa. Momento de se perguntar: o que é essencial para mim? Onde realmente está meu coração e o que desejo fazer da minha vida?

Muitas pessoas estão voltando para seu lugar de origem, para estarem mais perto dos seus amores, da sua família. Outros estão trocando a cidade pelo campo em busca de mais conexão com a natureza. E essas descobertas foram surgindo em relação ao trabalho, às relações, ao estilo de vida. Teve gente que, pela primeira vez na vida, teve que limpar o banheiro da sua casa, lavar roupas, cortar o cabelo de seus filhos, preparar comida. Ficar em casa virou o novo sair. Seu trabalho não é mais um lugar para onde você vai. A privação do convívio com nossos afetos, mostrou, ainda mais, como as PESSOAS são fundamentais. Pais, avós, familiares, amigos. Profissões que nem sempre eram valorizadas foram reconhecidas pela sociedade: médicos, enfermeiros, professores, prestadores de serviço. As próprias empresas também mudaram. Projetos saíram da gaveta em tempo recorde. Marcas, como a Natura, aproveitaram o Dia dos Pais para tratar de temas importantes, como a ausência dos pais em casa. “Pai Presente” valorizou a convivência dos pais, finalmente, com mais tempo para os filhos em casa. A Magalu, ao constatar que a violência doméstica cresceu assustadoramente nesse período, criou um botão no seu aplicativo para as mulheres denunciarem violência doméstica. E transformou seu programa de trainees de 2020/21 exclusivamente para negros, depois de constatar que eles eram a maioria dos funcionários, mas minoria em escalões superiores. Posturas corajosas e necessárias. A busca de significados para o que fazemos e até a necessidade de renda básica universal para os mais necessitados entraram, definitivamente, para a agenda da sociedade. Enfim, não somos mais os mesmos de ontem. Mudamos. Já dizia Caetano Veloso: “gente é pra brilhar, não pra morrer...”

Alfredo Fedrizzi escreve às segundas-feiras, mensalmente.

Teve gente que, pela primeira vez na vida, teve que limpar o banheiro da sua casa

Controle da oferta de vagas escolares ganha reforço

Software desenvolvido pelos Tribunais de Contas foi atualizado e, agora, será possível acompanhar o cumprimento das metas do PNE

O software TC Educa, que permite consultar a oferta de vagas para estudantes da Educação Infantil (0 a 3 anos), Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e do Ensino Médio (15 a 17 anos), foi atualizado. É possível analisar dados nacionais, estaduais e municipais até 2019, em formato aberto, além de acompanhar a projeção em relação ao cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A plataforma foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, contando ainda com o apoio de outras Cortes (Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sob a coordenação do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB). As informações estão disponíveis para acesso em: www.tceduca.irbcontas.org.br.

OFERTA DE VAGAS. De acordo com o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, os usuários do

EVASÃO ESCOLAR

- Tribunais de Contas e Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) apoiam a campanha "Fora da Escola não pode!", desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no enfrentamento à evasão escolar.
- Entre os conteúdos disponibilizados está o Guia Busca Ativa Escolar em crises e emergências. São orientações para prevenir e mitigar o abandono e evasão escolares. Mais informes: buscaativaescolar.org.br.

software podem acompanhar a situação da oferta de vagas em suas localidades e verificar se há risco de descumprimento quanto às respectivas metas, baseando a projeção de acordo com a oferta de cada ente nos últimos anos. O PNE contempla 20 metas e 254 estratégias, que dizem respeito à garantia do direi-

to à Educação Básica com qualidade, à universalização do ensino obrigatório, à atenção à diversidade, à valorização dos profissionais da educação e à ampliação do acesso ao Ensino Superior público. O TC Educa apresenta informações sobre as Metas 1, 2 e 3 do PNE. Elas foram selecionadas por serem consideradas as mais críticas dentro da Educação Básica, seja por estarem aquém quanto ao atendimento, seja por já terem prazos de cumprimento ultrapassados. Os resultados extraídos das bases de dados pelo software podem subsidiar as ações de fiscalização dos órgãos de controle.

COMPARAÇÕES. O TC Educa permite visualizar a situação de cada uma das metas, segundo os indicadores, e apresentando os percentuais do Brasil e do estado ou município selecionados, permitindo a comparação entre eles. Além disso, demonstra o histórico da meta escolhida.



Escola de Formação Perma...

ENCANTADO

Parceria inédita

MARIA JOSÉ VASCONCELOS

Uma parceria educacional inédita no RS, entre o município gaúcho de Encantado e o cearense de Sobral, já mostra resultados. Com mapas e rotinas escolares, os dois municípios trabalham mesmo em tempos de pandemia. Com início há cerca de dois anos, a interação ocorreu em razão de Sobral ter desenvolvido em nível de aprendizagem e aprovação na rede municipal, com Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que superou as metas estabelecidas nos anos iniciais quanto aos finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Agora, a direção da avaliação nacional de Educação Básica (Saeb) divulgou na última semana, reforçando o que já havia sido por mimho acertado que Encantado e Sobral trilham no ensino.

A secretária de educação de Encantado, Greicy Weschenberg,

IPA E AMERICANO

Parte dos professores paralisa

No Centro Universitário Metodista IPA, na Capital, parte dos professores entraram em greve, há duas semanas, devido ao atraso de salários e de outros direitos. Desde a última terça-feira (3/11), docentes do Colégio Americano, igualmente gerido pela Rede Metodista no RS, aderiram à mobilização, que não é total, já que ainda ocorrem algumas aulas. O problema acontece em outras instituições, como Colégio e Faculdade Metodista Centenário, em Santa Maria, e Instituto Metodista de Passo Fundo.

"Os professores têm enfrentado graves problemas", diz Margot Andras, diretora do Sindicato

dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS). Ela afirma que a entidade vem atuando desde o início da crise, levando o caso à Justiça do Trabalho e Ministério Público e buscando acordos para a quitação das pendências.

O Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, entidade mantenedora do IPA, informou, por nota, que "os salários dos docentes estão sendo regularizados paulatinamente". A instituição alega que, "independentemente de qualquer dificuldade passageira, o IPA tem mantido diálogo com docentes e representantes da categoria. Além disso, as atividades do IPA continuam".

CAXIAS DO SUL

Inscrições para a Educação Infantil

A Secretaria Municipal da Educação (Smed) de Caxias do Sul inicia, hoje, inscrições de crianças na Educação Infantil para 2021 em escolas de Gestão Compartilhada. As famílias devem procurar a escola mais próxima de casa e realizar o agendamento da inscrição, que pode ser por telefone ou de modo presencial. A lista das 45 escolas está em educacao.caxias.rs.gov.br/escolas/educacao-infantil. São duas etapas: agendamentos (até 3/12) e inscrições presenciais (16/11 a 4/12). Dados: (54) 98429-5562 ou 98429-5563.

Proposta inédita

Neste ano, o trabalho pedagógico tomou forma e ganhou espaço físico, com a inauguração da Escola de Formação Permanente de Professores de Encantado (EFPE). "Nosso trabalho tem sido importante para a formação do Ideb local, mas também está sendo de imensa importância no momento pandêmico, pois professores se apoiam e trabalham conjuntamente e utilizam o uso de tecnologias em sala de aula", avalia a secretária de educação de Encantado, Greicy Weschenberg. Segundo ela, a Escola de Formação Permanente – com salas de aula, Internet e recursos pedagógicos e tecnológicos – tem

A BODEGA DA PROFESSORA FRANCY

Numa sala de aula da Escola José da Matta e Silva, em Sobral, interior cearense, ao final da aula as crianças fazem fila em frente à bodega da professora Francy (assim chamada por ela). Com créditos conquistados a partir do bom desempenho, ali podem “adquirir” objetos escolares, biscoitos e outros itens expostos em uma mesa cuidadosamente organizada. A troca é uma forma de premiar o desempenho e de colocar em prática lições de educação fiscal e sobre o valor da moeda.

Para chegar lá é preciso percorrer cerca de 230 quilômetros desde Fortaleza. A paisagem é árida e o município fica longe do litoral. Mesmo assim, Sobral se tornou famosa por ter a melhor rede de ensino público do Brasil, onde os alunos apresentam bons resultados desde a alfabetização. Apenas alguns exemplos: primeira

posição no Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental em 2017; os índices obtidos na avaliação de leitura de uma das escolas superam os do Reino Unido e da França; a distorção idade/série, a evasão e o abandono foram praticamente zerados.

Podemos aprender a copiar e a replicar o que já vem dando certo, inclusive no nosso Estado

Quem chega às escolas municipais, que abrigam 35 mil alunos, encontra um cenário diferente da maioria dos colégios públicos brasileiros: alunos acolhidos, prédios conservados, estudantes uniformizados e com mochilas com-

pletas, bibliotecas e laboratórios equipados. Uma dessas salas é a da professora Francy. Lá se aprende matemática cantando músicas criadas por ela sobre multiplicação, divisão e porcentagem.

Mas para ensinar é preciso se preparar. Por isso, a mestra Francy e todos os professores da rede passam mensalmente pela Escola de Formação Permanente. Salários dignos e boas condições de trabalho são itens dessa receita na qual a valorização do professor e a qualificação do gestor são pontos centrais. Com tantos resultados positivos, fica claro que se deve sair da retórica da escassez e buscar soluções. Se ainda precisamos de mais dinheiro, a melhoria na gestão é também urgente. Podemos aprender a copiar e a replicar o que já vem dando certo, inclusive no nosso Estado. Esse é o caminho.

CEZAR MIOLA

Conselheiro do TCE-RS, presidente do Comitê de Educação do Instituto Rui Barbosa
cezar@tce.rs.gov.br



RABICÓ

FABIO

Sócio-diretor de c
fabio

Podia ser u
temporadas, n
muitas perife
quer lugar, at
aconteceu no
Gonçalo, Rio d
é a mais pura
questão de ba
Podia ser aper
desconhecido
dele se encont
morre no fim

Antônio Ilár
um traficante
gas num morr
para seu entã
deseja compr
municação par
entrega imedi
riam do Parag
em no máxim
Porém, desco
dade de 2N, R
ideia e mand
executá-lo. V
reviravolta: 2
no, matou o S
3N, mudou de
briga contra F
trole do Comp
bém entra em
na zona norte
300 mil a um
querendo amp
seus negócios
mente. Cinqu
R\$ 250 mil em
conha amanh
semana passa
de Rabicó pr
apenas para fa
nições. E assi
necedores e re
várias contas
por exemplo,
tes para trans
de negócios, c
Marreta, chef
tantas conver
acabou pego
gociando arm
gravado. Mas

O ARQUITETO DO JUDAÍSMO

O destino apagou uma das velas de nossa inteligência: Henry Sobel, rabino emérito da Congregação Israelita Paulista, faleceu na sexta-feira.

Apagou a chama, mas jamais extinguirá o fogo de sua luta pelos Direitos Humanos.

Sobel demonstrava empatia incomum com o sofrimento do próximo. Talvez porque tenha nascido em Lisboa sob o signo da perseguição – o seu pai belga e a sua mãe polonesa fugiram das garras nazistas na Segunda Guerra

da Paz, João XXIII. Ficamos por alguns momentos de mãos dadas orando, irmãos silenciosos da palavra.

E nunca serão desmanchados os passos de fraternidade dados por ele em vários episódios difíceis de nossa história pátria.

O destino apagou uma das velas de nossa inteligência: Henry Sobel, rabino emérito

MARIA CARPI

Poeta, autora do livro “O Que Resta Está Por Vir” (AGE)
mariacarpi@terra.com.br



Ainda compareci em outros eventos com o amigo. Durante o Movimento dos “Focolares”, um detalhe sutil e imperceptível me prendeu a atenção e revelou o crepitar de sua alma. Ele tirou o solídeu de sua cabeça e o colocou sobre Chiara Lubich, fundadora do movimento de Paz e União na Itália.

Num simples gesto, humildemente espalhou a sua função protetiva a todos os presentes.

Arquiteto do judaísmo, Sobel é modelo vivo do livro *A Estrela da Redenção*, de Franz Rosenzweig,

Fiscalização da Educação e apoio aos gestores públicos

Tribunais de Contas do país elaboram documento que reafirma o compromisso e a colaboração para garantir ensino de qualidade

Fiscalizar e acompanhar as ações desenvolvidas pelos gestores públicos para minimizar os impactos da pandemia na educação são compromissos que integram a Carta do VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC). O documento também visa monitorar a execução das metas dos planos de educação no país e a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, explica que os Tribunais

CARTA

- Documento divulgado no encontro on-line dos TCs do país, com o tema "O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade".
- O ENTC foi promovido por entidades dos Tribunais de Contas: Atricon, IRB, Audicon e Abracom.
- Acesso: <https://bit.ly/3lo0LAC>.

de Contas (TCs) vêm aperfeiçoando a análise dos investimentos em educação, com prioridade à qualidade do gasto público. "Além das exigências for-

mais, ou seja, se os mínimos constitucionais são aplicados, o foco é avaliar o desempenho material, isto é, se estão sendo observados os requisitos básicos de universalidade do acesso, qualidade e equidade; e se todas as crianças e jovens estão na escola, na idade certa e aprendendo."

Agora as ações de fiscalização, Miola destaca que os TCs têm procurado atuar de forma colaborativa com os gestores públicos, visando induzir a construção de ambientes de segurança jurídica, em respeito às famílias e à comunidade escolar; e buscando a efetividade de todos os processos, nas áreas pedagógica e de gestão.

UFCSPA

Atual reitora vence a consulta

Lucia Campos Pellanda obteve a primeira colocação na consulta acadêmica realizada na última semana (em 26/11), com vistas à elaboração da lista triplíce, do Conselho Universitário (Consun), para o cargo de reitor da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), na gestão 2021-2025.

A Chapa 2, composta pela atual reitora Lucia Campos Pellanda e pela professora Jenifer Saffi, totalizou 215 votos dos professores; 150, dos técnico-administrativos; e 1.804, estudantes. E a Chapa 1, com a ex-reitora Miriam da Costa Oliveira e o pro-

fessor Paulo Ricardo Gazzola Zen, recebeu 129 votos dos docentes; 40, técnicos; e 256, alunos.

Considerando a fórmula da eleição, o peso dos votos é de 70%, para professores; 15%, técnicos; e 15%, estudantes. Assim, o pleito indicou que a Chapa 2 conquistou 68,72%, do total de 2.594 votos válidos; e a Chapa 1 obteve a preferência de 31,28%.

O resultado será considerado pelo Consun, dia 10/12, para votação da lista triplíce. Nesta edição, haverá ainda nova inscrição de chapas e votação, para envio dos três candidatos para escolha do presidente da República.

LUCAS GEORGE WENDT / UNIVATES / CP



NOVA REITORIA

Mulheres comandarão a Univates em 2021

As professoras Evania Schneider (para reitora) e Fernanda Storck Pinheiro (vice) ocuparão os cargos na Reitoria da Universidade do Vale do Taquari, com sede em Lajeado. É a primeira vez que a gestão da Univates será liderada por mulheres. Elas sucedem à Ney José Lazzari, reitor nos últimos 20 anos. A chapa

única foi eleita com 91,71% de aprovação, dos 1.242 votos computados. A nova Reitoria, que assumirá em janeiro de 2021, anunciou que reafirma o compromisso com a pluralidade, natureza comunitária da Instituição, responsabilidade social, sustentabilidade financeira, excelência acadêmica e transparência.

ENSINO ESTADUAL

Alerta para avanço de serviços terceirizados

O contexto de pandemia e marcos legais da situação de emergência permitem ações, como contratações – fundamentadas no artigo IV da Lei 8.666, que prevê a dispensa de licitação em situações de emergência ou de calamidade pública. O alerta que o Cpers faz no Estado, no entanto, é para o avanço em terceirizações de trabalhadores em educação, aproveitando-se da atual conjuntura.

A direção do Sindicato aponta que mais de mil funcionários terceirizados estão sendo enviados à rede estadual de ensino, para serviços de limpeza e conservação. Já são 37 contratos, desde 20/11, firmados com 11 empresas, totalizando R\$ 3,5 milhões. A maioria, com prazo de 180 dias, e estendendo-se até maio de 2021. E há novo edital em andamento, para contratar serviços terceirizados de meren-

deira: 1.009 profissionais, em diferentes regionais (CREs).

O Cpers destaca que a crítica não é aos novos funcionários, mas ao avanço da terceirização no ensino estadual, que afeta e precariza remuneração, direitos e qualidade do serviço. Assim, reitera e defende imediata realização de concursos públicos, para a devida reposição de todos os quadros da rede. Detalhes: <https://bit.ly/3ll0peb>.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

AGENDA DO ENSINO

- **Fies:** O FNDE/MEC prorroga, até 18/12, o prazo para validação das inscrições às vagas remanescentes do 2º semestre/2020 do Fundo de Financiamento Estudantil. Assim, até essa data, é preciso comprovar as informações na respectiva instituição de Ensino Superior, para formalizar o contrato junto ao agente financeiro do Fies.
- **URI:** Inscrições ao vestibular, até 1º/12, para 19 cursos em 2021. A URI Frederico adaptou os horários dos cursos da área da saúde, permitindo conciliar trabalho e estudo. Inscrições: www.fw.uri.br.
- **Feevale:** Inscrições, até 2/3/2021, à seleção para mestrado em Virologia, na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo. Bolsa de 100%, entre aprovados; e oportunidade de pesquisa relacionada à Covid-19. Dados: <https://bit.ly/33rHKam>.
- **Facens:** O centro universitário, em Sorocaba/SP, inscreve, até 5/12, para vagas em cursos presenciais, semipresenciais e EAD, através do site www.facens.br.
- **Cesuca:** O Centro Universitário, em Cachoeirinha, seleciona para vagas no 1º semestre/2021. Prova presencial dia 6/12, às 10h; uso da nota do Enem; prova agendada; ou prova on-line. Inscrições e detalhes: bit.ly/37320A8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR DAS MISSÕES / RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2020 AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SALVADOR DAS MISSÕES (RS) torna público que estará recebendo, às 8:30 do dia 11 de Dezembro de 2020, propostas e documentos de habilitação, objetivando a aquisição de equipamentos de informática, através da Secretaria Municipal de Educação. EDITAL: disponível a partir de 01 de Dezembro de 2020. Salvador das Missões (RS), 30 de novembro de 2020. DANIEL GORSKI - Prefeito Municipal

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 8.2020.0184000092-6. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2020-DEC. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE AÇO. ABERTURA: 15/12/2020, ÀS 9H30MIN. EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NOS SITES WWW.PREGAONLINE.RS.GOV.BR E WWW.TJS.RS.GOV.BR. PORTO ALEGRE, 27/11/2020. SELMA VITT SALINEZ, DIRETORA DO DEC.

SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRAO-RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRAO-RS, conforme o art. 22, alínea "c" e "d" do Estatuto do Sindicato, Entidade Sindical Patronal de primeiro grau, estabelecida na Av. Ipiranga, nº 550, bairro Menino Deus, inscrita no CNPJ sob nº 08.016.670/0001-23, no uso de suas atribuições convocou pelo presente EDITAL todos os Associados e todos os Membros integrantes da Categoria para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, no dia 03 de dezembro de 2020, às 10h (dez horas) em primeira convocação e, às 10h30min (dez horas e trinta minutos) em segunda e última convocação, com o quorum que se apresenta neste momento, na sede deste SECRAO-RS, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação do orçamento SECRAO-RS 2021.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2020.

Loliva Therezinha Nunes de Oliveira - Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

AMPLA PARTICIPAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Objeto: fornecimento de sistema de microgratuação de energia solar fotovoltaica ON-GRIDE. Alteração no objeto. Data e horário limites para recebimento de propostas: 14/12/2020, às 10h30min. Edital, demais documentos e disputa do certame no site www.pregabonrs.com.br. Informações: selc@tce.rs.gov.br.

Porto Alegre, 27 de novembro de 2020.
CÉSAR LUCIANO FILOMENA,
Diretor-Geral do TCE/RS.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA -

CAMILA LAIS CARGNELUTTI, Leloeira Oficial, JUCIS/RS nº 223/08, autorizada pelo Credor Fiduciário BECKER FINANÇEIRA S/A - Crédito Financiamento e Investimento, CNPJ nº 20.443.998/0001-17, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 199033427/0, emitida em 15/09/2017, na qual figuram como Emitentes/Fiduciárias: RENI FACULSKI GOMES, brasileiro, casado, agricultor, CPF: 888.409.720-72 e CILDA VIEIRA GOMES, brasileira, casada, agricultora, CPF: 981.225.250-91, residentes na Estrada Costa do Sutil, nº 036, interior, Dom Feliciano/RS, levará, nos termos da Lei nº 9.514/97 e regulamentação complementar, em 1º LEILÃO no dia 08 de Dezembro de 2020, às 10h, através do site www.cargnelutti.com.br, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 40.000,00, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada ao Credor Fiduciário: Imóvel rural c/ 4has, na Linha Schneider, município de Dom Feliciano/RS. Mat. nº 5.716. No Av. 15.716 foi constituída Servidão de Passagem à Alveri Nunes de Alexandre e Alvidia Nunes de Alexandre. Caso não haja licitante no 1º Leilão, fica desde já designado o dia 11 de Dezembro de 2020, no mesmo horário e local, para realização do 2º LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 8.525,03 podendo ser atualizado. No 1º Leilão os lances deverão ser superiores ao valor da avaliação do bem e no 2º superiores ao valor da dívida, somado com as despesas, encargos, tributos, etc. O arrematante pagará, no ato, o preço da arrematação e a comissão da Leloeira, correspondente a 5%, sobre o valor do arremate. O imóvel é vendido no estado de conservação e ocupação que se encontra. O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no § 2º-b do artigo 27 da Lei 9.514/97 (incluído pela lei nº 13.465, de 2017), deverá ser exercido até a data do leilão. Camilla Lais Cargnelutti Leloeira Oficial

Celc SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

AVISO DE SUSPENSÃO PARCIAL

Pregão Eletrônico nº 0743/2020 - Lotes 03 e 04 Processo Administrativo nº 20/1300-0006576-2 A Diretora do Departamento de Licitações Centralizadas da Subsecretaria da Administração Central de Licitações, no uso de suas atribuições, COMUNICA QUE FICA SUSPENSADA A ABERTURA DOS LOTES 03 e 04 DO PREGÃO ELETRÔNICO acima informado, em razão de impugnações a responder, devendo os atos seguintes serem comunicados por intermédio de publicação, conforme a legislação vigente.

A Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC localiza-se na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 2º andar - Porto Alegre - RS. Os dados necessários das referidas licitações e Atas de Registro de Preços estão disponíveis nos sites www.celic.rs.gov.br ou www.compras.rs.gov.br.

Marina Fassini Dacroc
Subsecretária CELIC/SEPLAG

Avanço da pandemia cria tensão no

A 20 dias do Natal, pandemia avança, desgasta governo e já coloca em xeque promessas de

FLAVIA BEMFICA

Há uma troca de cobranças entre diferentes núcleos do governo do Estado (político, técnico, econômico) em função da nova onda do coronavírus que atinge o RS, e a tensão se espalha entre aliados e parte dos prefeitos eleitos no último domingo. Porque, em pouco menos de quatro meses e depois de um intervalo de relaxamento nas medidas restritivas, o número total de casos é mais de quatro vezes superior ao do início de agosto.

E há mais de um dado sobre o número de ativos no próprio material do governo. No boletim diário divulgado pelo Comitê de Dados na manhã de ontem são contabilizados 12.078 casos ativos no RS. Mas, no mapa preliminar de bandeiras, no final da tarde, o número é outro: 25.656. A taxa de crescimento no RS em sete dias, na comparação entre estados, é de 1,26. Está empatada com a do Paraná como a segunda maior e só perde para a de SC. Ontem havia o entendimento generalizado, mas



Governador Eduardo Leite anunciou novas medidas de restrições no Rio Grande do Sul na semana última ser

que ainda não se tornou público, de que, sem vacina, a retomada econômica não consegue se desvincular das consequências sanitárias.

E não há, por enquanto, movimento visível do governador Eduardo Leite (PSDB) para aliados e apoiadores no sentido de buscar por conta própria o imunizante, como anunciam outros estados, a começar pelo do também tucano João Dória. Em disputa aberta com o governo federal, Dória fechou acordo com a farmacêutica chinesa Sinovac e

prometeu começar a imunização da população de SP em janeiro. Leite chegou a tratar do tema vacina com Dória em viagem a São Paulo em outubro, e o Butantan confirmou o contato. No dia 23 de novembro, contudo, ao ser questionado sobre a possibilidade de compra direta, ele respondeu: "Se não houver a disponibilização das vacinas, se for o caso, faremos aquisição direta, mas tudo leva a crer que o governo federal cumprirá seu papel de articulador para aquisição e distribuição", disse.

Em seguida, o tucano r... çou que o governo mantinh... contatos para, se necessári... zer suas aquisições. Mas r... mente com ressalvas. "O M... tório da Saúde até agora... faltou. Não há motivo para... tendermos que agora não h... rá a mesma parceria."

Passados 20 dias, apesa... avanços pelo mundo em rel... ao início das campanhas de... nação, o RS segue em comp... de espera. O Executivo ga... não detalhou o que poderia... planejamento de aquisição d...

Beleza é o que te completa



Moda, estilo, saúde e bem-estar. Você encontra no bellamais.correiodopovo.com

ITAMAR AGUIAR / DIVULGAÇÃO / CP



TALINE OPPITZ
taline@correiodopovo.com.br

POA: reforma fica para janeiro

A reforma administrativa em elaboração pela equipe do prefeito eleito Sebastião Melo (MDB) e do vice, Ricardo Gomes (Dem), será um dos primeiros atos após a posse em 1º de janeiro de 2021. Os projetos serão encaminhados à Câmara em janeiro, para análise em convocação extraordinária. Também deve constar da pauta da extraordinária alterações no orçamento para 2021. As alterações não ocorrerão ainda este mês em função da mudança no calendário eleitoral, que além do segundo turno mais curto da história, reduziu consideravelmente o tempo da transição. O Legislativo entra em recesso no



Leany Lemos tomou posse na presidência do BRDE. Ela é a primeira mulher a comandar a instituição e também a integrar a diretoria do banco, que tem 60 anos. "Me sinto honrada em quebrar paradigmas e servir de exemplo. O que não se vê, não se consegue ser", disse, em entrevista ao programa 'Esfera Pública' da Rádio Guaíba. Acostumada a desafios, Leany, que é funcionária de carreira do Senado, se mudou para o Rio Grande do Sul para assumir a pasta do Planejamento. Foi uma das principais articuladoras da Reforma da

Reforço da

O Comitê Téc... (CTE-IRB) em... de contas a rec... que contemplan... dos à manutenç... texto da pande... zar Miola, os leg... projetos relativ... po hábil para co... Entre as recom... para execução c... profissionais do... auxiliares e out... dos alunos e for... te do novo form...

Primeiros

Além do envi... à Câmara de Por... primeiros atos do

Guia orienta sobre ensino remoto e comunicação

Cartilha, produzida pelo CTE-IRB com apoio de Uneme e TCE-GO, visa melhorar a interação entre escolas, pais e alunos durante a pandemia

O novo ano começa ainda com calendários letivos a cumprir em muitas escolas, especialmente públicas no país. Além disso, o ensino remoto é modalidade pedagógica que requer procedimentos que a experiência de 2020 tem ajudado a aperfeiçoar, com vistas à aprendizagem e melhoria da interação escolar.

Com a intenção de auxiliar nesse processo educacional diferenciado que a pandemia do coronavírus nos impôs, o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) elaborou – com apoio da Direção de Articulação e Comunicação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme) e da Diretoria de Comunicação do TCE-GO – o Guia Rápido para Comunicação Escolar durante o Ensino Remoto. Recentemente lançado pelo Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Goiás (Gaepe-GO), a cartilha traz dicas sobre a escolha do canal de comunicação oficial com a comunidade escolar, criação da política de relacionamento digital, segmentação dos públicos, personalização das mensagens, conteúdos a serem comunicados, linguagem e empatia.

O presidente do CTE-IRB, o



Cartilha tem acesso gratuito

conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE-RS) Cezar Miola, explica que a ideia é que o material possa ser amplamente usado. “O guia oferece subsídios que podem ser utilizados em todas as redes de educação do país. E pode ajudar a tornar mais efetiva a comunicação nas comunidades escolares durante o ensino remoto ou híbrido.”

Para Fabrício Motta, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios e um dos coordenadores do Gaepe-GO, em tempos de distanciamento social, manter comunicação empática, transparente, desburocratizada, sem ruídos e dialógica é funda-

mental para a conexão escolar.

O guia estimula o uso de redes sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp, para o diálogo com pais e alunos, por serem gratuitas, interativas e permitirem agilidade. Trata de uma política de relacionamento digital, com regras para interação, prazos para respostas e delimitação dos assuntos que serão tratados naquele canal, fundamentais para garantir harmonia e efetividade na comunicação. Mostra o passo a passo para a elaboração de textos simples, diretos e claros, estimulando adoção de linguagem de fácil compreensão para pessoas com diferentes níveis de escolaridade. E aponta conteúdos essenciais a serem comunicados na plataforma de ensino remoto adotada, como disponibilização de materiais físicos, calendário escolar, resultados de avaliações e assiduidade, canais para esclarecimentos de dúvidas de pais e alunos, plano pedagógico para a recuperação das aulas e protocolos de prevenção à Covid-19.

Ainda alerta para a importância do uso de técnicas de Comunicação Não Violenta, para evitar conflitos, já que a pandemia tornou mais comum o uso da comunicação escrita. Acesso aberto em: <https://bit.ly/3hC71Vj>.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL Fies amplia prazo

O prazo para a renegociação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi prorrogado até o dia 31/1/21. A medida permitirá que mais estudantes possam renegociar as suas dívidas. O prazo anterior era até 31/12/20. “Um dos benefícios imediatos, a partir da adesão ao programa, é a retirada da inscrição dos nomes do financiado e de seus fiadores de cadastros de devedores inadimplentes, sendo alterado o cro-

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Realizações e a

O ano atípico de pandemia da Covid-19 exigiu agilidade, criatividade, articulação diferenciada e enfrentamento de desafios problemas para atuar em prol da educação gaúcha. Para isso, a Comissão de Educação, uma das mais atuantes da Assembleia Legislativa (AL), realizou, mesmo com a imposição de distanciamento, 65 reuniões ordinárias e extraordinárias, 63 audiências públicas, 11 webinários, teve 74 proposições em tramitação, 42 requerimentos e ainda fez quatro publicações (box). Mas até fevereiro próximo, quando haverá a troca de sua composição, a presidente da Comissão, deputada Sofia Cavedon, ainda promete muita atuação.

Na prestação de contas realizada no final de dezembro/20, Sofia destaca que a Comissão tratou de questões como reorganização do calendário letivo, realização de ensino remoto e híbrido, alimentação escolar, nomeação de servidores, descontos e mudanças na carreira, atraso de pagamentos de terceirizados e demissões. “De 4/2/20 até aqui, ainda tivemos atuações e interlocuções junto a diversos órgãos, entre os quais o Ministério Público Estadual, MP de Contas e com o governo.” E das conquistas, Sofia assinala, na área educacional, a prorrogação dos contratos temporários da rede estadual



Sofia Cavedon



Ensino é atualizado, com foco em interdisciplinaridade e flexibilidade

SENSE UPF

Novos currículos em destaque

AGENDA DO ENSINO

■ **Faccat:** A pós-doutora Patrícia Martins Bock, do curso de Enfermagem das Faculdades Integradas de Taquara, teve artigo selecionado para publicação na revista Diabetologia. “Trabalho com diabetes e doenças cardiovasculares há muito tempo, e é importante termos pesquisadoras brasileiras destacadas no cenário internacional. Quando o artigo foi aceito em tão renomada revista, foi emocionante, pelo reconhecimento do trabalho realizado”, comemorou Patrícia.

■ **Unijuí:** A Universidade Regional do Noroeste do Estado RS inscreve, até 23/2, à seleção do mestrado em Atenção Integral à Saúde. São estudos interdisciplinares vol-

ATUAÇÃO DO

■ **Composição:** Sofia Cavedon (presidente), Issur Koch (vice), Fernando Marroni, Luiz Marengo,